

Concurso para Professor Titular  
Departamento de Teoria e História  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de Brasília

## **MEMORIAL – ARQUITETURA SOCIOLÓGICA E OUTROS TEMAS**

**Frederico de Holanda**

### **Introdução**

No Encontro Nacional da ANPUR<sup>1</sup> de 2007, em Belém, apresentei a comunicação “Arquitetura sociológica”, depois publicada como artigo sob título homônimo na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*.<sup>2</sup> O texto é o ponto de partida deste *Memorial* porque nele trato questões fundamentais que subjazem o conceito de arquitetura, a disciplina da arquitetura, a interdisciplinaridade, a pesquisa. Revejo alguns pontos, alargo o escopo. Resgato aspectos tratados noutras oportunidades, ilumino experiências pregressas à luz das novas ideias, mostro como as reflexões informam projetos realizados, e como isso se rebate no ensino.

Todavia, o “Arquitetura sociológica” tem origem dois anos antes, a partir de discussões ocorridas no Encontro Nacional da ANPUR em Salvador (2005). Por ocasião da Sessão Coordenada “Territorialidades e espaços urbanos e regionais: ‘novas’ abordagens teóricas” ressurgiu o tema *arquitetura como disciplina*.<sup>3</sup> Na essência estavam as questões: qual a natureza da arquitetura? ela pode reivindicar um lugar no panteão das disciplinas científicas?

Ninguém entre os painelistas da sessão defendeu o status de *ciência* para a arquitetura. Monte-Mór prefere investir na construção de um “campo multi-inter-trans-disciplinar”<sup>4</sup> para conhecer “a cidade” onde importa pouco a especificidade de quaisquer enfoques. Villaça nega o *status* de ciência à arquitetura, que caberia à Geografia, no trato do espaço urbano. Contradigo ambas as posições ao nelas identificar visões epistemológicas que bloqueiam o avanço do conhecimento sobre importantes aspectos da realidade. Conhecer melhor os lugares de nossa vida cotidiana envolve o desenvolvimento de teorias, métodos e técnicas que não estão contemplados pela Geografia, por quaisquer outras ciências humanas ou da natureza, menos ainda pela “interdisciplinaridade”.

Pela natureza deste documento, enfatizo ideias pessoais. Entretanto, tenho de referir-me a outras, produzidas coletivamente no âmbito do grupo de pesquisa que coor-

---

<sup>1</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

<sup>2</sup> Frederico de Holanda, “Arquitetura sociológica”.

<sup>3</sup> A Sessão foi coordenada por Geraldo Magela, os painelistas foram Brasilmar Ferreira Nunes, Flávio Villaça, Roberto Luis de Melo Monte-Mór e Bertha K. Becker. Participei da platéia.

<sup>4</sup> A expressão é minha, não de Monte-Mór, mas parece-me refletir o cerne de sua argumentação. Desculpo-me por quaisquer equívocos de interpretação sobre as ideias dos colegas, por quem nutro admiração e afeto.

deno – *Dimensões morfológicas do processo de urbanização (DIMPU)*.<sup>5</sup> A referência a ideias de companheiros de jornada reflete-se na variada conjugação dos verbos, a assinalar a autoria: primeira pessoa do singular, primeira do plural, terceira do singular etc. Todavia, não é fácil distinguir. Sem a rica parceria, pela qual sou grato e orgulhoso, as ideias pessoais talvez não surgissem. E as dos parceiros, na minha ausência, talvez fossem outras...

Este *Memorial* sintetiza uma trajetória acadêmico-profissional. Desenvolvimento das questões e mais ilustrações estão nos títulos referidos nos rodapés e colocados à disposição na documentação comprobatória. O texto a seguir está organizado nos blocos:

- O conceito de arquitetura e a disciplina da arquitetura
- Teoria da Sintaxe Espacial
- Formalidade e urbanidade
- Brasília
- Atividade formadora
- Projetos

## O CONCEITO DE ARQUITETURA E A DISCIPLINA DA ARQUITETURA

### Teorização em arquitetura: vertentes

A arquitetura é *variável dependente* e *variável independente*, concomitantemente.<sup>6</sup> Como variável *dependente*, a arquitetura é *determinada* pelo ambiente sicionatural em que se realiza, p.ex., pelo clima, relevo, geologia, hidrografia, disponibilidade de materiais (ambiente natural); pelo conhecimento científico-tecnológico, interesses econômico-político-ideológicos (ambiente social) etc. Ela resulta *disto*.<sup>7</sup> Como variável *independente*, a arquitetura *tem efeitos*. Enquanto artefato, ela impacta nossas vidas e o meio ambiente natural: p.ex., *determina* se atividades têm suporte condizente com seu funcionamento; se condições higrotérmicas são confortáveis; se cus-

---

<sup>5</sup> O grupo teve origem em 1984, com a participação de Benamy Turkienicz, Gunter Kohlsdorf, Márcio Villas Boas, Maria Elaine Kohlsdorf, Mário Júlio Kruger e eu (todos então professores da FAU/UnB), ocasião em que se realizou a primeira edição dos *Seminários sobre Desenho Urbano no Brasil*, coordenada por Turkienicz (outras edições seguiram-se em 1986, 1988 e 1991). O grupo é registrado no *Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil*, CNPq. A constituição mudou no tempo. A despeito da importante contribuição de outros colegas, a origem da visão de arquitetura aqui apresentada é de responsabilidade primordial de três pesquisadores: Gunter Kohlsdorf, Maria Elaine Kohlsdorf e eu. Foi publicada pela primeira vez em Frederico de Holanda e Gunter Kohlsdorf, “Sobre o conceito de arquitetura”. Por circunstâncias da vida, há anos não trabalhamos juntos, e a coisa evoluiu por caminhos distintos. Eles não são “culpados” por esta versão. Ela é de minha responsabilidade.

<sup>6</sup> Não é novidade. P.ex., Flávio Ferreira faz a proposição, em “A arquitetura e o futuro”, mas não desenvolve os aspectos da questão como o faço aqui.

<sup>7</sup> Assim o faz a maior parte da literatura: explicar a arquitetura por suas “determinações”. Frequentemente, ela é explicada erradamente por suas determinações econômicas, particularmente na tradição *soi disant* marxista (para contestação no caso de Brasília, por exemplo, ver Frederico de Holanda, *O espaço de exceção*). Outra versão busca entender o projeto por suas “intenções” reveladas ou ocultas, palavra (infelizmente) onipresente no discurso arquitetônico. Quando as intenções são explicitadas pelo arquiteto, não esqueçamos de que se trata apenas de um *discurso* que pode refletir a realidade, mas pode encobrir, no mínimo por desconhecimento, no máximo por má fé, as reais implicações da arquitetura proposta. Pode ser simples “ideologia”, no mau sentido – aparência a encobrir a essência das coisas. Os erros não invalidam a vertente.

tos energéticos de manutenção são adequados; se a sua percepção permite a sensação da beleza etc. Ela resulta *nisto*.<sup>8</sup>

Minha predileção na pesquisa pode ser caracterizada por circunscrições sucessivas: o estudo da arquitetura como variável independente;<sup>9</sup> neste âmbito, o estudo do seu impacto nas pessoas, não no meio ambiente; e, neste âmbito, o que chamarei de “aspectos sociológicos” do desempenho da arquitetura. (Não é o que faço quando projeto, ou ensino projeto, nem poderia ser diferente: aqui a arquitetura é considerada em *todas* as suas implicações.)

### Arquitetura: realidade e conceito

Como em quaisquer âmbitos da realidade, empiricamente “arquitetura” não é um “dado”, não existe *em si*, independentemente de nossas representações. Não adoto o subjetivismo obscurantista pós-moderno. Não nego *a realidade em si* nem a *verdade* sobre ela, mas aceito que a análise de tão ampla generalidade (“realidade”), pressupõe conceitos, reflexões, representações. Não há um “fato” arquitetura: ela consiste naquilo que é circunscrito por uma definição, por um ponto de vista que seleciona, inclui, exclui, qualifica. Ela é “teoria-dependente”.

Adotamos um conceito de arquitetura que evita reduções encontradas na literatura. Por exemplo, as formulações de Lucio Costa<sup>10</sup>, Bill Hillier<sup>11</sup> ou Evaldo Coutinho<sup>12</sup> implicam inclusão de certas manifestações na “família”, exclusão de outras. Minha definição alarga o âmbito em quatro direções: 1) todos os edifícios são arquitetura, não apenas os que revelam uma certa “intenção” (contradizendo Lucio Costa); 2) o espaço produzido por meio de um saber implícito, inconsciente, popular, é tão legitimamente arquitetura quanto o produzido pelo saber explícito e reflexivo (contradizendo Bill Hillier); 3) o espaço externo de ruas e praças é arquitetura, não apenas o

<sup>8</sup> Aqui encaixam-se os pesquisas de “avaliação pós-ocupação”, p.ex., Sheilla Ornstein, *Avaliação pós-ocupação do ambiente construído*.

<sup>9</sup> Minha tese de doutorado e o livro homônimo resultante (Holanda, 2002, *op. cit.*) cobrem todavia os dois âmbitos. Tratam da determinação de estruturas sociais sobre a configuração dos assentamentos humanos na história (arquitetura como *variável dependente*) e dos efeitos que ela produz nas pessoas (arquitetura como variável independente), particularmente no estudo sobre Brasília.

<sup>10</sup> “A mais tolhida das artes, a arquitetura é, antes de mais nada, *construção*, mas construção concebida com o propósito de organizar e ordenar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção” (Lucio Costa, *Arquitetura*). É evidente que Lucio Costa refere-se a intenções *estéticas*, implicando “boa qualidade estética”. O que não apresenta essa qualidade, não é “arquitetura”. A postura é generalizada na literatura da área. Discordo. Qualquer edifício tem um *desempenho estético* – se bom ou mau, são outros quinhentos. O mau desempenho não pode eliminar o edifício da “família”. Com isso deixariam de ser objeto de atenção disciplinar imensa quantidade de um dos mais importantes construtos sociais – as edificações – pelos quais as sociedades se constituem como tal.

<sup>11</sup> “A arquitetura começa quando os aspectos configuracionais da forma e do espaço, pelos quais os edifícios se transformam em objetos culturais e sociais, são tratados não como regras inconscientes a serem seguidas, mas são elevados ao nível do pensamento consciente, comparativo, tornando-se desta maneira objeto de atenção criativa” (Bill Hillier, *Space is the machine*). A citação é tomada do Capítulo 1 do livro, que tem por título, precisamente na linha de Lucio Costa, “O que a arquitetura acrescenta à construção”. Hillier desloca o foco da realidade empírica da arquitetura para o seu processo de feitura. Sua redução convence ainda menos porque a ênfase não é estética, mas sociológica, foco dominante da teoria da *sintaxe espacial*. As pesquisas têm demonstrado que, em “aspectos sociológicos” fundamentais, pouco difere a arquitetura anônima da “erudita”.

<sup>12</sup> Evaldo Coutinho está preocupado com a arquitetura enquanto veiculadora de uma *visão de mundo*. Para ele apenas o *espaço interno* constitui a arquitetura porque aqui todos os atributos espaciais são controlados para comunicar uma filosofia, o que ocorre bem menos no espaço aberto que, por tal, não tem controlados, da mesma maneira, luz, som, temperatura, aromas. (Evaldo Coutinho, *O espaço da arquitetura*.)

espaço interno das edificações (contradizendo Evaldo Coutinho); 4) finalmente, a paisagem virgem, natural, intocada pelo homem, tem uma *configuração formal-espacial* passível de análise e avaliação enquanto arquitetura, tanto quanto o espaço artefactual de edifícios e cidades (contradizendo a vasta literatura onde “arquitetura” é considerada apenas como lugar construído pelo homem).

O conceito “configuração formal-espacial” inspira-se em Evaldo Coutinho: a arquitetura tem “componentes-meio” (os elementos “escultóricos”, os “cheios”, os “sólidos” a “*forma*”) e “componentes-fim” (os “vãos”, os “vazios”, os “ocos”, os “*espaços*”).<sup>13</sup> Curiosamente, a teoria e a história da arquitetura têm se detido mais nos “componentes-meio”: a volumetria, a composição das fachadas, texturas, cores, materiais etc. Todavia, estes pertencem especificamente à linguagem da escultura. Os elementos por excelência da linguagem arquitetônica são os “componentes-fim”, os *espaços* – cômodos no edifício; ruas, avenidas, praças, parques, na cidade; lugares abertos na paisagem natural. Afinal, é neles que estamos imersos. Caracterizam-se por localização relativa ante outros espaços a implicar certas topologias, permeabilidade ou fechamento, transparência ou opacidade, valores de luz e sombra, ruídos, temperatura, movimentos do ar, aromas. “Meios” ou “fins”, somos afetados por uns e outros ao nos apropriarmos dos lugares. Há que teorizar portanto sobre “configuração formal-espacial”, ordenação conjunta dos dois tipos de componentes, pois a arquitetura é feita de “cheios” e “vazios”. (Por econômica, utilizarei doravante apenas “configuração”, em vez de “configuração formal-espacial”.) Mas ao adotarmos o rigor filosófico de Coutinho, saibamos que só teorizamos *arquitetura* (e não *escultura*), quando nos debruçamos sobre o *espaço* e seus atributos, não sobre os *volumes* que o conformam.

A paisagem natural ou construída é “arquitetura”, mas não apenas isto. Uma montanha ou um edifício são *fatós*. Para além da banal constatação, podem “ser” muitas coisas, a depender de como lançamos sobre eles nosso *olhar reflexivo*. Por exemplo, para economistas, o edifício é “capital fixo”; para geólogos, a montanha é uma cristalização de movimentos da crosta terrestre. Enquanto tais (i. é, para economistas ou geólogos), edifício e montanha não são arquitetura. Cabe à teoria mostrar o *como* eles são compreendidos *enquanto arquitetura*.

O desafio é identificar os *aspectos* que caracterizam a arquitetura, os vários tipos de desempenho que ela tem ante as expectativas sociais que lhe são colocadas. “DIM-PU” não é apenas o grupo de pesquisa referido, é uma visão *aspectual* (ou *dimensional*) da arquitetura que considera sua realidade multifacetada. É um método de avaliação, que se desdobra em procedimentos pedagógicos.<sup>14</sup> A visão origina neologismos: *dimpianos* somos pesquisadores, orientadores e orientandos que a abraçam; *dimp*ar um exemplo arquitetônico – no mundo real ou na tela do computador – é considerá-lo em todas as suas dimensões, é detectar em que seu desempenho é bom e em que é mau.

---

<sup>13</sup> Coutinho, *op. cit.*

<sup>14</sup> Ilustram-se nos planos de curso sob nossa responsabilidade, dentro ou fora da UnB, e pelas grades curriculares propostas pelos colegas Gunter e Maria Elaine Kohlsdorf para duas outras instituições de ensino de arquitetura de Brasília.

Os *aspectos* são o artifício teórico para fundamentar a definição de arquitetura, resumem as implicações dos lugares enquanto arquitetura, o como ela nos afeta de várias maneiras. Os lugares têm outras implicações para as pessoas (como nos exemplos do “edifício” e da “montanha”). Mas as implicações da taxonomia proposta são aquelas cuja investigação alimenta um corpo de conhecimento específico, o da *disciplina arquitetura*. Na versão exposta a seguir, trabalho com oito aspectos.<sup>15</sup> A taxonomia explica-se sob forma de perguntas:

*Aspectos funcionais.* O lugar satisfaz as exigências práticas da vida cotidiana em termos de tipo e quantidade de espaços para as atividades, e seu inter-relacionamento?

*Aspectos bioclimáticos.* O lugar implica condições adequadas de iluminação, acústica, temperatura, umidade, velocidade do vento e qualidade do ar?

*Aspectos econômicos.* Os custos de implementação, manutenção e uso dos lugares são compatíveis com o poder aquisitivo das pessoas implicadas?

*Aspectos sociológicos.* A configuração da forma-espço (vazios, cheios e suas relações) implica maneiras desejáveis de indivíduos e grupos (classes sociais, gênero, gerações etc.) localizar-se nos lugares e de se mover por eles, e conseqüentemente condições desejadas para encontros e esquivanças interpessoais, e para visibilidade do outro? O tipo, quantidade e localização relativa das atividades implicam desejáveis padrões de utilização dos lugares, no espaço e no tempo?

*Aspectos topoceptivos.*<sup>16</sup> O lugar é *legível* visualmente, i. é, ele tem uma *identidade*? O lugar oferece boas condições para a *orientabilidade*?

*Aspectos afetivos.* O lugar tem uma *personalidade afetiva*? Como ele afeta o estado emocional das pessoas – p.ex. relacionado a solenidade, grandeza, frieza, formalidade, intimidade, informalidade, simplicidade etc.?

*Aspectos simbólicos.* O lugar é rico em elementos arquitetônicos que remetam a outros elementos, maiores que o lugar, ou a elementos de natureza diversa – valores, ideias, história?

*Aspectos estéticos.* O lugar é *belo*, i. é, há características de um todo estruturado e qualidades de simplicidade/complexidade, igualdade/dominância, similaridade/diferença, que remetem a qualidades de clareza e originalidade, e por sua vez a *pregnância*, implicando uma estimulação autônoma dos sentidos para além de questões práticas? O lugar é uma *obra de arte*, por veicular uma *visão de mundo*? Sua forma-espço implica uma *filosofia*?

Cada aspecto implica uma estrutura de relações – um *código* – entre dois tipos de elementos: 1) atributos da forma-espço; 2) expectativas humanas.<sup>17</sup> Códigos bio-

<sup>15</sup> É de somenos importância serem oito, menos ou mais, ou as denominações serem estas. Importa o princípio. Em versões anteriores não foi assim (p.ex., Holanda & Kohlsdorf, *op. cit.*, ou Holanda, 2002, *op. cit.*; em Bill Hillier e Adrian Leaman, *How is design possible?*, o texto que inspira o procedimento, eram quatro). A versão apresentada é uma escolha baseada na atual produção do conhecimento no campo, exemplificada adiante. O crescimento da produção pode recomendar o desdobramento da taxonomia no futuro.

<sup>16</sup> Neologismo criado por Maria Elaine Kohlsdorf, *A apreensão da forma da cidade*.

<sup>17</sup> Hillier and Leaman, 1974, *op. cit.*

climáticos relacionam tamanho, forma e disposição de aberturas para o vento (um lado) e sensações térmicas (outro lado); códigos topoceptivos relacionam forma e disposição de marcos visuais na cidade (um lado) e condições para a orientabilidade (outro lado) etc. A tarefa da teoria é estabelecer as categorias analíticas relativas às duas famílias de elementos. Mais: a cada aspecto correspondem categorias analíticas no âmbito da arquitetura e no âmbito das expectativas sociais. Por exemplo, descrever bioclimaticamente a arquitetura não é descrevê-la esteticamente. A taxonomia encontra-se continuamente em teste nos nossos trabalhos de pesquisa. O desafio é aperfeiçoar as categorias analíticas para minimizar redundâncias, evitar que uma mesma categoria compareça em aspectos distintos, entre as que pertencem a aspectos diferentes, descobrir novas categorias, descartar as que se mostram pouco explicativas.

Códigos arquitetônicos são de amplitude diversa, a depender do aspecto: 1) há os *universais* – p.ex., exigências quanto às características visuais dos lugares, de modo que os gravemos facilmente em nossa mente, são idênticas para todos os seres humanos dado nosso aparelho perceptivo comum; 2) há os *grupais* – p.ex., a configuração dos lugares impacta expectativas sociológicas que são historicamente determinadas, no tempo e no espaço; cada classe social têm seu código; 3) há os *individuais* – p.ex., lugares impactam esteticamente a gente em função de valores que podem ser pessoais e intransferíveis (a empatia que sinto por um exemplo arquitetônico é função da similitude entre minha visão de mundo e a subjacente ao lugar, contida na configuração).

Dado o exposto, segue-se uma definição de arquitetura como *realidade captada por um certo olhar*.

**arquitetura é lugar** usufruído como meio de satisfação de expectativas funcionais, bioclimáticas, econômicas, sociológicas, topoceptivas, afetivas, simbólicas e estéticas, em função de valores que podem ser universais, grupais ou individuais.

## **A disciplina da arquitetura, as subdisciplinas, a interdisciplinaridade**

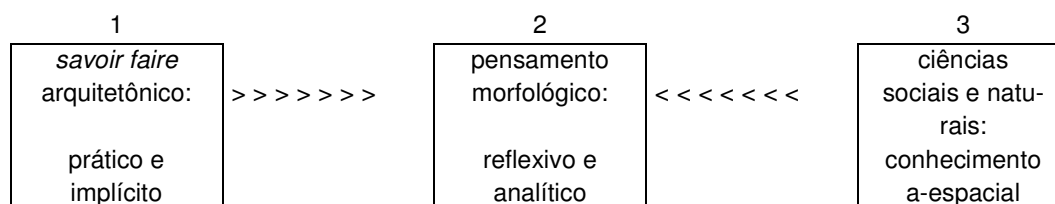
O Conselheiro Acácio<sup>18</sup> poderia ter dito: “tudo é complexo”. E acrescentado: “a arquitetura não escapa”. Com os aspectos, tentamos ultrapassar a obviedade e revelar o oculto: discriminar, separar, classificar, analisar, fazer jus à natureza multifacetada da arquitetura, explicitada na decomposição apresentada. Decorre que são muitos os “saberes” relacionados à prática e à teoria arquitetônicas. Eles variam quanto às maneiras de sua produção e aplicação (modos de pensar e agir) e quanto aos tipos de agentes envolvidos: alguns saberes são de domínio específico dos arquitetos, outros pressupõem interfaces com outros profissionais ou pesquisadores. Na evolução recente do pensar e fazer arquitetura, e nas relações com outras áreas, podemos identificar três “modos”, que se desenvolvem de maneira aproximadamente cronológica. O *Quadro 1*<sup>19</sup> será utilizado como guia da discussão.

<sup>18</sup> Personagem de Eça de Queirós em *O primo Basílio*, apegado a frases feitas, ao discurso do óbvio.

<sup>19</sup> Apresentado antes em Holanda, 2002, *op. cit.*

**Modo 1: *savoir faire* arquitetônico: prático e implícito.** A cada aspecto da arquitetura corresponde um campo de saber que se encontra 1) em parte implícito, inconsciente, utilizado intuitivamente, *prático* porque colado à *experiência*; 2) em parte explícito, sistemático, reflexivo, *teórico* porque *abstrai* da experiência características estruturais, generalizáveis e aplicáveis a outras situações. No primeiro caso (*Quadro 1*, campo “1”), estamos no âmbito do *savoir faire* do “mestre de ofícios”, que absorve na prática os saberes arquitetônicos, por imitação dos mestres ou por observação empírica do mundo, e os utiliza nos projetos. Honrosas exceções à parte, o campo “1” representa a pouca importância tradicionalmente dada aos aspectos teórico-analíticos na formação dos arquitetos: a arquitetura é mais entendida como “arte” ou “técnica” onde se *aplicam* conhecimentos produzidos alhures, não como, ela mesma, campo de produção de conhecimento. Contudo, seria errado “demonizar” a formação “irreflexiva” dos mestres de ofício intuitivos, ou dos “arquitetos de prancheta”, como pejorativa e injustamente às vezes são referidos na academia. Não são necessariamente maus arquitetos. Se assim o fosse, a arquitetura não teria avançado antes do advento histórico do modo científico de pensar. Arquitetos intuitivos podem ser providos de poderosas “antenas” que os facultam apreender (mesmo inconscientemente) a realidade, identificar problemas e propor inventivas soluções. Entretanto, outros modos de pensar e agir sobre os lugares abrem outras *possibilidades*.

*Quadro 1. Modos de fazer e pensar a arquitetura – décadas recentes.*



**Modo 2: refúgio no mundo a-espacial.** A identificação dos problemas do urbanismo moderno a partir dos anos 1950 levou a uma mudança comportamental dos arquitetos ante o conhecimento: a “febre interdisciplinar” dos anos 1960 e 1970. Identificamos que havia algo de insatisfatório com o saber arquitetônico da época, mas em vez de aprofundarmos reflexivamente o conhecimento da configuração dos lugares, investindo no campo “2”, pulamos direto para o campo “3”, buscando, particularmente nas ciências sociais, a luz que revelaria nossas limitações. Elas não puderam ajudar, não por culpa sua, mas por erro nosso. Levou tempo para descobrirmos (alguns pesquisadores infelizmente ainda não o fizeram) que as disciplinas consolidadas (campo “3”) têm métodos próprios, categorias analíticas específicas, um vasto *corpus* de conhecimento que não dominamos, e que, principalmente, constituem *outras* descrições sistemáticas e rigorosas da realidade, circunscritas pelos respectivos campos conceituais – não a descrição dos lugares olhados como arquitetura. Lançam outros olhares sobre o mundo, mesmo quando o fazem sobre os mesmos objetos empíricos (novamente servem os exemplos do “edifício” e da “montanha”). Não têm um olhar *morfológico*: não dissecam a configuração dos lugares para compreender seu impacto em nossas vidas. Por isso, o pulo do campo “1” para o “3” não teve impacto em projeto: continuamos a cometer os mesmos erros. Pior: o compor-

tamento implicou o abandono do campo arquitetônico, fazendo com que trabalhos de “projeto” dentro das escolas de arquitetura se resumissem a documentos “sociológicos” ou “econômicos” – que não eram uma coisa nem outra – ou outros produtos de variada natureza.<sup>20</sup> A relação com as disciplinas do campo “3” é fundamental para o avanço do conhecimento em arquitetura, mas de outros modos.

**Modo 3: morfólogos intuitivos... e reflexivo-analíticos.** Não se tratava portanto de abandonar a arquitetura, passando do campo “1” para o “3”, mas de aprofundar o conhecimento morfológico: adicionar à intuição, ao saber prático e implícito, um outro, construído a partir da observação sistemática da realidade, à qual aplica-se uma reflexão *teórica* que extrai dos lugares atributos estruturais; somar ao campo “1” os conteúdos do campo “2”, o campo do saber *objetivo* (Popper<sup>21</sup>) – reflexivo, verificável, refutável. Não é uma novidade, mas a retomada de uma rica tradição, que o diga a antologia de Kruff.<sup>22</sup> Seria incorreto e arrogante dizer que estaríamos inventando o saber objetivo em arquitetura.<sup>23</sup>

A retomada do conhecimento reflexivo em arquitetura tem contribuído para a consolidação de subdisciplinas, ou disciplinas “regionais”, relacionadas aos aspectos comentados, à vez. É característica do conhecimento científico decompor para aprofundar o saber. Ele o tem feito, também na arquitetura. Em alguns aspectos, o conhecimento tem maior tradição. P.ex., vejam a quantidade de títulos sobre os aspectos simbólicos ou estéticos nas bibliotecas de arquitetura, e os manuais que tratam de aspectos funcionais. Noutros aspectos, a tradição é menor, ainda que significativa, como nos topoceptivos, a constituírem linha de pesquisa aberta por Lynch<sup>24</sup> mas com origem detectável, pelo menos, em Sitte<sup>25</sup> (embora este seja mais comumente classificado como esteta). Noutros ainda, a tradição é quase nula, como nos aspectos afetivos<sup>26</sup>, que merecem *status* independente mas são freqüentemente confundidos com outros, p.ex., os simbólicos.

O paradigma epistemológico ainda hegemônico, ilustrado na discussão referida no início do texto, vem sendo superado. Nele, a arquitetura é estranha ao panteão das disciplinas científicas. Decorre que ela ressent-se de um complexo de inferioridade que a faz aceitar o *status* de adjetivo adicionado ao substantivo das disciplinas de maior tradição de pesquisa. Por isso nos incorporamos, alegres, a campos como “psicologia ambiental” ou “economia urbana” ou “estética arquitetônica”, achando que assim subimos de patamar. Não. Esse foi o grande equívoco da “febre interdisciplinar” que atrasou perversamente o conhecimento da arquitetura.

---

<sup>20</sup> Isto causou danos à formação de arquitetos nos anos 1970. Valia de tudo nos trabalhos de conclusão de curso, até despachos de macumba, como pude testemunhar (nada contra os despachos, mas estavam fora de contexto). Ver também comentários em Ruth Zein, *O lugar da crítica – ensaios oportunos de arquitetura*.

<sup>21</sup> Karl Popper, *Conjectures and refutations - the growth of scientific knowledge*.

<sup>22</sup> Hanno-Walter Kruff, *A history of architectural theory from Vitruvius to the present*.

<sup>23</sup> Mais adequado seria dizer que a ruptura dos anos 1960 e 1970 marca o começo do fim de um “paradigma” e o início de outro. O progresso do conhecimento se dá de maneira descontínua – são as “revoluções paradigmáticas” de Kuhn. As últimas décadas testemunham uma destas revoluções (Thomas Kuhn, *Estrutura das revoluções científicas*).

<sup>24</sup> Kevin Lynch, *A imagem da cidade*.

<sup>25</sup> Camillo Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*.

<sup>26</sup> Há estudo sobre os aspectos realizado com estudantes de arquitetura, na FAU-UnB, relatado em Frederico de Holanda, *Afetos da arquitetura*.



À mudança de postura metodológica devem corresponder mudanças taxonômicas. Quando o “espaço vem para a boca de cena”, na bela expressão de Carlos Nelson Ferreira dos Santos,<sup>27</sup> antigos rótulos não fazem justiça à nova realidade. “Substantivar” as subdisciplinas da arquitetura significa propugnar por disciplinas cuja denominação, por exemplo, poderia ser a do *Quadro 2*.

Algumas expressões na coluna da direita do *Quadro 2* são de uso mais corrente, outras nem tanto. Mesmo quando corrente, o uso não diz respeito a uma disciplina regional, como propugnado aqui, mas a um tipo de manifestação empírica, a revelar a hegemonia do velho paradigma. Por que a primeira ideia que nos vem à cabeça quando falamos em “sociologia urbana” é a de um *corpo de conhecimento* consolidado (uma *disciplina*, portanto), e não a ideia de manifestações empíricas de costumes urbanos? Por que, ao contrário, se encontramos a expressão “arquitetura bio-climática”, a primeira ideia *não* é a de um corpo de conhecimento disciplinar, mas a de uma arquitetura, digamos, “ecologicamente correta”? Por que a expressão “arquitetura funcional” nos remete a manifestações da arquitetura moderna, embora injusta ou mesmo equivocadamente?<sup>28</sup> Trata-se do entendimento que o paradigma hegemônico impõe e que urge superar.

*Quadro 2: aspectos e disciplinas “regionais” da arquitetura*

ASPECTO	DISCIPLINA
aspectos funcionais	arquitetura funcional
aspectos bio-climáticos	arquitetura bio-climática
aspectos econômicos	arquitetura econômica
aspectos sociológicos	arquitetura sociológica
aspectos topoceptivos, afetivos, simbólicos, estéticos	arquitetura expressiva (para o conjunto, ou então, especificamente, arquitetura topoceptiva, arquitetura afetiva, arquitetura simbólica, arquitetura estética)

No novo marco teórico, a questão da interdisciplinaridade coloca-se de maneira diversa. Não se trata de um obscurantismo corporativo que menospreze o conhecimento de determinados campos disciplinares (p.ex. sociologia urbana) em benefício de outros (p.ex. arquitetura sociológica). Não há objeto empírico cuja compreensão prescindia do concurso de vários olhares. As relações das pessoas com o espaço urbano não são objeto privativo da arquitetura sociológica nem da sociologia urbana – são um campo comum a ambas. Contudo, os olhares de uma e outra disciplina diferem no ponto de partida, nos métodos, no tipo de descrição da realidade que estão a abordar. “Arquitetos sociológicos” têm por dever de ofício oferecer quadro preciso

<sup>27</sup> Benamy Turkienicz e Maurício Malta, *Desenho urbano - Anais do II SEDUR*.

<sup>28</sup> Como em Stanford Anderson (“A ficção da função”), ao comentar que “função” é uma *ficção* em duplo sentido: uma *mentira*, pois a arquitetura funcional é uma impossibilidade, e uma *narrativa*, pois a “função” em arquitetura é sempre historicamente articulada a valores, ideias, costumes.

do espaço produzido ou apropriado pelas pessoas; buscarão na sociologia urbana o aporte necessário à completude do quadro analítico, quanto aos atributos das pessoas envolvidas. Mas as categorias “importadas” não são quaisquer categorias. Nem todas ajudam a entender melhor a arquitetura. Não saber discriminá-las foi outro erro do “modo 3”. Elas devem estar relacionadas às expectativas sociais em relação à configuração dos lugares, têm de ajudar-nos a entender a satisfação (ou não) das pessoas quanto ao desempenho arquitetônico.<sup>29</sup> A sociologia urbana, por sua vez, não precisa, nem deve, abordar com rigor a configuração da cidade, mas dirigir a ênfase às relações entre as pessoas no âmbito urbano (classes sociais, gênero, gerações, etnias etc.). É para isto que ela está melhor preparada. *Mutatis mutandis*, buscarão na arquitetura sociológica o aporte necessário à completude do seu trabalho, segundo a mesma ideia: um aporte complementar, subsidiário.<sup>30</sup>

As observações anteriores referem-se ao necessário diálogo entre arquitetos e outras formações, *mantidas as respectivas identidades*. Mas o desenvolvimento da arquitetura como disciplina tem ganho muito também mediante *mudanças nas tradicionais identidades acadêmico-profissionais*. Vimos acima os ganhos decorrentes quando os arquitetos migram do campo “1” para o “2” (*Quadro 1*). Agora, levo a condenação do obscurantismo corporativista mais longe. Se a interação entre arquitetos (agora no campo “2”) e cientistas sociais (no campo “3”) já é profícua, mais ainda o será se houver uma migração inversa, agora dos cientistas do campo “3” para o campo “2”. Isso também pressupõe mudança de identidade. Ao migrarem para o centro do diagrama, cientistas de outras origens transmutam-se em “morfólogos” – passam utilizar sua “caixa de ferramentas” teórico-metodológica para iluminar a configuração dos lugares, enriquecendo sobremaneira o conhecimento da realidade.

Portanto, sejam bem-vindos cientistas sociais ou da natureza ou das exatas, de todas as categorias, para o campo disciplinar da arquitetura, sem que tenham de obter o respectivo diploma! Mas isso implica que se debrucem sobre os códigos arquitetônicos, passem a pensar *morfologicamente*, não *a-espacialmente*, como é mais de sua tradição.<sup>31</sup> A dupla “migração”, dos campos extremos para o campo central do *Quadro 1*, produz excelentes frutos.<sup>32</sup> Faz de todos “pensadores reflexivos morfoló-

---

<sup>29</sup> A natureza multifacetada de nossas expectativas exige a importação de categorias de muitas disciplinas, a depender dos aspectos. Por exemplo, no âmbito dos aspectos sociológicos, importei de Giddens o *conceito de classes sociais* nas sociedades avançadas, para analisar o variado comportamento delas em relação ao espaço de Brasília (Holanda, 2002, *op. cit.*, Anthony Giddens, *The class structure of the advanced societies*); para os aspectos funcionais, há que importar categorias da ergonomia; para os bioclimáticos, da biologia, da climatologia e da física; para os topoceptivos, da psicologia etc.

<sup>30</sup> O tema foi abordado em artigos pioneiros dos anos 1970: Bill Hillier e Adrian Leaman, “A new approach to architectural research”, Bill Hillier e Adrian Leaman, 1974, *op. cit.*, Bill Hillier e Adrian Leaman, “Architecture as a discipline”.

<sup>31</sup> Contudo, há muitos cientistas sociais que são “espaçólogos”. É o caso de Émile Durkheim (*The Division of Labour in Society*) e seus conceitos de *solidariedade mecânica* e *solidariedade orgânica*, claramente espaciais, fundamentais para entendermos modos de vida não-urbanos e urbanos; de Claude Lévi-Strauss (*Structural anthropology*), em sua clássica análise da aldeia Bororo; de Michel Foucault, Erving Goffman, Pierre Bourdieu, Marc Augé, Michel de Certeau etc., em muitas ocasiões. Sua contribuição à arquitetura é inestimável.

<sup>32</sup> Vejo com otimismo os excelentes trabalhos de Iniciação Científica produzidos por estudantes de graduação em arquitetura, a revelar grandes pesquisadores em potencial (migração do campo “1” para o “2”). Na pós-graduação *em arquitetura* a participação de estudantes oriundos de áreas aparentemente distantes (migração do campo “3” para o “2”) vem iluminar fundamentais questões morfológicas. Por familiaridade, cito duas recentes teses de doutorado, de Franciney Carreiro de França (*A indisciplina que muda a arquitetura – a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal*) e de Rômulo José da Costa Ribeiro (*Qualidade de vida urbana. Proposta de análise sistêmica da configuração, socioeconomia e meio ambiente urbanos*). Os autores são oriundos respecti-

gicos”, dá enorme impulso ao aprofundamento do *campo disciplinar da arquitetura*. Ao contrário, a negação do aprofundamento disciplinar e a defesa de “um novo tipo de generalista urbano”, um “novo tipo de Homem Renascentista moderno”<sup>33</sup>, requebra posições falidas de quase 40 anos atrás.

Não importa o diploma do pesquisador ou a agremiação a que formalmente pertence, mas seu *olhar sobre os lugares*. A “senha” para entrar no campo “2” não é o rótulo contido no diploma, mas “morfologia”. Dos três professores mais importantes na minha formação – Delfim Fernandes Amorim, Evaldo Coutinho e Bill Hillier – apenas o primeiro é arquiteto. Amorim (1917-1972), português naturalizado brasileiro, teve forte influência na formação dos arquitetos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco ao longo de quase duas décadas e foi um dos principais mentores e partícipes da *Escola do Recife*<sup>34</sup>. O pernambucano Evaldo Coutinho (1911-2007) é exemplo emblemático: advogado por diploma, filósofo e arquiteto-esteta por opção, é autor do clássico *O espaço da arquitetura*, obra essencial no campo da filosofia da arte aplicada à arquitetura (ou no campo da *arquitetura estética*, nos meus termos). O inglês Bill Hillier (n. 1937), oriundo da literatura, é fundador da Teoria da Sintaxe Espacial, influente linha de investigação que se difundiu por inúmeros países, inclusive Brasil.

As “disciplinas regionais” (ou subdisciplinas) da arquitetura vêm consolidando-se *avant la lettre*. Breves exemplos o ilustram: 1) manuais de variados tipos (Neufert<sup>35</sup>, Prinz<sup>36</sup> etc.) dizem respeito aos aspectos funcionais; 2) Romero<sup>37</sup> investiga aspectos bio-climáticos ao examinar relações forma urbana x conforto ambiental; 3) Mascaró<sup>38</sup> pesquisa aspectos econômicos ao estudar relações configuração de cidades e edifícios x seus custos de produção e manutenção; 4) trabalhos de Stanford Anderson (EEUU)<sup>39</sup>, Bill Mitchell (EEUU)<sup>40</sup>, Castex *et alli* (França)<sup>41</sup>, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Brasil)<sup>42</sup>, Bill Hillier (Inglaterra)<sup>43</sup> e a maioria da pesquisa em Sintaxe Espacial, estão no âmbito dos aspectos sociológicos, cada autor a enfocar, à sua maneira, relações modos de vida x configuração arquitetônica; 5) retomando e desenvolvendo a tradição de Kevin Lynch, Kohlsdorf<sup>44</sup> estuda os aspectos topoceptivos, ao relacionar configuração urbana x formação de imagens mentais; 6) a dimensão sim-

---

vamente da matemática e da geologia, e trazem para o campo da arquitetura avançados procedimentos quantitativos e de geoprocessamento (voltarei a comentá-las).

<sup>33</sup> Como proposto por Robert Weaver, *apud* Nan Ellin, *Postmodern urbanism*, p. 65. A ideia chegou a desembarcar na criação de cursos interdisciplinares de graduação para formar os “generalistas”. Isso é completamente diferente da formação em nível de pós-graduação como instrumento para aperfeiçoar *formas de diálogo* inter-áreas no trato de problemas concretos, como nos CEMUAMS – *Cursos de metodologia do urbanismo e administração municipal*, realizados pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (tive o privilégio de fazer o curso na edição 1971-72, sob a direção de Adina Mera e Marcos Mayerhofer).

<sup>34</sup> “Pela qualidade e relativa homogeneidade da produção arquitetônica do período, muitos estudiosos sugerem a existência de uma escola de arquitetura – a Escola do Recife” (Luiz Amorim, “Arquitetura”).

<sup>35</sup> Ernst Neufert e Peter Neufert, *Arte de projetar em arquitetura*.

<sup>36</sup> Dieter Prinz, *Urbanismo – vol. 1 e 2*.

<sup>37</sup> Marta Romero, *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*.

<sup>38</sup> Juan Mascaró, *O Custo das Decisões Arquitetônicas*.

<sup>39</sup> Stanford Anderson, *On Streets*.

<sup>40</sup> William Mitchell, *E-topia*.

<sup>41</sup> Jean Castex *et alli*, *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*.

<sup>42</sup> Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel, *Quando a rua vira casa - a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*.

<sup>43</sup> Hillier e Hanson, *The social logic of space*, Hillier, 1996, *op. cit.*

<sup>44</sup> Kohlsdorf, *op. cit.*

bólica do lugar é tema de Elvan Silva<sup>45</sup>, no Brasil, e dos fenomenólogos em geral, como Norberg-Schulz<sup>46</sup> e Scully<sup>47</sup>; 7) embora a literatura raramente separe os aspectos afetivos dos simbólicos, os primeiros também são o foco de fenomenólogos, como Seamon<sup>48</sup>; 8) nos aspectos estéticos sobressai, no Brasil, o trabalho de Gorovitz<sup>49</sup>. Nada disto “combinei com os adversários”, na espirituosa frase do Garrincha: o enquadramento dos autores na taxonomia é de minha responsabilidade, um exemplo de como o estado da arte pode ser caracterizado. Muitos possivelmente contestariam os respectivos rótulos e os conceitos propostos.

Os trabalhos são sintoma eloqüente de que a pesquisa sobre os aspectos da arquitetura é necessária e está sendo feita. Entretanto, a vertente “aspectual”, em “profundidade”, co-existe com outra, mais comum, em “extensão”, igualmente legítima. Nesta, a pesquisa e a crítica preferem considerar a arquitetura globalmente, não em enfoques particulares. Preferem identificar como a confluência de vários aspectos proporciona identidade a um panorama da arquitetura delimitado no tempo ou no espaço. É a abordagem típica das disciplinas de história nas faculdades de arquitetura, p.ex. “arquitetura barroca” (delimitação no tempo) ou “arquitetura brasileira” (delimitação no espaço). Na tradição, os aspectos comparecem (como não fazê-lo?!...), contudo de maneira global – quanto mais abrangente a abordagem, melhor<sup>50</sup>. O problema existe quando se vende uma parte pelo todo, quando uma opção por determinado aspecto é feita na análise, mas *não explicitada* – p.ex., pelos aspectos estéticos, como é predominante na historiografia em arquitetura. É como se uma dimensão fosse a única a interessar, ou pelo menos a mais importante, em quaisquer casos. Não. O desempenho da arquitetura pode ser contraditório entre aspectos – bom em uns, ruim em outros. Ela torna-se referência histórica quando suas qualidades fazem por merecê-lo, malgrado seus defeitos. Brasília, uma das mais importantes realizações arquitetônicas<sup>51</sup> de todos os tempos, já entrou para a história. Embora não se explicitasse assim, ela é legitimamente considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pelos aspectos, p.ex., bioclimáticos, topoceptivos, simbólicos e estéticos, apesar dos problemas sociológicos, funcionais e econômicos que tem, alguns com origem no projeto, outros no desenvolvimento posterior da cidade. É no mínimo curioso como a crítica preconceituosa ou desinformada ou superficial de gente como Holston<sup>52</sup>, Rykwert<sup>53</sup>, Frampton, Tafuri, Zevi<sup>54</sup>, passa ao largo de tais contradições e, principalmente, falha em reconhecer a importância histórica da cidade.

---

<sup>45</sup> Elvan Silva, *Arquitetura e Semiologia*.

<sup>46</sup> Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci - Paesaggio, Ambiente, Architettura*.

<sup>47</sup> Vincent Scully, *Pueblo / Mountain, Village, Dance*.

<sup>48</sup> David Seamon, “Phenomenology, place, environment, and architecture: a review of the literature”.

<sup>49</sup> Matheus Gorovitz, *Brasília, uma questão de escala*; Matheus Gorovitz, *Os riscos do projeto - contribuição à análise do juízo estético na arquitetura*.

<sup>50</sup> No Brasil, exemplo paradigmático da tradição é o trabalho pioneiro de Nestor Goulart Reis Filho. Quando pesquisar arquitetura era “coisa de intelectuais diletantes” e até motivo de escárnio nas faculdades de arquitetura, Reis Filho publicou o seminal *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. Desde então tem contribuído ininterruptamente para a compreensão da arquitetura brasileira. Escreveu ou organizou 18 livros (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/index.jsp>, acesso em 03/04/2006). Naturalmente, há muitos antecedentes quanto à reflexão sobre arquitetura no Brasil.

<sup>51</sup> Lembro que uso “arquitetura” *latu sensu*, a englobar todas as escalas: edilícia, urbanística, paisagística.

<sup>52</sup> James Holston, *A cidade modernista - Uma crítica de Brasília e sua utopia*.

<sup>53</sup> Joseph Rykwert, *The seduction of place - The city in the twenty-first century*.

<sup>54</sup> Uma crítica a esses três últimos autores está em Zein, *op. cit.*

## Arquitetura como ciência humana

Ciências humanas são *ciências sobre práticas humanas*. Como sintética e elegantemente formulou Nunes,<sup>55</sup> a filosofia estuda relações entre seres humanos e ideias; a economia, relações entre seres humanos e coisas; a sociologia, relações dos seres humanos entre si. Parafraseio Nunes: a criação ou usufruto de lugares são *práticas humanas* e a *disciplina da arquitetura como ciência humana estuda relações entre os lugares e as pessoas, do ponto de vista dos aspectos funcionais, bioclimáticos, econômicos, sociológicos, topoceptivos, afetivos, simbólicos e estéticos*. As pessoas fazem-se humanas pelos modos de produção de bens materiais, pela língua que falam, pelos sistemas simbólicos que inventam, *pelas maneiras de criar ou usufruir lugares*. Mas o conjunto dessas “maneiras” é um campo ainda vasto. Prática humana é perceber estímulos visuais de uma sequência de ruas e praças e daí formar uma imagem mental estruturada (aspectos topoceptivos); é emocionar-se diante da leveza da arquitetura de Oscar Niemeyer (aspectos afetivos); é fazer a imagem do Cristo Redentor no Corcovado, Rio de Janeiro, representar a cidade inteira (aspectos simbólicos) etc. O conhecimento em todos esses campos é passível de se desenvolver no modo científico, e o tem feito, como o exemplifiquei; todos são “humanidades”. Entre elas, o foco doravante é a *arquitetura sociológica*.

## Arquitetura sociológica

A cada aspecto corresponde um campo de saber, uma subdisciplina da arquitetura. A cada subdisciplina correspondem categorias analíticas próprias, que conceituam a arquitetura e as expectativas sociais relativas aos aspectos. Vejam como a arquitetura sociológica considera 1) a *realidade empírica lugar* e 2) a *realidade empírica expectativas sociais*.

Para a disciplina arquitetura sociológica, a *realidade empírica **lugar*** é um sistema de barreiras e permeabilidades ao movimento, de transparências e opacidades à visão, de cheios e vazios, impregnados de práticas e valores sociais. Cada lugar enquanto arquitetura implica uma peculiar organização dos elementos componentes: 1) superfícies, volumes, vãos, cômodos, na escala dos edifícios; 2) edifícios, ruas, praças, áreas verdes, na escala dos assentamentos humanos de qualquer tipo – aldeias, vilas, cidades, metrópoles; 3) montanhas, vales, enseadas, praias, na paisagem natural. Lugares são ordenados em sistemas de contigüidades, continuidades, proximidades, separações, hierarquias, circunscrições. Sistemas configuracionais variam, na história, no uso que fazem de barreiras/permeabilidades ou opacidades/transparências, em combinações diversas. Interessam para a disciplina as relações entre tais sistemas e expectativas sociais específicas.

Para a disciplina arquitetura sociológica, a *realidade empírica **expectativas sociais*** diz respeito a um sistema de encontros e esquivações, de concentração e dispersão de pessoas. Cada sistema social implica uma peculiar maneira de organizar grupos de pessoas no espaço e no tempo, maneira que estabelece quem está próximo ou

---

<sup>55</sup> Brasilmar Nunes, comunicação verbal na Sessão Coordenada antes referida.

distante de quem, fazendo o quê, onde e quando. Sociedades variam, na história, em combinações diversas: as muito densas, que comprimem no espaço e no tempo toda classe de gente e práticas sociais diversas (todos estão próximos praticamente o tempo todo); as muito rarefeitas, que localizam diferentes tipos de pessoas e suas práticas em lugares especializados por categoria, lugares separados por grandes distâncias ou fortes barreiras físicas, pessoas cuja interação através do espaço é descontínua no tempo; combinações das duas coisas – p.ex. concentrar separadamente – como é típico das sociedades contemporâneas com seus enclaves fortificados, *campi* universitários, centros cívico-administrativos, *shopping centers*, *edge cities*<sup>56</sup>.

Vasta evidência empírica aponta para uma congruência histórica entre configurações e sistemas sociais: as sociedades não são infinitamente maleáveis para caber em qualquer camisa de força construída em pedra e cal e não se pode realizar impunemente qualquer absurdo arquitetônico. Todavia, muitas teorizações em arquitetura estão longe de reconhecer a evidência. A dificuldade explica-se pelos equívocos cometidos pela ideologia do Movimento Moderno, que pretendia fazer brotar do lápis uma nova sociedade<sup>57</sup>. Amadurecidos pelo fracasso das ideias, hoje o tema se nos coloca de maneira diferente: arquitetura e gente são coisas relacionadas mas distintas. Falar em congruência não é falar em determinação biunívoca entre arquitetura e comportamento, mas é reconhecer que a arquitetura cria, sim, um *campo de possibilidades e de restrições*, possibilidades que podem (ou não) ser exploradas, restrições que podem (ou não) ser superadas. Possibilidades desprezadas: espaços públicos historicamente surgidos para estar cheios de gente em forte interação cotidiana, podem encontrar-se hoje desertos porque mudou o modo de vida das pessoas, embora habitem os antigos lugares (onde estão as cadeiras nas calçadas dos bairros tradicionais das cidades brasileiras?). Restrições superáveis: até no caso-limite da prisão, detentos podem cavar túneis e fugir. Os fatos não negam as possibilidades e restrições *intrínsecas* às configurações arquitetônicas, mas revelam que as relações de determinação entre arquitetura e comportamento são mais sutis do que um dia imaginamos. Nem ela determina nosso comportamento como se fôssemos desprovidos de vontade, iniciativa e capacidade de superar limites, nem ela é neutra, como foi a “solução” adotada por muitos teóricos. P.ex., Tafuri e Rossi passaram a ver a arquitetura como vazia de conteúdo, sobre a qual podemos colar os rótulos que quisermos: “a arquitetura por si própria não pode ser democrática ou fascista; somente as pessoas podem fazê-la uma coisa ou outra”<sup>58</sup>. Foram secundados por Léon Krier: “não existe arquitetura autoritária nem democrática. Existem somente meios autoritários e democráticos de produzir e usar a arquitetura. (...) A arquitetura não é política, apenas pode ser usada politicamente”<sup>59</sup>. Isso não agride apenas o bom senso, agride vasta evidência empírica. Sobre o tema *determinismo arquitetônico*, Tafuri, Rossi, Krier, jogaram fora a água suja do banho junto com o bebê.

<sup>56</sup> Estudos de caso em Holanda, 2002, *op. cit.*, ilustram alguns tipos de sociedades.

<sup>57</sup> Para uma retomada da clássica discussão sobre “determinismo arquitetônico” ver Frederico de Holanda, “A determinação negativa do Movimento Moderno”.

<sup>58</sup> *Apud* Ellin, *op. cit.*, p. 26.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 31.

Compreender as relações entre arquitetura e sociedade num novo patamar de qualidade é o desafio da arquitetura sociológica.

Este é o núcleo de minhas reflexões teóricas. Todavia, por ser também professor de projeto a “arquiteto de prancheta” (bissexto), tenho navegado por outras águas. Além de organizar material didático para os alunos sobre o conhecimento disponível nos termos dos nossos aspectos,<sup>60</sup> e de continuar a pesquisar os aspectos sociológicos, tenho feito incursões noutras direções.

## A TEORIA DA SINTAXE ESPACIAL

No início do texto, caracterizei minha predileção na pesquisa: o estudo da arquitetura como variável independente; neste âmbito, o estudo do seu impacto nas pessoas, não no meio ambiente; e, neste âmbito, os aspectos sociológicos do desempenho da arquitetura. Acrescento agora: dentro dos aspectos sociológicos, a Teoria da Sintaxe Espacial (SE) tem para mim lugar de honra, embora seus conceitos, método e técnicas não sejam os únicos utilizados para o estudo dos aspectos sociológicos. As razões: testemunhei o nascimento da teoria, nos anos londrinos de minha pós-graduação (1976-1979); desde então utilizo-a na pesquisa, no ensino e nos projetos, embora não exclusivamente; uma comunidade internacional de pesquisadores que se debruçam sobre as relações espaço x comportamento têm-na utilizado para produzir uma significativa massa de conhecimento, socializada, dentre outras formas, nos simpósios internacionais bienais realizados desde 1997.<sup>61</sup> Ofereço aqui uma visão pessoal e inevitavelmente sumária da teoria. Um pouco mais aparece em outros momentos deste texto, e muito mais nos trabalhos publicados.<sup>62</sup>

A teoria surge nos anos 1970 e integra a reflexão crítica sobre o modernismo e a reafirmação da *arquitetura como disciplina*, mas não é o momento inaugural da tendência, haja vista, p.ex., os trabalhos pioneiros de Jane Jacobs, Kevin Lynch ou Gordon Cullen, para não falar em Camilo Sitte.<sup>63</sup> No Brasil, antes dos textos precursores da SE,<sup>64</sup> Evaldo Coutinho publica o seminal *O espaço da arquitetura* (1970) e Carlos Nelson Ferreira dos Santos faz uma palestra por ocasião dos 50 anos do IAB (1971), quando scandaliza a corporação profissional dos arquitetos: “há cultura na favela!”<sup>65</sup> Carlos Nelson, com o brilhantismo que lhe era peculiar, desvela os valores de um espaço que, até então, era pura e simplesmente tido como epifenômeno da miséria, e como tal deveria ser erradicado.

<sup>60</sup> Paralelamente, Gunter e Maria Elaine Kohlsdorf têm feito esforço semelhante.

<sup>61</sup> Coordenei a edição de Brasília, em 1999. O último, realizado em Estocolmo (junho de 2009) contou com a apresentação de cerca de 130 comunicações (além de conferencistas convidados) e a participação de congressistas provenientes de dezenas de países e universidades ou instituições diversas, acadêmicas ou profissionais. No Brasil, os pesquisadores concentram-se nas universidades UFC, UFRN, UFPE, UnB, UFSC e URGs.

<sup>62</sup> Um excelente apanhado crítico da teoria está em Medeiros, *op. cit.*, Cap. 2.

<sup>63</sup> Sitte, *op. cit.* (primeira edição em 1889); Jane Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades* (primeira edição 1961); Lynch, *op. cit.* (primeira edição 1961); Gordon Cullen, *The Concise Townscape* (primeira edição 1961, até hoje sem tradução brasileira).

<sup>64</sup> Além dos textos de Hillier e Leaman já citados (1970, 1972, 1974 e 1976), ver Bill Hillier e Adrian Leaman, “The man-environment paradigm and its paradoxes”.

<sup>65</sup> Eu morava no Rio à época e tive a felicidade de estar presente à palestra, no Museu de Arte Moderna.

É no livro *The social logic of space*, de Hillier e Hanson (1984), que os axiomas, conceitos, método e técnicas são colocados pela primeira vez com maior completude. A SE opera uma mudança paradigmática nos estudos sobre relações espaço x comportamento. Antes, elas eram entendidas como relações entre fenômenos distintos: o espaço era considerado a-social, e a sociedade, a-espacial, o que implicava paradoxos insuperáveis.<sup>66</sup> Para a SE, a arquitetura já nasce prenhe de significados e implicações sociais, e a sociedade não existe no éter, mas é, ela própria, um fenômeno espacial. Para a SE, assim como para Evaldo Coutinho, a essência da arquitetura é espacial. A SE não se interessa pela volumetria edilícia ou urbana. Entretanto, diferentemente de Coutinho, a SE não considera os atributos espaciais de luz/sombra, ruído/silêncio, aromas, temperatura etc. Para a teoria, o “espaço” é apenas um sistema de barreiras e permeabilidades de diversos tipos ao movimento das pessoas sobre o chão ou, mais recentemente, de opacidades e transparências à visão; a SE opera com *plantas baixas*. Por outro lado, a “sociedade” é, para a SE, um sistema de encontros e esquivações. As relações entre as duas realidades são resumidas no axioma: *o espaço é função das formas de solidariedade social*. (São claros os ecos de Durkheim e seus conceitos de “solidariedade orgânica” e “solidariedade mecânica”.<sup>67</sup>)

A desconfiança na capacidade de a língua natural descrever configurações espaciais leva à exploração de “técnicas não-discursivas”. Hillier adota o aforismo de Galileu: “o mundo é matemático”. Espaços de edifícios e conjuntos edificadas em qualquer escala (aldeias, vilas, bairros, cidades, metrópoles) são representados, p.ex., por “mapas axiais” e “mapas de convexidade”. Ambos são abstrações do sistema de espaços abertos de edifícios e cidades, o primeiro em termos de elementos unidimensionais (eixos), os segundos, bidimensionais (polígonos convexos – não tratarei destes aqui). Um mapa axial urbano é composto por segmentos de reta que coincidem aproximadamente com os eixos das vias. Os mapas são processados em aplicativos específicos (*Depthmap*, *Mindwalk*, *Jass* etc.). Resultam saídas gráfica e numérica que compreendem atributos a traduzirem relações topológicas entre os elementos. P.ex., numa cidade, quanto uma via dista das demais, em média, em termos de número mínimo de inflexões de percurso; ou, numa casa, quanto a sala é acessível a partir dos demais cômodos, i. é, quantos espaços intervenientes há, em média, entre sala e quartos, cozinha etc. Esta variável – *medida de integração* – é o carro chefe da SE. Na saída numérica, a medida de integração de cada linha é representada por um número, numa tabela gerada pelo aplicativo. Na saída gráfica, ela é representada por uma cor num mapa de segmentos de reta coloridos. A banda cromática vai do vermelho, para as mais linhas mais integradas, ao azul escuro, para as mais segregadas. (Ver exemplo do mapa axial das vias de Brasília, *Figura 1*.)<sup>68</sup>

<sup>66</sup> Bill Hillier a Adrian Leaman, 1973, *op. cit.*

<sup>67</sup> Durkheim, *op. cit.*

<sup>68</sup> Os segmentos de reta coincidem com os eixos das vias quando o mapa está na escala maior da cidade, como neste caso. No estudo de bairros, podem interessar outras possibilidades analíticas, como os percursos para pedestres ou ciclistas. É típico das cidades “tradicionais” os dois mapas praticamente coincidirem; é típico do urbanismo moderno eles serem muito diferentes (p.ex., ver mapas de bairros de Brasília, em Holanda, 2002, *op. cit.*).



As reduções operadas pela SE no “espaço” e na “sociedade”, e a ênfase em “técnicas não-discursivas”, têm constituído o maior alvo das críticas à teoria. Entretanto, reduções não são peculiares à SE. Qualquer teoria, ao lidar com abstrações, necessariamente reduz, seleciona, abstrai dimensões do real. Completo, mesmo, só ele. Não importa se ela é redutora, mas se faculta pensar coisas inteligentes com a redução, se permite revelar aspectos do real até então ocultos a partir de outras abordagens. Sim, Bill Hillier sugere que “técnicas não-discursivas” (implicando formalizações quantitativas) permitem maior rigor na compreensão da realidade. Mas admite que há uma “zona cinza” onde “filosofia” e “ciência” se superpõem – a primeira mais afeita à evolução da língua natural e das ideias, a segunda responsável pelo desenvolvimento de um sistema formal que confere “exatidão” ao conhecimento.<sup>69</sup> Portanto, não sejamos maniqueístas nem “mais realistas que o rei”. Por exemplo, no meu livro *O espaço de exceção*, dos sete capítulos, quatro são “discursivos”. No meu estudo recente sobre a obra de Oscar Niemeyer,<sup>70</sup> nenhuma quantificação, nenhuma utilização dos programas de computador. Contudo, não poderia tê-los realizado sem os conceitos basilares da SE. Até agora, muitas das variáveis analíticas utilizadas no âmbito da SE têm se mostrado refratárias à quantificação. Talvez permaneçam assim.

Na busca do *conhecimento objetivo*, soma-se às técnicas não-discursivas o *questionamento direto* da realidade. Em tese, a SE não trabalha com depoimentos dos sujeitos envolvidos. Isso seria um imperdoável “deslize fenomenológico”... Na prática, a caracterização da “sociedade” em termos de sistemas de encontros e esquivações, fulcral à teoria, não prescinde do questionamento direto dos sujeitos. A depender do problema de pesquisa, não basta registrar “objetivamente” os sujeitos estáticos nos lugares, ou em movimento através deles. Isso ainda não caracteriza um “sistema de encontros e esquivações”. Informação sobre quem está fazendo o quê, com quem, onde, quando, durante quanto tempo, e sobre os modos de as pessoas avaliarem os lugares que freqüentam, é pertinente a certos problemas de pesquisa no âmbito da SE e não pode ser obtida por simples observação. Para ter a informação, questionários são aplicados e tabulados.<sup>71</sup>

A SE aborda sistemicamente seus objetos. O foco de atenção são características *globais*, não *locais*. Os atributos dos elementos constituintes do sistema (vias de uma cidade, cômodos de uma casa) existem como *função* da pertença ao todo. A medida de integração de uma via resulta das conexões que a unem ao resto da cidade. A eliminação (ou o acréscimo) de uma via na periferia da cidade, muda a medida de integração de uma via no centro. A abertura de um bulevar à Haussman no centro, muda a medida de integração de uma via na periferia. Isto se traduz num outro aforismo hillieriano: “a cidade faz os lugares, não os lugares a cidade”. Será?

Há duas facetas na questão: o fato de edifícios ou cidades serem descritos e explicados *como todos estruturados*, e o papel dos elementos componentes neste todo.

<sup>69</sup> Hillier, 1996, *op. cit.*, p. 79.

<sup>70</sup> “De vidro e concreto: relações espaço interno x espaço externo na obra de Oscar Niemeyer”, a compor o livro de Sylvia Ficher e Andrey R Schlee (orgs.), *O arquiteto Oscar Niemeyer* (no prelo).

<sup>71</sup> Exemplos estão em meu livro *O espaço de exceção* e em teses de doutorado por mim orientadas, p.ex., França, *op. cit.* e Sandra Mello, *Na beira do rio tem uma cidade*.

Desvelar atributos globais de sistemas arquitetônicos é um dos pontos fortes da SE, mas ela o faz *de um determinado ponto de vista*, aquele da acessibilidade topológica entre os elementos do sistema. Outras teorias têm sido criticadas por expoentes da SE como sendo incapazes de captar sistemicamente o que analisam, às vezes com razão, outras sem. P.ex., Peponis critica corretamente Rossi: seu clássico não deveria ser chamado “a arquitetura da cidade” mas “as arquiteturas da cidade”.<sup>72</sup> Não há em Rossi uma proposta teórica que implique a compreensão da cidade como sistema. Mas o mesmo Peponis critica incorretamente Lynch ao não perceber que a ordenação de seus cinco elementos – caminhos, pontos focais, marcos visuais, bairros e limites – permite-nos identificar em que condições uma cidade é, ou não, compreensível como um todo estruturado.<sup>73</sup>

Do ponto de vista da SE, “a cidade faz os lugares”. O atributo dos lugares é determinado pelo modo de sua inserção no todo. Essa contribuição da SE não deve ser minimizada, deve ser qualificada. Trata-se de uma determinada forma de ver a cidade e seus elementos. Desta forma, a SE está correta. Mas se considerarmos outros aspectos de desempenho da cidade e de seus lugares individualmente, a coisa muda de figura (agora está falando o pesquisador *dimpiano...*). P.ex., a força simbólica *do lugar* Praça de São Pedro, *por seus atributos locais*, é um dos elementos que faz de Roma, Roma. A força do *marco visual* (termo lynchiano) Torre Eiffel, é um dos elementos que faz de Paris, Paris. Ou ainda: bioclimaticamente, uma alta densidade construída no centro de uma cidade (atributo local) pode provocar uma ilha de calor que reverbera em toda a cidade (efeito sistêmico) etc.

Decorre um quase-truísmo: não há teoria “pau-para-toda-obra”, nenhuma pode tudo, todas têm potencialidades e limitações. Se a SE não revela como “os lugares fazem a cidade”, outras teorias o fazem. Isto nos leva à questão dos problemas de pesquisa. Sua definição é uma das maiores dificuldade de um mestrando ou doutorando ao realizar seu projeto. Um *problema empírico* (no mundo real) ainda não é um problema *de pesquisa*.<sup>74</sup> Este pressupõe conceitos, método e técnicas, pressupõe um olhar teórico (ou o concurso de olhares – mas não muitos!) que, por hipótese, possa iluminá-lo. Um problema pode ser *teoricamente* limitado para ser tratável por uma só “caixa de ferramentas” – p.ex. a da SE. Outros problemas exigem a contribuição de vários olhares. Ambas as coisas têm ocorrido em nosso grupo de pesquisa. Isso não invalida a discussão anterior sobre o fortalecimento disciplinar, pelo contrário: problemas situados em interfaces disciplinares exigem abordagens *disciplinares* complementares a iluminar as diversas facetas, não abordagens “interdisciplinares” amorfadas, sem conceitos, método ou técnicas específicos, fadadas à superficialidade e ao pouco rigor.

Passo a exemplificar como temos utilizado esse conjunto de ideias em desafios teóricos e práticos. Os desafios implicam avanços nos procedimentos tradicionais da SE, questionamento de conclusões da literatura tradicional, utilização de conceitos,

---

<sup>72</sup> John Peponis, “Space, culture and urban design in late modernism and after”.

<sup>73</sup> *Idem*.

<sup>74</sup> Sobre o tema ver o didático texto de Julianne Hanson, *Os dez mandamentos (para escrever textos acadêmicos)*.

métodos ou técnicas tradicionalmente alheias à SE etc. – tudo isso determinado pela natureza dos desafios.

## FORMALIDADE X URBANIDADE

No começo de 1976 viajei ao México e conheci sítios arqueológicos da América pré-Colombo. Tiveram um enorme impacto na minha visão de arquitetura. Eu morava em Brasília desde 1972. Ao pisar na *Avenida dos mortos*, em Teotihuacán, na meseta mexicana, a primeira ideia que me veio à mente foi: “estou na *Esplanada dos Ministérios*, em Brasília!”. A despeito do imenso hiato de tempo (as origens de Teotihuacán são do séc. III A.C.) e das diferentes técnicas construtivas, havia algo de *estruturalmente* semelhante entre os dois lugares, na sua configuração e nas suas funções. Com variantes, o mesmo acontecia com outros sítios arqueológicos do país, particularmente os lugares da cultura maia clássica, na Península do Yucatán. Em importantes aspectos, estes últimos ainda são mais próximos de Brasília (Uxmal, Chichén-Itzá, Palenque etc.). Tinha de haver *algo subjacente* a aproximar Brasília daqueles lugares. Estava com um belo problema de pesquisa.

Com essa ideia aportei em Londres no mesmo ano de 1976 atraído pelo título de uma das disciplinas do *Master of Science in Advanced Architectural Studies*, na Universidade de Londres: “morfologia espacial”. O curso era dirigido por Bill Hillier, de quem não ouvira falar. O interesse era na *lógica social do espaço* e numa abordagem da arquitetura que privilegiava estudos comparativos. Exatamente o que queria. A dissertação de mestrado foi um primeiro ensaio para a verificação da hipótese. Comparei a configuração dos assentamentos humanos de duas sociedades pré-Colombo tão diferentes quanto possível – os maias clássicos e os hopi (ao contrário dos maias clássicos, cuja sociedade entrou em colapso aproximadamente no séc. VIII D.C., os hopi ainda existem como minoria étnica no Estado do Arizona, sudoeste dos atuais EEUU). Propus a interpretação de que o *espaço* é uma *instância do modo de produção*, e que ele pode estar predominantemente relacionado à *infra-estrutura econômica* ou, alternativamente, à *superestrutura político-ideológica* do modo. (Ainda havia, aqui, um certo encantamento com o terminologia althusseriana e seus discípulos Martha Harnecker e Manuel Castells, que eu abandonaria depois.<sup>75</sup>) Os hopis estão no primeiro caso, os maias, no segundo. A consequência é que eles adotavam dois modos distintos de organização espacial: o *modo instrumental* (os primeiros) e o *modo expressivo* (os segundos). O primeiro modo (instrumental) era de altas densidades, forte contiguidade e continuidade espaciais,<sup>76</sup> espaços públicos abertos bem definidos pelas edificações, estas abrindo direta e frequentemente para aqueles etc. O segundo (expressivo) era de baixas densidades, grandes descontinuidades

---

<sup>75</sup> Respectivamente autores de dois livros com grande trânsito na esquerda à época: *Os conceitos elementares do materialismo histórico* e *A questão urbana* (este último, aliás, reeditado no Brasil em 2009).

<sup>76</sup> Neste contexto, *contiguidade* é quando os edifícios *colam-se* entre si, e *continuidade* quando voltam-se para os mesmos espaços abertos do assentamento.

físicas, barreiras no entorno das edificações a impedir relações diretas entre o dentro e o fora etc.<sup>77</sup>

O resultado da dissertação de mestrado é-me gratificante. Estão lançadas as bases para o estudo mais amplo da tese de doutorado, em que o objetivo é entender Brasília ante a história da arquitetura e no foco aqui comentado – o da lógica social do espaço. (O tema da dissertação de mestrado, revisitado, é um dos estudos de caso da tese.) Nos momentos iniciais de pesquisa para a tese, percorro a história dos assentamentos humanos e percebo que os tipos identificados na América pré-Colombo encontram-se em outros tempos e espaços. Brasília tem raízes mais profundamente fincadas na história do que parece. Dispondo da generosa informação nas bibliotecas londrinas, procuro por pares de casos que me auxiliem a decifrar o problema. Desconfio do conceito de modo de produção como “determinante em última instância” (Althusser).<sup>78</sup> Apóio-me em autores como Williams<sup>79</sup> ao identificar no modo de produção uma *delimitação de limites* para as demais instâncias, não como uma *determinação* sobre elas. A partir de um mesmo modo de produção haveria um grande campo de possibilidades de *modos de vida*. Passo a trabalhar com este último conceito e, para provar o argumento, procuro por exemplos nos quais o modo de produção é similar mas a *configuração espacial* é diferente. Partindo do axioma da SE – “o espaço é função de formas de solidariedade social” – procuro comparar tais formas como elas ocorrem nos casos de modo de produção semelhante, mas de configuração espacial contrastante. Apoiando-me em literatura etnográfica e histórica, busco a caracterização dessas sociedades (modos de vida), porém no viés específico da SE – sociedade como sistema de encontros e esquivações.

Classificações correntes de cidades não me satisfazem. Procuo por termos que, ao mesmo tempo, sirvam para caracterizar os dois aspectos envolvidos: atributos morfológicos dos assentamentos humanos (entendidos, como na SE, como barreiras e permeabilidade ao deslocamento das pessoas, e opacidades e transparências à visão) e atributos da sociedade (entendida, como na SE, como sistemas de encontros e esquivações). Para isso, tipologias disponíveis não são suficientes. A de Broadbent – *cidades empiricistas x cidades racionalistas* – joga o foco nas atitudes mentais subjacentes às configurações, não nelas próprias. A de Choay/Norberg-Schulz – *cidades hipossignificantes x cidades hipersignificantes* – vêem “significação” somente na família de cidades que sobreinvestem na dimensão simbólica, na verdade a minoria do acervo histórico. A de Hillier – *cidades instrumentais x cidades simbólicas* – embora próxima da que adotarei, poderia erradamente dar margem à ideia que as cidades instrumentais não carregam, no seu tipo mórfico, símbolos de natureza coletiva. Da mesma maneira, poder-se-ia pensar que as cidades simbólicas apenas representam a vida social, sem que instrumentalmente constituam relações específicas de poder. Entretanto, não é que um tipo representa a estrutura social e o outro

<sup>77</sup> A dicotomia *instrumental/expressivo* aparece pela primeira vez em Bill Hillier e Adrian Leaman, “The architecture of architecture”. Depois reaparece em Bill Hillier, “The Architecture of the Urban Object”. *Ekistics*, n. 334/335, jan-apr, 1989, p. 5-21.

<sup>78</sup> Holanda, 2002, *op. cit.*, p. 116-117.

<sup>79</sup> Raymond Williams, *Marxism and literature*, p. 75.

tipo a constitui: cada um dos tipos tanto representam como constituem *estruturas sociais radicalmente distintas*. Aqui jaz a diferença.<sup>80</sup>

Dadas as razões, entendo que há duas tendências polares ao longo das configurações arquitetônicas, sintetizadas nas expressões *paradigma da formalidade* e *paradigma da urbanidade* :

As palavras “formalidade” e “urbanidade” são interessantes para nossos fins porque elas comunicam simultaneamente ideias relativas ao espaço físico - e portanto a padrões espaciais - e ideias relativas a comportamentos humanos - e portanto à vida espacial e à vida social. “Formalidade” vem de “formal”, relativo a “forma” - “limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular” -, mas isto de uma certa maneira: “que não é espontâneo; que se atém a fórmulas estabelecidas; convencional.” “Formalidade” também é uma “maneira expressa de proceder; aquilo que é de praxe, rotina.”<sup>81</sup> Por sua vez, “urbanidade” obviamente se refere à cidade, enquanto realidade física, mas também à qualidade de “cortês, afável, relativo à negociação continuada entre interesses.”<sup>82</sup> Proponho que os mais diversos tipos de assentamentos humanos encontrados ao longo da história, podem ser caracterizados como posições ao longo do intervalo entre essas tendências polares.<sup>83</sup>

O foco da tese é uma manifestação particular do paradigma da formalidade, que denomino *espaço de exceção*. Brasília é exemplo emblemático:

o espaço de exceção constitui um tipo de assentamento dentro do âmbito do paradigma da formalidade. [...] Mas ele é um tipo especial de formalidade. Fisicamente, a estratégia da separação é flagrante, mas a unidade (ou conjunto de unidades) mais claramente separadas do resto da formação espacial tem um rótulo espacial específico: os agentes e/ou as práticas sociais localizados aqui têm a ver exclusivamente, ou pelo menos de maneira muito predominante, com as dimensões superestruturais da ordem social - política, treinamento militar, produção de ideologias no seu mais amplo sentido etc. Agentes e/ou práticas sociais estão relacionados não simplesmente a zonas funcionais especializadas, como o paradigma da formalidade em geral reza, mas a uma estrutura dual, materializada em dois tipos de assentamentos: por um lado, assentamentos “superestruturais” - centros cerimoniais, castelos, capitais nacionais etc.; por outro, assentamentos “infra-estruturais” - aldeias camponesas, cidades burguesas nascentes, metrópoles industriais etc.<sup>84</sup>

Nas conclusões da tese discuto relações entre formalidade/urbanidade e simetrias/assimetrias sociais. Constato que, historicamente, formalidade – e, particularmente, o espaço de exceção – ocorre em sociedades mais desiguais, e sugiro que for-

<sup>80</sup> Holanda, 2002, *op. cit.*, p. 125.

<sup>81</sup> Aurélio B H Ferreira, *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*.

<sup>82</sup> *Idem*.

<sup>83</sup> Holanda, 2002, *op. cit.*, p. 125-126.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 129.

malidade favorece a desigualdade. Urbanidade, ao contrário, favorece a democracia. Não se trata, contudo, de uma relação de *determinação*. Espaços urbanos não evitam a tirania e espaços formais não impedem a democracia. Todavia, espaços formais, nas democracias, implicam um sobre-esforço do povo para superar as restrições impostas pela configuração. Espaços urbanos são menos propícios para o exercício de tiranias (os exemplos da tese ilustram ambas as coisas).

Disto decorrem, na tese, minhas críticas a Brasília – por sua própria configuração ela penaliza os mais pobres. Ressalto, entretanto (e aqui fala novamente o pesquisador *dimpiano*) que examinei, naquela instância, uma única *dimensão de desempenho* – na terminologia atual, que não está na tese, os *aspectos sociológicos* do desempenho da arquitetura. Os demais aspectos *dimpianos* ficaram de fora (Brasília tem excelente desempenho em vários outros, p.ex., os estéticos, topoceptivos e simbólicos, que comento em textos posteriores<sup>85</sup>).

Desde a tese, os trabalhos de pesquisa, a orientação a graduandos, mestrandos e doutorandos, a realização de projetos, têm por referência os conceitos de formalidade/urbanidade, e suas implicações.

(Uma amiga diz que só temos uma ideia na vida, as outras lhe são subsidiárias. Quiçá *formalidade/urbanidade* é a minha...)

## BRASÍLIA

Naturalmente, Brasília é o objeto predileto de pesquisa. Os primeiros textos sobre a Capital datam de antes da pós-graduação em Londres. Numa série de artigos para jornais de notícias da cidade (1974-1975), analiso vários problemas urbanísticos, particularmente o desequilíbrio entre o Plano Piloto e as cidades satélites.<sup>86</sup> Em 1974 abordo o tema em comunicação no *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, promovido pelo Senado Federal. Em 1975-1976 sai *O centro urbano de Brasília*.<sup>87</sup> Ali antecipo as preocupações com a urbanidade que sistematizaria melhor depois. Infelizmente constato que os principais problemas detectados mais de 30 anos atrás permanecem: hipertrofia do centro ante a metrópole; excessiva especialização de funções por setor; excessiva presença de automóveis; ausência da função residencial.

Aqui, ordeno a exposição sobre Brasília por *temas*, não por cronologia das ideias produzidas e divulgadas. Os temas são chamarizes para a bibliografia referida, onde estão desenvolvidos. Cronologicamente, perderíamos em clareza: no caminhar da carroça, conceitos foram retomados, revistos, enriquecidos. Quando informativo, refiro-me às transformações. O foco é nas reflexões mais recentes.

---

<sup>85</sup> P.ex., Frederico de Holanda, “Brasília: ciudad moderna, ciudad eterna”.

<sup>86</sup> A iniciativa foi do saudoso mestre e amigo Edgar Graeff. Contribuíram para a série de artigos os colegas Paulo Bicca, Gunter Kohlsdorf, Maria Elaine Kohlsdorf e outros.

<sup>87</sup> Frederico de Holanda, “O Centro Urbano de Brasília (Parte 1)” e “O Centro Urbano de Brasília (Parte 2)”.

## *Integração / Fragmentação*<sup>88</sup>

Brasília realiza, por excelência, um dos traços configuracionais mais marcantes das cidades brasileiras – a *fragmentação* – quando comparadas a cidades em outras partes do mundo (América do Norte, Europa, Ásia e a região do Pacífico etc.).<sup>89</sup>

Fragmentação dá-se 1) por um tecido urbano *contínuo* porém caracterizado por frações cujas malhas têm diversas configurações, a lembrarem uma “colcha de retalhos” ou 2) por um tecido urbano *descontínuo* no qual, à diversidade configuracional das partes, somam-se vazios a separá-las. Brasília é nítido exemplo da segunda versão.

A *medida de integração* (a acessibilidade interpartes, da SE) é a primeira categoria analítica para quantificar a fragmentação (partimos do mapa axial de Brasília, *Figura 1*). Normalizamos os valores encontrados por Medeiros<sup>90</sup> numa escala entre “0” (mais fragmentado) e “100” (mais integrado), a facilitar sua apreensão. Para ilustrar com um quadro empírico dos achados, as oito cidades mais integradas do mundo, e os respectivos valores, são: Hollywood (100,00), New York (83,33), Denver (81,53), Los Angeles (77,08), Cidade do México (66,50), Las Vegas (64,37), Miami (58,19) e Chicago (53,24). Não surpreende que, exceto a Cidade do México, todas são norte-americanas, com sua marcada trama ortogonal (também uma característica das cidades hispano-americanas, como a Cidade do México), que minimiza distâncias topológicas interpartes. A integração média de Brasília – 18,77 – é muito mais baixa que as citadas acima. É também mais baixa que a média para as cidades brasileiras – 23,04 – por sua vez mais baixa que a média mundial – 29,17. (Como já indicado, o mapa axial de Brasília está na *Figura 1*.)

Mediante o estudos das *densidades*, aproximamo-nos de características *geométricas* da cidade (além das topológicas), ao considerarmos relações entre superfícies urbanas e número de habitantes.

## *Densidade*

A densidade média das áreas urbanas do DF é muito baixa – 23 hab./ha – o que a faz similar à das americanas.<sup>91</sup> A densidade varia entre regiões administrativas, as mais pobres com quase 90 hab./ha, as mais ricas com menos de 5 hab./ha (Lagos Sul e Norte). As asas residenciais do Plano e entorno imediato têm 14 hab./ha, e a densidade líquida de uma superquadra residencial<sup>92</sup> está entre 400 e 600 hab./ha.<sup>93</sup>

<sup>88</sup> Os primeiros temas – fragmentação, densidade, dispersão, excentricidade, segregação socioespacial e centralidade x qualidade de vida – estão em texto inédito, *Centralidades de Brasília*, assinado por mim, Valério Medeiros e Rômulo Ribeiro, que deverá compor coletânea sobre *Centralidades Urbanas e Históricas*, organizado por Fernando Carrión (FLACSO), e tendo como editor, para os textos brasileiros, Silvio Mendes Zancheti, do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, e do Centro de Comunicação de Artes (Universidade Federal de Pernambuco).

<sup>89</sup> Valério Augusto Soares de Medeiros, *Urbis Brasiliae, ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*.

<sup>90</sup> *Idem*.

<sup>91</sup> Ribeiro, *op. cit.*

<sup>92</sup> O Plano Piloto tem variedade edilícia pouco comentada. As “superquadras” são a unidade residencial básica do projeto. A maioria tem edifícios de seis pavimentos de apartamentos, mas há uma fileira de superquadras com três pavimentos (as “400”). Há também uma fileira de quadras residenciais unifamiliares que incluem alguns edifícios de apartamentos (as “700”) e duas áreas urbanas fora das “asas” residenciais, o Setor Militar Urbano e a Vila Planalto. Há ainda moradias sobre as lojas e, mais recentemente, estão surgindo moradias de fato na área

A arborização das superquadras, as áreas verdes dos espaços monumentais, a “tonalidade bucólica” do Plano em geral, parte importante da forte identidade da cidade e responsável por uma qualidade ambiental inegável, são muito apreciadas pela população, ao contrário do que diz a literatura crítica.<sup>94</sup> Elas não são as principais responsáveis pela baixa densidade média do Plano, mas, sim, os espaços residuais sem uso definido (como nos setores de embaixadas, de clubes etc.) ou a imensa superfície de um sistema viário dimensionado prioritariamente para o automóvel. Um traço forte da metrópole é o contraste entre o Plano, farto em áreas livres que excedem necessidades funcionais, ambientais ou expressivas, e uma periferia *mais densa* que o Plano, contradizendo *todos* os exemplos estudados, p.ex., por Bertaud em amostra de cidades do mundo inteiro,<sup>95</sup> e por Ribeiro para 13 capitais brasileiras.<sup>96</sup>

Todavia, os procedimentos utilizados para o cálculo de densidade não incluem os *interstícios* entre as áreas urbanas. Eles são fundamentais na caracterização de Brasília. Considerá-los é objeto da análise da *compacidade/dispersão*.

### *Compacidade/dispersão*

Para chegar-se ao “índice de dispersão” compara-se a forma da cidade analisada à forma de uma cidade circular hipotética de área equivalente.<sup>97</sup> Bertaud & Malpezzi calcularam o índice de dispersão para uma amostra de 47 cidades de todos os continentes. Ampliamos a amostra ao incluirmos mais 10 capitais brasileiras, além de atualizarmos os cálculos para as três cidades brasileiras já calculadas por eles.<sup>98</sup> Para maior clareza, passei a chamar o índice de *compacidade/dispersão* e normalizei os valores encontrados, entre “100,00” para a cidade mais compacta do mundo (Shanghai, China) e “0,00” para mais dispersa (Mumbai, Índia). A amostra confirma a alta dispersão (ou baixa compacidade) de Brasília: 5,95. É a segunda mais dispersa do mundo, perdendo apenas para Mumbai.

Estudamos mais detalhadamente as capitais brasileiras. Relacionamos o índice de dispersão com o respectivo IPK,<sup>99</sup> que indica intensidade de utilização do sistema de

---

de “hotéis de turismo”, sob o rótulo de “flats”, à margem do lago. Finalmente, apartamentos são construídos irregularmente em áreas para escritórios (quadras “900”).

<sup>93</sup> Considerado o perímetro da superquadra, de cerca de 250m x 250m. A população varia entre 2.500 e 3.500 habitantes, segundo a configuração dos apartamentos.

<sup>94</sup> O tema extrapola o âmbito deste texto. Entre os críticos, dois autores sobressaem: Holston, *op. cit.* e Rykwert, *op. cit.* O primeiro, pelo impacto que seu livro teve, no exterior e no Brasil. Tornou-se talvez a principal referência bibliográfica crítica sobre a cidade. É pena. Como comentamos em pormenor noutra oportunidade (Holanda, 2006a, *op. cit.*), sua obra é prenhe de fragilidade teórica, problemas metodológicos e desinformação factual. O segundo (Rykwert), destaca-se pelo justo prestígio que goza sua obra pregressa como historiador de renome. A parte sobre Brasília na obra referida, contudo, é eivada de desinformação e preconceito, além do tom arrogante e irônico, incompatível com a seriedade exigida de um trabalho acadêmico de qualidade. Em contrapartida, aspectos positivos da cidade são analisados em inúmeros trabalhos, p.ex.: Machado e Magalhães, “Imagens do espaço, imagens de vida”; Gorovitz, 1985, *op. cit.* e 1993, *op. cit.*; Holanda (2002, *op. cit.*, e 2006a, *op. cit.*); Maria Cecília C. C. Branco, *Brasília: narrativas urbanas*. Estudo comparativo recente da Fundação Getúlio Vargas, em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101796.shtml>, coloca Brasília em primeiro lugar em qualidade de vida entre as capitais brasileiras, ao considerar, entre outros fatores, a avaliação subjetiva da população.

<sup>95</sup> Alain Bertaud e Stephen Malpezzi, *The Spatial Distribution of Population in 48 World Cities: Implications for Economies in Transition*.

<sup>96</sup> Ribeiro, 2008, *op. cit.*

<sup>97</sup> Originalmente proposto em Alain Bertaud e Stephen Malpezzi, *op. cit.* Para as técnicas, ver Frederico de Holanda, “Uma ponte para a urbanidade”.

<sup>98</sup> Ribeiro & Holanda, 2006, *op. cit.*

<sup>99</sup> IPK é índice de passageiros por quilômetro de linhas de ônibus. Índices baixos como o de Brasília revelam sistemas ociosos, conseqüentemente caros (Ribeiro & Holanda, 2006, *op. cit.*).



transportes por ônibus. Como era de se esperar, Brasília apresenta o IPK mais baixo entre as capitais: 0,97. Porto Alegre (2,29) e Curitiba (2,56) têm os mais elevados. Há anos estas duas cidades investem em transporte coletivo de qualidade e, particularmente em Curitiba, incentivam-se densidades mais elevadas ao longo dos corredores de ônibus. Tudo ao contrário do que se faz em Brasília: grande soma de recursos é direcionada para a duplicação de vias, sem que o fluxo veicular o justifique; a política de uso do solo não está coordenada com a política de transportes; não há maiores densidades ao longo dos corredores de ônibus ou da linha do metrô. Para as dez cidades brasileiras, é muito alta a *correlação negativa*<sup>100</sup> entre dispersão e IPK:  $r = -0,78$  (Figura 2). Ou seja, quanto mais dispersa a cidade, mais baixo o IPK, indicando o forte impacto da dispersão nos custos de transporte.<sup>101</sup> Outros estudos revelam o impacto da dispersão no custo das infraestruturas urbanas do DF.<sup>102</sup>

À dispersão territorial de Brasília adiciona-se uma peculiar distribuição espacial das funções urbanas, detectada pelos estudos da centralidade urbana em Brasília, ou melhor, *das centralidades*, no plural.

#### *Excentricidade e “tricefalia”*

Fragmentação, baixas densidades e dispersão já indicam sérios problemas da configuração urbana da Capital. Um fenômeno torna os problemas mais graves: a *excentricidade* do núcleo principal. Os setores originalmente projetados da capital (que hoje incluem as regiões administrativas de “Brasília”, “Lago Sul” e “Lago Norte”) nunca foram “centrais” em relação ao conjunto urbano.<sup>103</sup>

Para caracterizar a situação, trabalhamos com três conceitos de *centralidade*. A cidade tem: 1) um *centro funcional*, i. é, o ponto em torno do qual se concentra a maioria dos empregos em comércio e serviços; 2) um *centro demográfico*, i. é, o ponto que minimiza a distância *per capita* média para todos os habitantes da metrópole, considerado o local de moradia (digamos, o “centro de massa” populacional); 3) um *centro morfológico*, i. é, o ponto mais acessível fisicamente, em média, a todos os demais pontos da cidade, considerado o sistema viário.

O IBGE representa o centro funcional das cidades brasileiras por um ponto nos mapas digitais dos setores censitários que coincide com o centro histórico e geralmente está próximo à Igreja Matriz. No caso de Brasília, o ponto definido pelo Instituto fica próximo à Catedral, na Esplanada dos Ministérios. Para os cálculos aqui realizados, preferimos fazer uma pequena correção, localizando-o no cruzamento dos dois eixos estruturadores do Plano – Eixo Monumental e Eixo Rodoviário: a maioria dos em-

<sup>100</sup> Utilizamos aqui a medida estatística de *correlação simples (r-Pearson)*, que revela como duas séries de valores estão relacionadas. Varia de “-1” a “+1”. Valores próximos de “0” indicam relação aleatória entre duas séries de valores.

<sup>101</sup> Mais sobre determinações ambientais, políticas ou ideológicas da dispersão, em Holanda, Medeiros e Ribeiro, 2008, *op. cit.*

<sup>102</sup> Gisele Mancini, *Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal*.

<sup>103</sup> O estudo pioneiro foi realizado por estudantes de mestrado e um bolsista de Iniciação Científica, sob minha orientação. Cronologicamente, saiu em: Ana Maria P Mota *et alli*, “Brasília Nasceu Excêntrica?” e Frederico de Holanda *et alli*, “Eccentric Brasília”.

pregos da RA1–Brasília (82% dos empregos formais da metrópole, ou 44% dos totais)<sup>104</sup> está em torno deste ponto.<sup>105</sup>

Resulta uma curiosa cidade “tricéfala” (a *Figura 3* é um *zoom* no mapa de axialidade do DF, com a localização dos três centros). Os três centros separam-se por grandes distâncias: 1) o centro demográfico dista 11,6km do centro funcional; 2) o centro morfológico dista 10,3km do centro funcional; 3) o centro demográfico dista 5,8km do centro morfológico. À guisa de comparação, considerem as respectivas distâncias em São Paulo: 1) centro demográfico / centro funcional = 3,4km; 2) centro morfológico / centro funcional = 1,5km; 3) centro demográfico / centro morfológico = 2,3km.<sup>106</sup> Decerto São Paulo não é um paraíso por esta razão, mas a comparação revela aspectos importantes do desequilíbrio socioespacial em Brasília. Não carece imaginação para reconhecer os altos custos sociais envolvidos, traduzidos nas distâncias das áreas residenciais entre si (o centro demográfico está longe do morfológico) e nas distâncias entre residência e trabalho/serviços (o centro demográfico está longe do centro funcional). O coração da metrópole, onde estão as sedes dos poderes da república e dos poderes locais, os principais equipamentos culturais, educacionais, de saúde, lazer etc., a maioria dos estabelecimentos comerciais, bancários etc., é *excêntrico* em relação à estrutura urbana como um todo, e sempre o foi. O desequilíbrio é ilustrado pelo gráfico que representa as três variáveis consideradas na definição dos centros: empregos, habitantes e integração, por região administrativa. A *Figura 4* mostra, no eixo x, as RAs e, no eixo y, o número de empregos, o de habitantes, e a integração média de cada RA.<sup>107</sup> As diferenças de altura das colunas falam por si próprias (os valores foram normalizados para facilitar a visualização).

Até aqui comentei a configuração da metrópole, mormente quanto a aspectos de desempenho funcional e econômico. Vimos com a cidade é peculiar quanto à distribuição das densidades demográficas no território, mas não ofereci ideia mais precisa de onde moram as famílias segundo seu poder aquisitivo. Sobre Brasília, é lugar comum a dupla equação *ricos = centro / pobres = satélites*, que Cristovam Buarque chamou de “apartaide social”. A realidade não é tão simples. Pesquisa exploratória no campo dos aspectos sociológicos detecta preciosos ensinamentos sobre relações entre tipos edifícios e segregação socioespacial.

#### *Na contramão do apartaide*

No Brasil e no exterior, autores têm discutido relações entre centralidade e espacialização das classes sociais. A tese é: onde está o centro, estão as elites. Se por alguma razão elas se movem, puxam o centro urbano consigo, ou pelo menos os equipamentos mais sofisticados dele.<sup>108</sup> No exterior, estudos utilizando a SE vão mais

<sup>104</sup> CODEPLAN 2003, e comunicação verbal de técnicos do GDF.

<sup>105</sup> O centro demográfico foi detectado por Rômulo Ribeiro com o auxílio de ferramentas de SIG, utilizando-se o aplicativo ArcView, considerados os centróides dos setores censitários e suas respectivas populações. O centro morfológico foi identificado por Valério Medeiros a partir do mapa axial (SE): é o ponto médio da linha mais integrada da metrópole.

<sup>106</sup> Também identificados por Ribeiro e Medeiros (Holanda, Medeiros e Ribeiro, 2008, *op. cit.*).

<sup>107</sup> Rômulo Ribeiro utilizou técnicas de SIG e de sintaxe espacial para identificar a acessibilidade média das RAs.

<sup>108</sup> Flávio Villaça, *Espaço intra-urbano no Brasil*. Trabalhos mais recentes sobre o Rio de Janeiro e São Paulo estão em, Maria Cristina Schicchi e Dênio Benfatti, *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro* e Sérgio Magalhães, *A cidade na incerteza: ruptura e contigüidade em urbanismo*.

longe, ao estabelecer uma relação entre a acessibilidade *da via* (captada pela *medida de integração*) e a distribuição das atividades econômicas e das classes sociais, como em estudos sobre Londres.<sup>109</sup> Na gíria da SE, seriam essas propriedades *globais* das vias (pois a medida de integração é função de sua inserção no todo urbano) as responsáveis pela distribuição. Observando empiricamente Brasília, intuí<sup>110</sup> que havia algo de insatisfatório com as assertivas.

A primeira surpresa veio com o coeficiente de determinação entre a medida de integração da SE (que havia atingido valores altos nos estudos sobre Londres, citados) e a renda familiar dos setores censitários, obtida do Censo Demográfico de 2000:  $R^2 = 0,04$ , ou seja, nula. Testei a relação entre renda e distância métrica ao centro, para verificar se atributos geométricos da forma urbana (em vez dos topológicos, como captados pela SE) explicariam melhor a distribuição. O resultado melhorou ( $R^2 = 0,44$ ), mas isto diz que a distância ao centro explica a localização das faixas de poder aquisitivo em 44% dos casos. E os outros 56%?!...

Se a medida de integração e a distância ao centro não explicam satisfatoriamente a distribuição das classes sociais, havia que procurar a lógica em outros atributos, de natureza *local*. Num primeiro momento, selecionei oito áreas para estudo mais aprofundado. Para melhor entender o problema, o conjunto deveria variar em 1) distância ao centro, 2) configuração edilícia e 3) poder aquisitivo. Pelos critérios, as áreas foram as seguintes (a *Figura 5* mostra a localização das áreas e a *Figura 6* imagens ilustrativas das áreas e respectivo perfil de renda):<sup>111</sup>

- 1) O Lago Sul apresenta tipo suburbano de ocupação: quase exclusivo uso residencial, isolados centros de compras locais, vias semi-expressas com fartos canteiros centrais arborizados, sistema viário “em árvore”, becos sem saída que tendem a ser privatizados, lotes unifamiliares. Aqui estão as “casas individuais” pensadas por Lucio Costa. É a região mais rica do DF - a renda média mensal é R\$ 6.824,95.<sup>112</sup> No Lago Sul os ricos são 80% e os estratos de médio-médio para baixo não chegam a 10%. Esta foi uma primeira surpresa: mesmo em áreas como esta, há famílias “não-conformes” que vivem nos interstícios da paisagem dominante.
- 2) O Bairro Sudoeste é de origem recente (1990s). Tem duas partes, distintas em configuração e renda, denominadas popularmente Sudoeste “nobre” e Sudoeste “econômico”. A parte “nobre” tem apartamentos em prédios de 6 pavimentos, elevadores, garagem; há comodidades *high-tech* (pontos de in-

<sup>109</sup> Laura Vauhn *et alii.*, “Space and exclusion: the relationships between physical segregation, economic marginalisation and poverty in the city”.

<sup>110</sup> A autoria é pessoal, mas registro o importante trabalho de bolsistas de IC na coleta e organização da informação.

<sup>111</sup> Ofereço uma descrição sumária. Mais pormenores e conclusões saíram, cronologicamente, e com dados sucessivamente atualizados, em: Frederico de Holanda. “Brasília: ciudad moderna, ciudad eterna”; Frederico de Holanda. “Na contramão do apartaide”; Frederico de Holanda. “Be aware of local properties”; Frederico de Holanda. “Brasília - proposta, presente desejo”.

<sup>112</sup> Dados referem-se à renda do responsável pelo domicílio, a informação mais detalhada disponível por setor censitário (IBGE, *Base de informações por Setor Censitário. Censo 2000. Resultados do universo. Distrito Federal*). Classes de renda foram assim delimitadas: pobres:  $\leq 2$  salários mínimos (SM); classe média-inferior:  $2 \text{ SM} < x \leq 5 \text{ SM}$ ; classe média-média:  $5 \text{ SM} < x \leq 10 \text{ SM}$ ; classe média-superior:  $10 \text{ SM} < x \leq 20 \text{ SM}$ ; classe rica:  $> 20 \text{ SM}$ . (Adaptado de NUNES, 2003.)

ternet e intranet, TV a cabo, circuito interno de segurança, trituradores de resíduos nas pias etc.), muitas *suites* e a plástica “pós-moderna” em moda – cristal, alumínio, arcos, triângulos, frontões... O preço do metro quadrado de construção é de R\$ 4.000,00. A renda média é R\$ 6.201,22. Os ricos caem para 65%, há incremento sensível no estrato médio-superior (agora quase em 25%), porém do médio-médio para baixo (11%) o quadro pouco muda, comparado ao do Lago Sul.

- 3) Edifícios mais antigos da Asa Sul, de 6 pavimentos com elevadores (exemplo da SQS 103) não têm as características referidas dos blocos mais recentes, no Sudoeste (comparativamente, o preço por metro quadrado de construção reduz-se à metade). A renda média é R\$ 5.698,41. Os ricos caem a 56% e os estratos de médio-médio para baixo quase dobram: 20%.
- 4) Os condomínios fechados do Grande Colorado, 26 km a nordeste do Plano (cidade satélite de Sobradinho), são de residências unifamiliares – exemplos típicos da emigração de estratos médios para fora do Plano Piloto, intensificada nos últimos 10 anos. A distância ao Plano é compensada pelo preço do terreno (R\$ 80.000,00) e pela possibilidade de edificar uma casa de bom padrão por cerca de R\$ 800,00/m<sup>2</sup>, contra R\$ 4.000,00/m<sup>2</sup> dos apartamentos novos no Plano Piloto – cinco vezes mais pela mesma quantidade de espaço. A renda média é R\$ 5.368,78. A estratificação é parecida à da SQS 103: ricos caem ligeiramente para 53%, há pequeno incremento nos estratos de médio-médio para baixo (de 17% para 22%), mas os pobres aumentam de 3,7% para 5,5%. É comum construir a casa por etapas, a família já morando, procedimento típico de famílias de menores recursos. Isso pode explicar o aumento dos estratos mais baixos.
- 5) O Sudoeste “econômico” é de apartamentos em prédios de três pavimentos, poucos com elevadores e garagem subterrânea. Geralmente não têm as comodidades *high tech* da parte “nobre”, comentada acima (caso 2). A renda média é R\$ 4.835,98. É forte o decréscimo dos ricos e o acréscimo do estrato médio-superior: ambos são 38%. Os apartamentos são mais baratos do que os da parte “nobre” do Sudoeste.
- 6) Os blocos “JK”, na fileira das quadras “400” da Asa Sul, não existiam na concepção original do Plano Piloto. Têm três pavimentos, mas não pilotis, nem elevadores, nem garagens. A renda média é R\$ 3.679,70. Apesar de área privilegiada pela proximidade aos serviços e empregos, os ricos caem para 22% e os estratos de médio-médio para baixo somam 43%, dentre os quais os pobres chegam a 6,4%.
- 7) O estudo da Vila Planalto, apenas a 1.500 metros da Praça dos Três Poderes, o coração da cidade (e da República!...) revela os dados mais gratificantes da pesquisa. A Vila data da época da construção inicial da cidade. Tem origem num acampamento de empreiteiras, edificado para abrigar os empregados – arquitetos, engenheiros, técnicos, operários. Foi projetada com grande variedade de lotes, casas, quarteirões, ruas e vielas, de acordo com as ca-

tegorias sociais que abrigava. Hoje, 49 anos após a inauguração da cidade, a variação ainda está impressa na paisagem. O lote médio é muito pequeno ( $143\text{m}^2$ ) e 46% têm menos de  $100\text{m}^2$ , quase a impedir qualquer arborização dentro do terreno. Ruas e calçadas variam em dimensões, algumas vielas são tão estreitas que mal permitem a passagem de veículos. Entretanto, a Vila tem um perfil de renda parecido com o do DF como um todo – como que um microcosmo da metrópole. Há pouco menos ricos na Vila do que no DF (10,4% na Vila, 11,9% no DF), estratos médios são também maiores no DF (49,8% na Vila, 57% no DF) e há cerca de 7% mais pobres na Vila do que no DF (39,7% na Vila, 32,5% no DF). A renda média é R\$ 1.920,90. Há alguma elitização. O caráter pitoresco da Vila, assim como sua privilegiada localização, atrai intelectuais, vários deles professores da Universidade de Brasília. As melhores casas permitem adaptações que correspondem a expectativas da classe média e estão situadas em ruas com facilidade de estacionamento para carros. Contudo, essas casas são minoria. A maior parte da arquitetura e da paisagem urbana da Vila não agrada aos estratos médios, menos ainda aos ricos. Por isso, a elitização parece estar chegando a um limite, imposto pela arquitetura do lugar e pela impossibilidade, por força de lei, de mudar suas características fundamentais.<sup>113</sup> Quando Brasília é decretada “Patrimônio Cultural da Humanidade” pela UNESCO (1989), a vila inclui-se no perímetro de tombamento. Daí em diante não é possível mais fazer transformações que impliquem mudanças estruturais na configuração dos lotes, casas, quarteirões, ruas e praças (há transformações ilegais, dada a precária fiscalização do poder local, combinada à conivência, mas elas não dão o tom). Isso reduz a pressão de mercado sobre os imóveis e contribui para a permanência de famílias pobres. A arquitetura como *variável independente* fala mais alto.

- 8) O Recanto das Emas, a 26 km do Plano Piloto, é a Região Administrativa mais pobre do DF. Os lotes foram cedidos às famílias pelo governo local, muitas casas foram autoconstruídas. A renda média é R\$ 622,69. Estratos pobre e médio-baixo somam 89% da população.

As oito áreas estudadas não esgotam a variação edilícia no DF (a pesquisa continua). Entretanto, já é uma variedade muito superior à dos dois tipos que Lucio Costa originalmente propôs para a cidade: apartamentos em blocos de seis pavimentos nas superquadras e “casas individuais” próximas ao Lago Paranoá. A pesquisa detectou uma relação mais forte da segregação socioespacial com tipos edilícios que com atributos globais da cidade (daí o provocativo título da comunicação apresentada no simpósio de SE, em Istambul, 2007, *Be aware of local properties* [Prestem atenção a propriedades locais], que causou um certo *frisson* porque batia de frente com axiomas da teoria). A variedade de tipos edilícios está relacionada às “fissuras urbanas”, pedaços de cidade a contradizerem a ordem hegemônica: Vila Planalto,

---

<sup>113</sup> Reconheço que a interpretação é polêmica. Baseia-se nos dados apresentados e na observação empírica da Vila há mais de três décadas. Poderíamos embasar mais firmemente a hipótese se tivéssemos dados, tão detalhados quanto os aqui utilizados, de anos anteriores. Não é o caso. Como dependemos de dados desagregados por setor censitário, no Censo de 2010, a hipótese – que acredito sólida – poderá ser comprovada (ou refutada).

blocos “JK”, áreas na Av. W-3 Sul etc., são exemplos das “fissuras”.<sup>114</sup> Elas sobreviveram em função de circunstâncias especiais, outras não tiveram a mesma sorte.<sup>115</sup> Não admira que a Vila Planalto seja geralmente considerada exemplo a *não seguir*, pela academia, pela corporação profissional dos arquitetos, pelo governo. Na sua vizinhança, Lucio Costa propôs as “Superquadras Planalto”, para bloquear o seu crescimento. Não foram executadas. Por um lado, essas “superquadras” contribuiriam para um melhor equilíbrio da metrópole, ao trazer mais moradores para a RA-1. Por outro, lamentavelmente ignorariam a lição da Vila: não teriam a mesma variedade social. Decerto os desempenhos funcional, bioclimático, topoceptivo, estético etc. da Vila deixam a desejar. Pensemos todavia *dimpianamente* : o *desempenho socio-lógico* é excelente, a Vila é exemplo a seguir na direção de uma cidade democrática – um bairro como microcosmo da sociedade inteira.

A Vila Planalto e as demais “fissuras” de Brasília são exemplos do que Certeau chamou “invenção do cotidiano”:

A razão técnica acredita que sabe organizar do melhor modo possível pessoas e coisas, a cada um atribuindo um lugar, um papel e produtos a consumir. Mas o homem ordinário escapa silenciosamente a essa conformação. Ele *inventa o cotidiano*, graças às *artes de fazer*, astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito.<sup>116</sup>

O “homem ordinário” de Certeau atropela as determinações do governo ou dos arquitetos. A cidade e as edificações reinventam-se diuturnamente. As “fissuras urbanas” são uma forma de superar as limitações impostas pela configuração ou pelas regras de uso vigentes, e ocorrem em todas as escalas. São indisciplinas “leves” ou “pesadas”<sup>117</sup> a interferirem na arquitetura, via apropriações imprevistas ou transformações na configuração por demolição, acréscimo etc. A reinvenção e as fissuras estão fora das definições redutoras da arquitetura, como a querem Hillier ou Costa. São obras do “homem ordinário”. Todavia, quão empobrecido seria o conhecimento de nossa práxis ao ignorá-las, ao não iluminá-las com rigoroso olhar científico, para aproveitar suas lições num melhor projetar! Foi Lucio Costa quem as reconheceu, em belo depoimento sobre a Rodoviária de Brasília:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreendeu aqui foi a Rodoviária, à noite. Eu sempre repeti que esta Plataforma Rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contacto com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, esse milhão que vive fora e converge para a Rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade satélite e ficam ali, beberi-

<sup>114</sup> Tomo emprestada a ótima expressão em Luís Filipe Montenegro Castelo, *Fissuras urbanas*.

<sup>115</sup> Outros acampamentos de obras foram colocados abaixo e suas populações transferidas para as cidades satélites oficiais. O combate às fissuras é recorrente e exige dos moradores um estado de permanente vigília. (Ver Castelo, *op. cit.*)

<sup>116</sup> Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano*.

<sup>117</sup> Termos usados em França, *op. cit.*

cando. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o *shopping center*, então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como um centro requintado, igual a Champs Élysées ou Piccadilly Circus, uma coisa mais cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros legítimos que construíram a cidade e estão instalados ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isso. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma Bastilha.<sup>118</sup>

O bom desempenho sociológico não é incompatível com bons desempenhos nas outras dimensões. Esse é o desafio colocado para estudantes de urbanismo sob minha orientação: inspirados na Vila Planalto, e nos resultados da pesquisa, projetar bairros cuja variedade edilícia contemple a *real sociedade brasileira atual* (não uma futurística fantasmagoria sua). Eles têm mostrado que, sim, é possível ter um bairro com bom desempenho sociológico e, *também*, com bom desempenho nas outras dimensões. Implantá-los não depende de nós. Somente circunstâncias muito especiais, como a da história da Vila, permitem sua realização. Essas circunstâncias estão longe de existir no DF de hoje. Pelo contrário, novos bairros são socialmente homogêneos, seja “o primeiro bairro ecológico do Brasil” (como reza a propaganda do novo “paraíso” para classes média-alta e alta – o Bairro Noroeste – em implantação a oeste da Asa Norte), sejam os depósitos de pobres a dezenas de quilômetros de distância. É tremenda ironia que a *utopia social* de Brasília – pobres e ricos a morar no mesmo bairro – tenha se realizado, não nas superquadras do Plano Piloto de Lucio Costa, mas no remanescente de um precário acampamento de obras originalmente fadado ao desmanche.

Entretanto, foi e continua sendo comum representar Brasília como “utópica”. Faz sentido em muitos aspectos, em outros não.<sup>119</sup> Até agora considere Brasília no âmbito metropolitano. Passo a considerá-la no que foi originalmente projetado por Lucio Costa, onde a questão é mais controversa.

#### *Fato, mito, utopia*

Recente texto de Rouanet é a fonte de inspiração para o que segue.<sup>120</sup> Partindo de Benjamin e Freud, ele sugere haver dois níveis de realidade, “a empírica e a onírica, e, dentro desta, dois vetores, a utopia e o mito”:

O conflito entre a utopia e o mito corresponde a uma dicotomia muito freudiana, que exprime o conflito entre os dois elementos formadores do sonho, um que contém o desejo, que tenta abolir, alucinatoriamente, uma realidade penosa, e outro que contém uma contravontade que tenta mantê-la, recorrendo para isso à deformação (*Entstellung*) das representações que veiculam o desejo. Sobre a base material constrói-se o sonho do coletivo, através da inter-

<sup>118</sup> Lucio Costa, entrevista ao Jornal do Brasil, novembro, 1984, *apud* Luiz Alberto Cordeiro e Tânia Battella Siqueira, *Brasília 57-85 (do plano piloto ao Plano Piloto)*.

<sup>119</sup> Mais em Holanda, 2008, *op. cit.*

<sup>120</sup> Sergio Paulo Rouanet, “Aspectos subjetivos da cidade”.

penetração de elementos utópicos, que contêm o desejo e apontam em direção ao despertar, e elementos míticos, que tentam perpetuar as fantasmagorias e eternizar o sonho.<sup>121</sup>

Até aqui comentei a realidade dos fatos (a “realidade penosa” que o desejo tenta abolir) e, apenas ao final do item anterior, introduzo a questão da utopia. Vejamos doravante outros exemplos de como fato, utopia e mito entrelaçam-se em Brasília.

Busco no Houaiss conotações complementares aos termos de Rouanet. Vejam a quarta acepção para *utopia*: “projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação”.<sup>122</sup> Substituíam “organização social” por “cidade” e estamos no nosso foco. Por extensão, utopia é inovação, avanço, progresso, aperfeiçoamento do existente. O que Brasília implicava quando foi elaborada? Transgredia, avançava, inovava? Em que direções? Na representação do seu arquiteto, em muitas, mas quão razoável era a representação?

Em certos aspectos, representações iniciais sobrevivem, em outros se revelaram *míticas*, na nona acepção do Houaiss para *mito*: “afirmação fantasiosa, inverídica”. Mitos perpassam a apologia e a crítica da cidade, o “ame-a” e o “deixe-a”. Comento as “fantasias” por contraposição aos *fatos* (não sou “pós-moderno”; alinho-me com os que ainda acreditam na legitimidade epistemológica da *verdade*).<sup>123</sup> Uso *utopia* e *mito* nessas conotações.

A pesquisa relatada no item anterior desvela o *mito* da cidade democrática. No *Relatório*, Lucio Costa acreditava que a cidade ofereceria guarida à diversidade social, fruto da valorização diferenciada dos imóveis. Todavia, vimos como os dois tipos edifícios propostos (os apartamentos das superquadras e as “casas individuais”) implicaram forte limitação de acesso de vastas camadas da população ao seu projeto (a não ser pelas “fissuras urbanas”). Lucio Costa acreditava que, nos apartamentos, valorização diferenciada mediante acabamento, densidade, área construída etc., evitariam “uma indevida e indesejável estratificação”.<sup>124</sup> Dever-se-ia impedir “a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural” (idem). O arquiteto não abria mão do partido adotado: “Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda”.<sup>125</sup> Não admitia a ocorrência de atributos estruturais da cidade brasileira de então: “teria sido pior que tolice – um crime – planejar a cidade na medida da realidade subdesenvolvida atual”.<sup>126</sup> Entretanto, a “realidade subdesenvolvida” prolonga-se por cinco décadas – por mais quantas no futuro?... Daí o surgimento precoce das cidades satélites e a consolidação das “fissuras” – em algum lugar, mediante outros tipos edifícios (inclusive os autoproduzidos) que não tinham guarida no Plano Piloto, os pobres *tinham* de morar. O que se pretendia *utópico* de fato não o era – era *mítico*. A convivência de pobres e ricos num mesmo bairro, somente pelas diferenciações propostas por Lucio Costa,

<sup>121</sup> *Idem*, p. 20.

<sup>122</sup> Instituto Antônio Houaiss, *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*.

<sup>123</sup> P.ex., Ophelia Benson e Jeremy Stangroom, *Why truth matters*.

<sup>124</sup> Lucio Costa, *Registro de uma vivência*, p. 293.

<sup>125</sup> Lucio Costa, *Brasília revisitada*, p. 18.

<sup>126</sup> Costa, 1995, *op. cit.*, p. 320.



era uma *fantasmagoria* do modo de produção do espaço brasileiro no momento, e das relações entre configuração arquitetônica e classes sociais, modo e relações que, em grande medida, permanecem hoje.

Entretanto, era o projeto de Lucio Costa mais *mítico* que os demais do concurso? Acaso eles entendiam melhor a realidade brasileira e projetavam de acordo com ela? Acaso continham *utopias* que o projeto de Lucio Costa não contemplava? Não, para todas as perguntas. O projeto de Lucio Costa contrasta com todos os demais do concurso. É marco indelével do urbanismo do século XX mas o arquiteto reinventa o receituário, incorpora elementos históricos: perspectivas barrocas, terraplenos monumentais, gregarismo colonial brasileiro, acrópole cerimonial, cidade linear, cidade-jardim, urbanidade de áreas comerciais. Uma cidade distinta das manifestações urbanísticas modernas no resto do mundo. Só o faria quem estivesse “desarmado de preconceitos e tabus urbanísticos”.<sup>127</sup>

Ao contrário dos demais concorrentes do concurso, Lucio Costa não concebeu a capital como “uma cidade moderna qualquer”.<sup>128</sup> Os outros projetos do concurso contêm os maiores problemas do urbanismo moderno, particularmente a obsessão pela segmentação e descontinuidade do tecido urbano, não inovam nem transgridem os preceitos fundamentais. Estruturam-se em unidades de vizinhança estanques, separadas por grandes superfícies de “terra de ninguém”. Alguns projetos (p.ex. Rino Levi) reproduzem ampliadamente o *Plan Voisin* (Le Corbusier): as torres têm 80 pavimentos e são ainda mais dispersas. As propostas não contêm escalas variadas, segundo a função urbana – de residência, de centro urbano, de espaço para o governo. O júri do concurso tinha razão: a cidade de Lucio Costa tem *caráter*, entre os propostos era o “único plano para uma *capital administrativa do Brasil*” (grifos no original).<sup>129</sup> Escapamos, sim, de verdadeiro pesadelo, caso qualquer das demais propostas fosse a escolhida: nelas, desaparecem os últimos resquícios de *urbanidade* (minha ideia fixa...), se por tal entendemos a valorização do espaço como *lugar*, não como espaço residual infinito, como em Le Corbusier. Em Lucio Costa, a urbanidade pré-moderna é resgatada de muitas formas, entre elas a continuidade do tecido residencial na escala global da cidade.

O projeto de Lucio Costa tem *unidade*. Estrutura-se em “bairros” de configuração heterodoxa ante o cânone moderno (ele não usa, na *Memória*, a expressão “unidade de vizinhança”). Equipamentos coletivos não estão no interior da unidade (como é evidente na proposta de MMM Roberto), mas na periferia, voltam-se para fora.<sup>130</sup> Não percebemos quando passamos de um bairro a outro. O tecido residencial é contínuo, interrompido apenas quando interceptado pelo centro urbano e pelo espaço administrativo, respectivamente *urbs* e *civitas*.

A continuidade resulta também da força dos macroelementos estruturadores, claramente legíveis – Eixo Rodoviário e Eixo Monumental – e dos edifícios e espaços que eles ordenam. Uma vez percorrida a cidade por inteiro, é fácil reconstruí-la na men-

---

<sup>127</sup> *Idem*, p. 282).

<sup>128</sup> *Idem*, p. 283).

<sup>129</sup> Senado Federal, *Ata do Júri*.

<sup>130</sup> Gorovitz, *op. cit.*, p. 294-302.

te. A cidade tem duas cores predominantes, que contribuem para a unidade: verde e branco. O verde é o da vegetação onipresente: arbustiva, arbórea e os “imensos gramados ingleses, os *lawns* da minha meninice”,<sup>131</sup> pontuados no tempo pelas cores diversas das florações. O branco é o da arquitetura moderna clássica brasileira, ou sutis afastamentos dele em cores-pastel. É “cidade parque”<sup>132</sup>, um dos traços mais marcantes. Segundo a área, há predominância do verde ou do branco, mas “cidade” nunca anula “parque”, ou o contrário.

O projeto de Lucio Costa tem *diversidade*. Quatro “escalas” constituem a cidade: a monumental (o aparato do estado), a gregária (o centro de negócios e serviços da sociedade civil), a residencial (as superquadras para moradia), a bucólica (a baixa ocupação do entorno imediato onde predomina o verde).<sup>133</sup> Interceptam-se, são mutuamente perceptíveis. Ao chegarmos por terra, a cidade surge legível no horizonte, as escalas são evidentes, pelas densidades edificadas contrastantes e pelos fortes marcos visuais na escala monumental (Congresso Nacional, Torre de TV). De dentro, estimulantes seqüências formal-espaciais surgem do jogo das escalas. Dialogam entre si: da zona residencial, percebemos os edifícios mais elevados da escala gregária; a gregária sobrepõe-se à monumental na Plataforma Rodoviária; a monumental faz-se visível de muitos pontos da cidade. Estamos muito longe da típica cidade indiferenciada moderna, de Chandigahr (Índia) a Milton Keynes (Inglaterra). Na primeira, à exceção do Capitólio, todas as funções enquadram-se numa mesma malha;<sup>134</sup> a relação do Capitólio com o resto da cidade é distinta: em Chandigahr, o espaço administrativo esconde-se por trás de uma colina artificial, é uma “verruga” na composição, não se articula ao resto da cidade, como em Brasília. Em Milton Keynes, sequer há a exceção de Chandigahr. Um dos maiores fracassos do urbanismo moderno, o que vemos a partir da malha viária indiferenciada que perpassa a cidade (cidade?!...) é apenas o verde intersticial a cercar as unidades de vizinhança.

Os elementos ilustram a inovação do projeto de Brasília. Ele é *utópico*: nada parecido foi feito antes, nada parecido será feito depois, no lento ocaso do urbanismo moderno que se prolonga até mais de uma década depois da inauguração da capital brasileira, quando será projetada a medíocre e ortodoxa Milton Keynes (1970). Contudo, também *mitos* cercam o projeto de Brasília, em ambas as dimensões, a apolo-gética e a crítica.

Brasília é atacada por sua *monumentalidade*, supostamente *démodé* numa cidade para uma sociedade democrática. As opiniões de Zevi, Tafuri e Frampton são as mais contundentes.<sup>135</sup> Lucio Costa antecipa-se às críticas no *Relatório do Plano-Piloto de Brasília*<sup>136</sup> mas não o faz convincentemente. Sugere o *mito* de um “certo” monumental, quase a pedir desculpas por sê-lo: defende o “desejável caráter mo-

<sup>131</sup> Costa, 1995, *op. cit.*, p. 282.

<sup>132</sup> *Idem*, p. 295.

<sup>133</sup> O termo “escala”, posteriormente consagrado na literatura e no decreto de tombamento, não aparece no *Relatório do Plano-Piloto de Brasília*, de 1957. Aparentemente Lucio Costa o utiliza pela primeira vez em 1967, ao comentar que a cidade foi “concebida em função de três escalas diferentes”: coletiva ou monumental, cotidiana ou residencial, concentrada ou gregária. Em 1987 ele se refere a uma “quarta escala”, a de lazer ou bucólica (Costa, *op. cit.*, 1995).

<sup>134</sup> Gorovitz, 1985, *op. cit.*

<sup>135</sup> Comentários em Zein, *op. cit.*

<sup>136</sup> Reproduzido em Costa, 1995, *op. cit.*, p. 283-297, sob o título *Memória descritiva do Plano Piloto*.

numental” do projeto, “não no sentido da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa”.<sup>137</sup> Não podia ser menos claro. Apelemos uma vez mais para o *Houaiss*: “ostentação” relaciona-se com “exibição de luxo, poder, riqueza, magnificência”. Os espaços monumentais de Brasília alinham-se com os exemplos mais “magníficos” da história, os que mais se afastam da vida secular da cidade (Teotihuacán, centros cerimoniais maias, Pequim Imperial). Os de Brasília, e aqueles parentes próximos, são espaços especializados para a superestrutura político-ideológica da sociedade. Aqui, a vida secular rotineira não tem vez. Contraponham os exemplos a um outro tipo de monumentalidade: a da Piazza San Marcos (Veneza), a da Piazza della Signoria (Florença), a da Piazza del Campo (Siena), a da Cinelândia (Rio de Janeiro). Diferença crucial: esses lugares são imediatamente cercados pelo *tecido secular da cidade*, eles próprios têm vida secular, inclusive eventuais residências.

A Esplanada dos Ministérios de Brasília é um “apêndice morfológico” à cidade: é o “centro do estado” em contraposição ao “centro da sociedade civil”, que está no entorno imediato da Plataforma Rodoviária (embora as escalas entrecruzem-se, como apontado). Utilizo minha dicotomia para distinguir entre monumentalidade *formal* (Brasília etc.) e monumentalidade *urbana* (Siena etc.). Brasília é, sim, “magnífica”, mas isso não vem em detrimento de suas qualidades expressivas. Pelo contrário, quase cinco décadas após inaugurada a cidade, a composição plástica de seus espaços e edifícios mais emblemáticos provoca fascinação crescente (fortalece-se o turismo arquitetônico na Capital). Sim, ela é *utópica* no campo da estética e do simbolismo edilício e urbano: seus espaços e edifícios consolidam-se como ícones a representar o Brasil no exterior, a competirem com ícones históricos do Rio de Janeiro (p.ex., o Corcovado).

Se o componente *utópico* que sobrevive em Brasília, do ponto de vista social, ocorre nas fissuras urbanas e em outros elementos,<sup>138</sup> sobram *mitos* sobre a apreciação e a apropriação da cidade pelos habitantes. A mídia adora exibir a equação *Brasília = alienação*, como se o isolamento físico do espaço do poder resultasse no desinteresse ou na impossibilidade de a população participar dos processos de decisão política que lhes afetam a vida. Fatos o negam. Durante os movimentos sociais que levaram ao *impeachment* de um presidente da república por meios democráticos (pela primeira vez no Brasil e fato raro no mundo), algumas das mais importantes manifestações populares ocorreram em Brasília, precisamente na Esplanada dos Ministérios. Finda a ditadura militar, o Distrito Federal foi uma das duas primeiras unidades federativas que elegeram um governo de esquerda pelo voto direto. Por outro lado, alguns especulam que Brasília exacerba o individualismo típico das sociedades contemporâneas, que as superquadras “não tem vida própria”, “não tem senso comunitário”, “as pessoas se trancam”, “se afastam”, “as pessoas acham difícil fazer amigos”, e, (pasmem!) “as pessoas morrem sozinhas”.<sup>139</sup> Observações empíricas e di-

<sup>137</sup> Costa, 1995, *op. cit.*, 283.

<sup>138</sup> P.ex., na apropriação imprevista da Plataforma Rodoviária, comentada por Lucio Costa em entrevista...

<sup>139</sup> Como em Holston, *op. cit.* Há muitos problemas metodológicos na obra. Um dos mais sérios está na fonte de informações. Ele entrevistou “24 moradores em um dos clubes de Brasília” e diz que suas respostas “se reproduziram em muitas outras entrevistas” (p. 180). Quantas foram as entrevistas? Quem eram as pessoas? A que

versas pesquisas sistemáticas sobre interações sociais na cidade novamente o negam.<sup>140</sup> Há atributos do projeto (comentei a unidade de vizinhança “extrovertida”) que permitem intensa sociabilidade nos espaços públicos. Nos comércios locais consolidaram-se *points* de grande vitalidade a varar a noite.<sup>141</sup> Se Brasília impõe custos (alguns foram comentados), não são estes.

A dimensão *utópica* está também na estruturação espacial global deste conjunto edificado. A literatura crítica ao urbanismo moderno inclui o caráter “fechado”, “rígido”, “não-expansível”, “finito”, “totalizante”, dos projetos. Supostamente acabou-se o tempo em que se devia pensar globalmente a cidade: conformemo-nos com “acupuntura urbana”,<sup>142</sup> o urbanismo está em “fim de linha”,<sup>143</sup> chegou a era da “cidade na incerteza”.<sup>144</sup> Sérgio Magalhães é assustadoramente explícito: “a idealização dos modernos de ruptura com a cidade herdada e de imposição de uma nova cidade perfeita, ordenada, não é mais concebível, e sequer é desejável”.<sup>145</sup> Carece perguntar se em todos esses autores, independentemente de sua competência e seriedade de propósitos, não há um certo sabor “pós-moderno” na recusa da *utopia* da cidade, sim, “perfeita”, “ordenada”, como Brasília foi proposta, em grande parte realizada, ainda percebida, e muito admirada por sua população e pelos visitantes que aqui acorrem. Não se trata de propugnar pelo urbanismo “terra arrasada” dos modernos, tampouco se trata de jogar fora o bebê com a água suja do banho. Os sonhos de “perfeição” e “ordem” na cidade não foram inventados pelos modernos, são milenares. Realizaram-se vezes sem conta na história, exemplos que fazem as nossas delícias ao usufruirmos esses lugares: Teotihuacán, Paris, Siena, Barcelona, Pequim, Ouro Preto... – sim, porque ordem, perfeição, beleza, não são sinônimos de regularidade geométrica. A *cidade como obra de arte* continua sendo aspiração legítima. Para tanto, há controles *totalizantes* necessários, mas eles não rimam com “totalitários”. Nosso aparelho perceptivo é comum a todos humanos, nossa necessidade de formar na mente imagens legíveis da cidade é universal, por aí não passam clivagens de classe (que passam, claro, em outros aspectos de desempenho da configuração urbana, como vimos). Há muito Lynch (1999) alertava: a boa legibilidade da cidade depende de ela ser percebida como um todo estruturado, ou como todos estruturados, em várias escalas que mutuamente harmonizam-se: da rua, do bairro, da cidade inteira, da região. Talvez negar o aspecto sejam inadvertidamente ecos do neoliberalismo até há pouco hegemônico, que tem sua contrapartida arquitetônica em Las Vegas, Disneylândia, La Défense (Paris)...

Decerto a monumentalidade *formal* de Brasília impõe custos quanto aos aspectos sociológicos de seu desempenho – p.ex., a dificuldade de uso, convívio e circulação

---

classe social pertenciam? Onde moravam? Não há indicações. Infelizmente, alguns autores que publicaram após Holston repetem acriticamente sua errada evidência, p.ex. Lawrence Vale, *Architecture, power, and national identity* e Ellin, *op. cit.*

<sup>140</sup> Machado & Magalhães, *op. cit.*; Holanda, 2002, *op. cit.*; Branco, *op. cit.*; Milena Baratta Nunes Aldigueri Rodrigues, *UnB e seu espaço social*.

<sup>141</sup> Como noutras cidades contemporâneas, decerto há formas de sociabilidade fora do espaço público – clubes exclusivos, *shopping centers*, casas de amigos etc., mas isso é mais típico das elites, menos das classes médias, menos ainda das classes populares (Holanda, 2002, *op. cit.*).

<sup>142</sup> Jaime Lerner, *Acupuntura urbana*.

<sup>143</sup> Otília Arantes, *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*.

<sup>144</sup> Sérgio Ferraz Magalhães, *A cidade na incerteza: ruptura e contigüidade em urbanismo*.

<sup>145</sup> Idem, p. 5 (meu grifo).

na Esplanada dos Ministérios, um espaço mais adequado à excepcionalidade do que ao cotidiano<sup>146</sup> (embora a execução tenha empobrecido a proposta, e os custos não precisem permanecer como tais, mesmo mantidas as qualidades monumentais do lugar).<sup>147</sup>

Todavia, a escala monumental do Plano Piloto, com os grandiosos espaços abertos e os edifícios ímpares, toca-nos à semelhança de outros lugares da história. Por que as Grandes Pirâmides (Egito antigo), os *Champs Élysées* (Paris), o *Mall* (Washington), a *Avenida dos Mortos* (Teotihuacán), Uxmal (maya, México pré-Colombo) ainda emocionam? Por que é prazerosa sua grandiosidade? Alain de Botton responde: porque são *sublimes* – “o sublime como um encontro prazeroso, até mesmo inebriante, com a fraqueza humana diante da força, da idade e das dimensões do universo”.<sup>148</sup> O grandioso nos dá prazer porque “[afastamo-nos] desses lugares, não arrasados, mas inspirados pelo que está além de nós, privilegiados por nos submetermos a exigências tão majestosas.”<sup>149</sup> Lucio Costa não é apenas moderno ou brasileiro, transcende o aqui e o agora. O Plano Piloto fascina porque faz reverberar em nossas mentes lembranças de lugares emblemáticos de outros tempos e espaços.

Os problemas que a avaliação *dimpiana* de Brasília revela são circunstanciais – econômica, política e ideologicamente determinados. Não sejamos ingênuos: sua superação depende da correlação de forças que incide sobre a configuração da cidade. Na sua história muitas batalhas foram perdidas, algumas foram ganhas. As qualidades da cidade, contudo, são *estruturais*. Elas estão *acima das circunstâncias*. O Plano Piloto de Brasília encanta habitantes ou visitantes porque “a thing of beauty is a joy for ever”<sup>150</sup> – uma coisa bela é uma alegria eterna.

## ATIVIDADE FORMADORA

Ministro disciplinas teóricas, de projeto e de orientação. Entre as teóricas, estão Sintaxe Urbana, na graduação, e Espaço e Organização Social, na pós (circunstancialmente, já há algum tempo não ofereço a teórica da graduação). Ambas têm como foco a *arquitetura sociológica*, mas é uma questão de predominância: exercícios têm sido feitos explorando outros aspectos de desempenho, particularmente os afetivos, simbólicos e estéticos, a depender de manifestação de interesse dos alunos. Ministro projeto de urbanismo na graduação. O tema varia, seja um bairro predominantemente residencial, ou uma área central de cidade. Entre as disciplinas tutoriais, na graduação, tenho orientado Ensaio Teórico e, mais raramente, Projeto de Diplomação. Na pós, as tradicionais Estágio Docente e Trabalhos Programados, e, claro, as orientações de dissertações e teses.

<sup>146</sup> Esse foi o foco quase exclusivo do meu livro *O espaço de exceção*, 2002, *op. cit.*

<sup>147</sup> Comparações entre o proposto e o projetado estão em Holanda, 2006, *op. cit.* Uma visão de futuro, a compatibilizar dimensões *formais* e *urbanas* do lugar, é o tema de tese de doutorado em elaboração, por Gabriela de Souza Tenorio, sob minha orientação.

<sup>148</sup> Alain de Botton, *A arte de viajar*, p. 178. Segundo Botton a palavra teria se originado em torno do ano 200 d.C., num tratado, *Do sublime*, do autor grego Longinus e passou a despertar interesse entre pensadores somente após uma tradução do ensaio para o inglês, em 1712.

<sup>149</sup> *Idem*, p. 180-2.

<sup>150</sup> John Keats, *Poetical Works* – 32. *Endymion*.

### *Na graduação*

Nas disciplinas de Projeto de Urbanismo (I ou II, a depender do semestre) procuramos<sup>151</sup> por temas atuais ou controversos, na esperança de contribuir para a configuração da cidade: um novo bairro que se anuncia, uma área central da cidade ociosa, o uso polêmico do comércio informal na Plataforma Rodoviária etc. Examinamos criticamente as formulações para a ocupação desses lugares – as iniciais de Lucio Costa ou outras. Para os estudantes, ressaltamos as qualidades e problemas da cidade, com base em nossas pesquisas, como exemplificados acima. Frisamos a importância de agirem *dimpianamente*: considerar que a arquitetura tem um desempenho multifacetado, a nos afetar de várias maneiras (remetemo-los às *oito dimensões de desempenho*). Incentivamos os alunos a terem uma postura crítica quanto ao estatuto do tombamento, mostrando como, ao longo do tempo, variam as interpretações do que “pode” e do que “não pode”, e lembramos que a referência última quanto à qualidade do projeto é o seu *desempenho*, não sua adequação (ou não) a estatutos legais de quaisquer naturezas (eles mudam no tempo).

Na área central de Brasília, temos trabalhado a Plataforma Rodoviária e o Setor de Autarquias Norte (este permanece um grande vazio, quase 50 anos após inaugurada a cidade). Os dois são ótimos temas para levantar questões sobre natureza de *centro urbano*, apropriação de espaço público, *urbanidade*. No caso da Plataforma, há ainda o interesse de ser um local “não-concluído”, como tanto outros de Brasília: o projeto de Lucio Costa, para o espaço central entre os “setores de diversões”, nunca foi feito. Sua realização minoraria (embora não resolvesse) as fortes descon continuidades no centro urbano da Capital. Há também a ocupação do espaço público na própria Plataforma, particularmente no seu nível superior. Há quase um ano, foram removidos os camelôs que ocupavam boa parcela daquele espaço público. Como analisar o fato? Que problemas *reais* havia na ocupação? Como discutir as premissas que embasam a sua transferência para oito quilômetros de distância, em meio ao nada? Trata-se de medida de “interesse coletivo”, como alardeada por mídia e governo, ou mais um gesto pela incontestável elitização do Plano Piloto?

Os projetos dos alunos mostram as vantagens de tapar o “buraco” e trazer de volta o comércio informal. As “praças” do nível superior, não são praças, são apenas espaços maldefinidos pelas edificações, com um tratamento de piso que antes afasta as pessoas do espaço central do que favorece a sua presença. A localização bem resolvida do comércio informal não só proveria o centro de um tipo de atividade típica dele, em qualquer cidade brasileira ou do mundo, como melhor configuraria os locais de estar, sem dano à circulação de pessoas e veículos.

No Setor de Autarquias Norte, considera-se a transição que ele implica entre a “escala gregária” e a “escala residencial”. Incentivamos os alunos a pensar uma composição de usos que maximize a presença de pessoas na área: nem uma vida que morra ao cair da tarde (como em muitos dos setores centrais de Brasília), nem um uso que se restrinja à residência (discutimos as vantagens de incorporar a habitação às áreas centrais: novos tipos de espaço doméstico, otimização da infraestrutura

---

<sup>151</sup> Eventualmente, trabalho em parceria com colegas docentes ou com estagiários de pós.

etc.). Outras funções – lazer, cultura, educação etc. – são também pensadas. Quanto à configuração, estimulamos os alunos a explorar a *reinversão figura-fundo*, na direção contrária do que fez o modernismo: não mais *cheios figurais* (os prédios como a referência visual primeira), mas *vazios figurais* (os *espaços* de ruas, avenidas, praças, como tal referência). Tudo isso implicaria, novamente, em mais *urbanidade* para o local.

### *Na pós-graduação*

A disciplina oferecida na pós tem atraído graduados em arquitetura e em outras áreas disciplinares, o que enriquece as discussões e a produção de conhecimento. A partir das ideias do nosso grupo de pesquisa, os “forasteiros” são “conquistados” para o *campo do meio* no *Quadro 1* (p. 7): cientistas a-espaciais “migrados” para o campo morfológico. Além dos trabalhos em arquitetura *stricto sensu*, resultam dissertações e teses em áreas de fronteira interdisciplinar, elaboradas por pesquisadores advindos das ciências sociais, da geologia, da matemática. São exemplos de como abrigo e incentivo orientando que rompem com procedimentos e fronteiras tradicionais, em rica fertilização cruzada com categorias de outras áreas, *mantido o foco na configuração dos lugares* – como deve ser num programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Seguem exemplos recentes.

Com *Fissuras urbanas*, Luis Filipe Castelo, graduado em Relações Internacionais, examina as instâncias de ordem não-conforme com as regras dominantes do urbanismo e do modo de vida em Brasília. Aprofunda tema explorado por nossa pesquisa sobre relações entre tipos edifícios e distribuição de poderes aquisitivos na cidade, e vai mais longe ao investigar movimentos sociais que ressignificam edifícios apropriando-os para usos imprevistos, e a partir de necessidades sociais legítimas.<sup>152</sup>

Na tese *Qualidade de vida urbana. Proposta de análise sistêmica da configuração, socioeconomia e meio ambiente urbanos*, Rômulo Ribeiro, graduado em geologia, “importa” categorias das ciências sociais e, explorando sua especialidade em técnicas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), propõe indicadores de qualidade de vida que, ao contrário da tradição, incorporam a dimensão *espacial*.<sup>153</sup> Rômulo continua vinculado ao *DIMPU* e amplia a pesquisa para áreas metropolitanas brasileiras, em trabalho cooperativo com o *Observatório das Metrópoles*, do Rio de Janeiro.

Franciney França, graduada em matemática, realiza *A indisciplina que muda a arquitetura – a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal*. Aplica técnicas quantitativas da SE, ao rigorosamente caracterizar as mudanças morfológicas do “morar em apartamentos” em Brasília ao longo de cinco décadas, mas usa também procedimentos caros à fenomenologia, ao incluir a participação do *sujeito* no vasto inquérito que realiza com moradores. Sem isso, as “indisciplinas” do “homem ordinário” de Certeau não poderiam ser compreendidas.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Castelo, *op. cit.*

<sup>153</sup> Ribeiro, 2008, *op. cit.*

<sup>154</sup> França, 2008, *op. cit.*

Em *Na beira do rio tem uma cidade* Sandra Mello, graduada em arquitetura, parte de sua experiência profissional com temas ligados ao meio ambiente e questiona o *princípio da intangibilidade*, presente no Código Florestal Brasileiro, relacionado à proteção dos cursos d'água. Ela demonstra, na contramão da tradição, que são princípios de *urbanidade* que salvaguardam os cursos d'água urbanos, pelos quais as pessoas apropriam-se do elemento da natureza, identificam-se afetivamente com ele e conseqüentemente o protegem. Está superada uma *aparente* contradição entre *natureza e cultura...*<sup>155</sup>

Temos explorado relações entre arquitetura, e circulação e transportes na cidade. Sobressaem os exemplos de Ana Paula Barros e Camila Pires, ambas arquitetas. A dissertação de mestrado de Ana Paula, *Estudo exploratório da sintaxe espacial como ferramenta de alocação de tráfego*,<sup>156</sup> foi orientada pelo professor Paulo Cesar Marques da Silva, do Mestrado em Transportes (UnB) e co-orientada por mim. Ela confronta as potencialidades e as limitações de dois tipos de modelos na simulação de fluxos veiculares urbanos, o modelo da sintaxe espacial e um modelo de transportes (SATURN). Agora doutoranda, continuamos o trio – ela, o professor Paulo Cesar e eu, na mesma ordem de responsabilidades. No *DIMPU*, estamos trabalhando na simulação dos efeitos de potenciais obras viárias no DF sobre o fluxo veicular, usando os mesmos métodos (p.ex., o impacto da quarta ponte sobre o Lago Paranoá, já nos planos governamentais). Camila Pires, por outro lado, foi orientada por mim, todavia contou com decisivo apoio do mesmo professor Paulo Cesar, na sua qualificação e nas críticas construtivas que fez na banca final de defesa. Sua dissertação, *Potencialidades cicloviárias do Plano Piloto*, demonstra o interesse, a demanda e a viabilidade de mudança no perverso modo de locomoção baseado largamente no carro particular em Brasília.<sup>157</sup> Em finalização, está a tese de doutorado de Antonio Paulo de Hollanda Cavalcante, *A contribuição da morfologia urbana na análise de congestionamentos da malha viária de Fortaleza*. Ele revela que, além dos fatores tradicionalmente utilizados nos modelos de transportes, a própria configuração da cidade, como detectada pela SE, contribui para congestionamentos veiculares.

No campo dos estudos morfológicos *stricto sensu* em arquitetura, sobressai o trabalho de Valério Medeiros, arquiteto.<sup>158</sup> Identifica a fisionomia das cidades brasileiras *vis-à-vis* cidades de outras partes do mundo. Supera os limites do estado da arte no campo da SE, cria novas variáveis, oferece novas interpretações. Faz estágio doutoral na Universidade de Londres e explora o banco de dados do Laboratório de Sintaxe Espacial. Não satisfeito, viaja mundo afora para verificar *in loco* a justeza das hipóteses. Alia a isso rara sensibilidade na escrita e na maneira de apresentar graficamente o trabalho. Recebeu *Menção Honrosa* da CAPES para teses de arquitetura aprovadas no Brasil em 2006. Vinculado ao *DIMPU*, continua a ampliar a pesquisa. É também Pesquisador Colaborador da Universidade de Brasília, e ministra na nossa pós.

Grande parte disto foi sendo publicada à medida da produção – comunicações para congressos, artigos para periódicos etc. Acumulou-se muito material desde a publicação de *Arquitetura & Urbanidade*. É hora de dar a esses conteúdos uma forma mais perene – em livro. Quiçá o título seja *Arquitetura sociológica...*

---

<sup>155</sup> Mello, *op. cit.*

<sup>156</sup> Ana Paula Borba Barros, *Estudo exploratório da sintaxe espacial como ferramenta de alocação de tráfego*.

<sup>157</sup> Camila de Carvalho Pires, *Potencialidades cicloviárias do Plano Piloto*.

<sup>158</sup> Medeiros, 2006, *op. cit.*



## PROJETOS

Como “arquiteto de prancheta” bissexto, elaborei poucos projetos, menos ainda os construí. Há muito a escolha primordial é o ensino e a pesquisa. Não é a exposição detalhada dos projetos que me interessa. A informação será reduzida a um mínimo para sua apreensão. Antes, resalto como as influências na minha formação, as ideias advindas dos trabalhos de investigação, individual ou com os companheiros de jornada, subjazem aos projetos. Às vezes, procuro fazê-lo retrospectivamente, iluminando-os reflexivamente em aspectos que talvez intuísse naquele momento, mas dos quais não tinha consciência. (Para as respectivas ilustrações, consultar a comprovação curricular.)

### *Escola Primária de Nova Jerusalém (PE, 1963-1966)*

Referi-me aos dois grandes mestres que tive na graduação: Evaldo Coutinho e Delfim Amorim. Impossível deixar de mencionar, contudo, a influência de Le Corbusier, por seus projetos e livros. Se hoje me irrita sobremodo o caráter de “manifesto” de seus escritos, que beiram o panfletário (pasma com *Vers une architecture!*), o encanto por sua obra levava-me aos textos. Quiçá por minha forte tendência ao *apolíneo*, a influência perdura...

O *Modulor* era livro de cabeceira. Não só procurei decifrá-lo atentamente: apliquei suas regras na primeira oportunidade. Foi no segundo ano da Faculdade (1963), quando me envolvi com a Sociedade Teatral de Fazenda Nova. Até o momento, ela encenava a Paixão de Cristo nas ruas do vilarejo homônimo, durante a semana santa, no agreste pernambucano. O espetáculo cresceu em popularidade e Plínio Pacheco idealizou levá-lo para um sítio próprio, em cenários construídos de pedra (o belo granito cinza da região) e tijolos, cujo vocabulário inspirar-se-ia na arquitetura romana e da Judéia. Ele e Victor Moreira (até hoje responsável pelo figurino do espetáculo) procuraram por estagiários de arquitetura para pesquisar e contribuir no projeto dos cenários. Inscrevi-me. Entre outras tarefas, coube-me projetar um edifício que, na época do espetáculo, seria um alojamento e, durante o resto do ano, uma escola primária para crianças da vila. Lá está o *Modulor*: proporções áureas e traçados reguladores (notem os volumes das fachadas); medidas da série de Fibonacci baseadas nas dimensões de um corpo humano idealizado de 1,83m de altura; pé-direito do pátio de 2,26m, a altura do *calunga* corbusieriano com o braço levantado. (É de 2,26m o pé-direito do vestíbulo da nossa casa em Brasília, que eu projetaria 44 anos depois. Como é forte este Corbu...)

Hoje o espetáculo é uma superprodução, com direito a “estrelas globais”. E lá está a escolinha. Imaginem a riqueza da experiência para um estudante de arquitetura ainda nos cueiros...

### *Nova cidade de Nova Iorque (MA, 1967-1969)*

Depois de formado, o primeiro trabalho profissional foi junto à Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança – COHEBE. Atuei inicialmente no Recife, na equipe que desenvolvia os projetos para a nova cidade de Nova Iorque (MA), que substituiria a antiga, a ser inundada pelo lago da hidroelétrica. Tive sob minha responsabilidade

mais direta o projeto das “casas comuns”. Logo segui para o canteiro de obras (maio, 1967), onde seria o arquiteto residente até abril de 1969.

Foi um grande aprendizado, no momento e, mais ainda, *a posteriori*, pelas lições implicadas nas modificações realizadas pelos moradores em nosso projeto, urbano e edílico – as indisciplinas “leves” e “pesadas” do “homem ordinário” de Certeau. O projeto era de um “modernismo amaciado”. Decerto contrastava com a experiência anterior da COHEBE,<sup>159</sup> mas as praças eram maiores que na cidade antiga, as ruas mais largas, as casas isoladas dentro do lote. Voltei a Nova Iorque em 1983. A praça central foi dividida em duas. Numa metade está a Igreja Católica (belo projeto de Glauco Campello) e na outra foi construído um clube. Os recuos frontais das casas foram desprezados na maioria das ruas, as fachadas principais voltaram a definir diretamente o âmbito público. As expansões das casas deram-se para os lados e para trás, assim reconstituindo a integridade da caixa espacial das ruas e os pés-direitos de menos de 1,80m que caracterizavam a borda das antigas varandas, voltadas para exuberantes jardins internos, e de desempenho bioclimático superior. Foi o resgate, tanto quanto possível, de um outro *paradigma arquitetônico*, o dos moradores, diferente do nosso, o dos projetistas. Era um anseio por mais *urbanidade*, em oposição a muitas características de *formalidade* (ainda que leves) do nosso projeto. Não poderia ser diferente, arquitetos formados que éramos numa escola ortodoxamente modernista. Se erramos em alguns atributos de nosso projeto, intuímos a flexibilidade que permitiu aos moradores adaptá-lo em boa medida aos seus legítimos anseios. Em 1983, após as reflexões da dissertação de mestrado, foi uma grande alegria conhecer indisciplinas “pesadas” e “leves” dos moradores: jardins frontais desprezados, resgate das varandas internas de pé-direito baixo voltadas para generosos jardins, espaço público defronte das casas reconstituído como espaço de convívio das famílias e de troca com vizinhos e passantes.<sup>160</sup>

*Instituto de Ciências Físicas e Naturais (Fundação Universidade do Maranhão, São Luiz, MA, 1969-1970)*

Depois da COHEBE, morei três anos no Rio de Janeiro, parte deles a trabalhar no escritório Wit-Olaf Prochnik. Dos trabalhos realizados no escritório, ressalto o projeto para o Instituto de Ciências Físicas e Naturais, da Fundação Universidade do Maranhão. No partido arquitetônico há uma postura crítica à “paisagem de objetos”<sup>161</sup> do modernismo típico, i. é, volumes soltos numa paisagem rarefeita. O edifício tem uma estrutura modular, a permitir construção de divisórias internas em qualquer ponto das lajes, e ampliação horizontal ou vertical. Foi o primeiro prédio construído no campus e seria o embrião de uma malha construída semelhante à do partido adotado por Paulo Zimbres e colegas para o edifício da Reitoria da Universidade de Brasília.

<sup>159</sup> Os arquitetos do corpo técnico da COHEBE convenceram a direção da companhia a não repetir a experiência do projeto da Nova Guadalupe, próxima à barragem. Realizado pelo justamente respeitado arquiteto carioca Wit-Olaf Prochnik (em cujo escritório, no Rio de Janeiro, eu viria a trabalhar depois), o projeto era todavia criticado por sua ortodoxia moderna: unidades de vizinhança, zoneamento de uso etc. Foi meu primeiro contato com uma crítica ao urbanismo moderno, realizada por meus colegas mais experientes, Bernardo Dimenstein (coordenador geral do grupo de arquitetos da Companhia) e Alete Ramos, coordenadora da equipe responsável por Nova Iorque, da qual eu fazia parte. Wit-Olaf Prochnik, nascido na Ucrânia em 1929, faleceu precocemente em 1983.

<sup>160</sup> Frederico de Holanda, “Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA”.

<sup>161</sup> Expressão que usarei depois: Frederico de Holanda, “Paisagem de objetos”.

lia, pouco tempo depois. Entretanto, não há ainda, no meu projeto, uma preocupação clara com a configuração dos espaços abertos gerados pela malha edificada. A consideração pelas condições climáticas de São Luiz está na ventilação cruzada dos ambientes e nos generosos beirais pergolados, o que resultou num ótimo desempenho bioclimático.<sup>162</sup>

#### *Superquadra 109 Norte (Brasília, DF, 1985)*

O projeto da SQN-109, em implantação (vários blocos de apartamentos estão construídos e ocupados), distingue-a das demais do Plano Piloto de Brasília.<sup>163</sup> As inovações, embora pequenas dadas as limitações da legislação, resultam da análise crítica das superquadras existentes. Visam melhorar o seu desempenho em vários aspectos, notadamente funcionais, sociológicos e topoceptivos. Pretendemos: 1) estabelecer claras relações da quadra com o seu entorno, valorizando elementos como a entrada para os veículos, o ponto de ônibus e as ligações com o comércio local e o clube, por meio da dimensão e da forma dos lugares, da localização de equipamentos, da iluminação pública e do tratamento da vegetação; 2) aumentar a legibilidade interna da quadra, criando lugares claramente definidos pelas edificações e de configuração diferenciada; 3) criar um eixo de socialização mais intensa (leste-oeste), onde os efeitos de animação gerados pela quadra poliesportiva, *playground*, banca de revista, ponto de táxi e escolas reforçam-se mutuamente, implicando mais *urbanidade* no interior da quadra; 4) criar sistema viário *em laço*, não *em árvore* (o comum às superquadras existentes), para melhorar a circulação interna; 5) localizar equipamentos no eixo de entrada da quadra, por reconhecer (contra o previsto) que não-moradores os utilizam; 6) estabelecer um sistema contínuo de calçadas que privilegie o pedestre, não o veículo motorizado, como está a ocorrer mesmo no interior das superquadras; 7) utilizar vegetação e iluminação para reforçar a identidade dos lugares da superquadra.

#### *Casa no Sítio Gangorra (Canaan, Trairí, CE, 1989)*

Nossa casa de férias (ou mais que isso, no futuro...) está no sítio onde minha mulher, Rosa, nasceu. É em alvenaria de tijolos cerâmicos artesanais da região, rebocada e pintada, com alguns elementos estruturais em concreto (miolo das colunas, vigas). A maior parte da pintura externa é na cor da areia do sítio (na região, cores-pastel são comuns, evitam indesejável ofuscamento). Internamente, algumas paredes são brancas, mormente as mais afastadas das fontes de luz, e cores vivas estimulam a percepção, conferindo destaque a alguns planos ou elementos estruturais. A cobertura é em telha colonial sem forro.<sup>164</sup> No miolo central, a estrutura do telhado é “em pinhão”, a permitir vão de 6,30 x 6,30m, sem apoios ou tesouras.<sup>165</sup> A casa é

<sup>162</sup> Verificado pessoalmente e mediante conversas informais com alunos e servidores.

<sup>163</sup> O projeto de urbanismo é de minha responsabilidade. Depois realizamos em parceria, Vicente Barcellos e eu, o projeto de paisagismo. Discussão pormenorizada está em Frederico de Holanda e Vicente Barcellos, “Permanência e Inovação: SQN-109, Brasília”.

<sup>164</sup> Posteriormente rendi-me à quantidade de insetos durante o período chuvoso e forrei dois quartos com laje em concreto e telha colonial apoiada sobre ela (a solução criada por Delfim Amorim, e que eu utilizaria depois na casa de Brasília). A reforma não mudou a volumetria da casa, como se percebe nas fotos recentes.

<sup>165</sup> Conheci a solução estrutural em projetos de Frank Svensson, para a cidade de Capela (SE) e depois em Petrolina (PE). Alete Ramos a empregou nas escolas da nova cidade de Nova Iorque (MA). Frank relata que a solu-

modulada em 3,15m (com liberdades) e flerta com Palladio: a cobertura é quadrada, a varanda é um trecho dela a avançar, como um pórtico, para além de uma fachada simétrica (salvo a “licença” de pequena diferenciação na esquadria da sala). As paredes, em planta, avançam e recuam sob o quadrado da cobertura, ora expõem-se ao sol, ora protegem-se por recuos. Resulta os jogos de luz e sombra estimularem a percepção, pelo inesperado: só revelam-se cinesteticamente, vez a vez, ao contornarmos o edifício.

Os beirais são generosos, a combater a forte radiação solar. No espaço central, que congrega estar, refeições e cozinha, as paredes não vão até o teto. Jardins internos pergolados e separados do exterior por cobogós ampliam o espaço do interior além da cobertura, expondo-o ao tempo. Acentuam a presença da chuva e de réstias de sol dentro da casa. Trazer a chuva para dentro de casa é gesto correlato ao peculiar afeto que o cearense tem por ela. Combinados, os atributos favorecem o desempenho bioclimático (mesmo fechada, a residência é intensamente ventilada) e evocam o belo *Roteiro para Construir no Nordeste*, de Armando de Holanda, que consagrou a expressão *arquitetura da sombra* – ao maximizar aberturas para todos os lados, a casa é uma grande sombra...<sup>166</sup>

*Estudo Preliminar para a Revitalização da Av. W-3, Sul e Norte (Brasília, 2002)*<sup>167</sup>

O Concurso Nacional de Ideias para revitalização da W-3 tinha por objetivo embasar medidas para reverter o processo de decadência da Avenida, o *core* cultural e comercial de Brasília durante muitos anos.<sup>168</sup> Os principais problemas eram: precária legibilidade visual, fruto da excessiva uniformidade e/ou variedade da massa construída, e da falta de critérios na composição dos elementos de comunicação visual; impacto ambiental negativo (alta radiação) provocado por excessiva largura das faixas de rolamento veicular; perigo e desconforto para o cruzamento de pedestres, dada a inexistência de passagens de pedestres a intervalos adequados, e largura excessiva das faixas de rolamento; congestionamento de veículos, particularmente nas horas de pico e próximo aos setores centrais, mormente quanto ao número de ônibus que trafegam na via; número e localização inadequados de cruzamentos transversais de veículos; desconforto físico e visual, dada a arborização inadequada ou inexistente nos canteiros entre faixas de rolamento e nas calçadas laterais; desconforto para pedestres, dados problemas de largura, leiaute, estado de conservação, mobiliário urbano e estacionamento de veículos, nas calçadas; condições inadequadas para circulação de ciclistas. Nossa proposta contemplava, p.ex.: faixas exclusivas pra transporte público; criação de ciclovias longitudinais e transversais à Avenida; aumento de gabaritos no trecho sul, igualando-os aos do trecho norte, fa-

---

ção inspira-se em pesquisa realizada por Jório José Carneiro Barreto Cruz sobre a arquitetura nordestina. O saudoso mestre e amigo Ernesto Walter fez o cálculo estrutural.

<sup>166</sup> Armando de Holanda, *Roteiro para Construir no Nordeste - Arquitetura como Lugar Ameno nos Trópicos En-solarados*. Tive o privilégio de ser contemporâneo de Armando durante um ano, na Faculdade, eu, calouro, ele, concluinte.

<sup>167</sup> Aqui rompo a ordem cronológica: por razões que serão compreendidas, os comentários sobre minha residência em Brasília (1999) concluirão este *memorial*.

<sup>168</sup> Pormenores em Cláudia da Conceição Garcia *et alii*, “Passado, Presente e Futuro de Uma Avenida Moderna: W-3, Brasília”. Os autores do texto são os autores da proposta de revitalização, premiada em terceiro lugar em concurso nacional de ideias promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH/GDF e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - DF.

cultando a incorporação de novos tipos de espaços domésticos nas quadras “500”; melhoria do espaço público por meio de tratamento paisagístico, estacionamentos subterrâneos, e incentivo à localização de atividades de alimentação, lazer e cultura voltadas para os espaços públicos, valorizando-os; criação ou fortalecimento de pontos focais, como na altura da Igreja Dom Bosco e dos setores comerciais, norte e sul etc. Infelizmente, as propostas (nossas e das demais equipes classificadas) encontram-se até hoje em “banho-maria”. Apenas fala-se na eventual implantação de um veículo leve sobre trilhos (VLT), não como propúnhamos (utilizando uma das faixas existentes de rolamento), mas no canteiro central, destruindo a densa arborização existente.

*Estudo Preliminar para o Museu de Ciência e Tecnologia, Universidade de Brasília / Ministério de Ciência e Tecnologia (Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006)*

O estudo preliminar foi elaborado no âmbito do CEPLAN, UnB.<sup>169</sup> O projeto implica mudança da relação dos edifícios do campus da UnB com o seu entorno imediato: em vez da “paisagem de objetos” típica do urbanismo moderno, hoje predominante, propomos um “edifício-quarteirão”. Mediante uma composição centrífuga, ele expande-se na direção das fronteiras do terreno, contribuindo para a definição, por suas fachadas, dos espaços públicos da vizinhança imediata. Volta-se para fora, em todos os lados – um signo de *urbanidade*. Abre-se para o principal eixo de circulação do campus – a via que desce aproximadamente de sudoeste a nordeste, tangenciando a fachada sul do ICC. Um grande átrio confere a legibilidade necessária na escala global do edifício. Todas as partes são daí legíveis. Dos quatro suportes do átrio brotam quatro potentes raios laser, explodindo inclinados na direção dos quatro pontos cardeais e nas quatro cores do país – verde, amarelo, azul, branco – que iluminarão o céu de Brasília e indicarão a existência do museu para o Plano Piloto e além dele.

*Plano Diretor para o Campus de Planaltina, Universidade de Brasília – Projeto Básico (Planaltina, DF, 2008)*

Depois de 40 anos, revisito o tema dos *campi* universitários, no projeto básico para o Campus de Planaltina, da UnB.<sup>170</sup> A mudança paradigmática ensaiada pontualmente no estudo para o Museu é ampliada para a escala do campus inteiro: inversão da estratégia compositiva, da “paisagem de objetos”, para a “paisagem de lugares”. Com a palavra sua excelência o *espaço*, não os volumes edificadas: os prédios são os *meios* para definirmos ruas, avenidas, praças, esplanadas; estes *vazios* são os *fins* do desenho, a referência visual primeira, não o contrário, como no urbanismo moderno. A *urbanidade* é perseguida pela definição clara e contínua de todos os vazios pelos edifícios. Ademais, estes formam *átrios* no miolo dos quarteirões. Maximizamos a permeabilidade para o pedestre, abrindo os quarteirões para todos os lados, e garantindo o acesso público aos átrios. A diferenciação tipológica dos espa-

<sup>169</sup> Coordenei equipe composta por mim, Gabriela Tenorio e pelo estagiário Reinaldo Germano dos Santos Junior.

<sup>170</sup> Coordenei equipe composta por mim, Viridiana Gomes e Gabriela Tenorio, pelo consultor Rômulo Ribeiro e pelos estagiários Marcela Montalvão e Ricardo Palha.

ços públicos favorece a boa legibilidade: o ápice da composição é a Praça Maior, que se prolonga no sentido leste-oeste por uma esplanada até uma capela ecumênica, marco visual no extremo oeste do eixo, engastada na agrofloresta que lhe serve de pano de fundo; no sentido norte-sul, duas avenidas paralelas atravessam o campus na sua dimensão maior; a avenida principal tangencia a Praça Maior e tem, nos dois extremos, os dois vestíbulos do campus, um voltado à rodovia, outro voltado à parte do tecido urbano da cidade de Planaltina que lhe é lindeira. No sentido leste-oeste, ruas são espaços de hierarquia inferior. O projeto demonstra que um sistema de quarteirões em átrios, aparentemente mais denso do que, p.ex., o sistema da “paisagem de objetos” do campus Darcy Ribeiro, da UnB, em Brasília, libera *mais* área livre de edificações, não *menos*. Na área livre obtida foram implantadas *ecocalhas*, artifício a maximizar a absorção de águas pluviais no terreno e minimizar o dimensionamento da infraestrutura de drenagem. Propomos densa vegetação ao longo das ruas e avenidas e nos pátios de estacionamento, complementando e contrastando com a vegetação rala de cerrado hoje existente. Com isso, nossas simulações sugerem que, no terreno, depois de construídos os edifícios e implantado o paisagismo, o seqüestro de carbono será maior que o atual, e a temperatura média do ar será *menor*, não *maior*, que a constatada atualmente. Mais fortes serão os efeitos se implantados tetos verdes nas edificações, como sugerimos no projeto. O planeta agradece...

#### *Casa em Sobradinho (DF, 1999)*

Em 1995 compramos um terreno em Sobradinho. Nosso apartamento na SQN-206 não mais nos cabia e não tínhamos poder aquisitivo para o espaço desejado nas áreas nobres da cidade. Um lote encontrado por acaso próximo à residência de amigos satisfazia o desejo, a despeito de representar a *antiurbanidade* por excelência: estava num condomínio fechado. Como no título da peça teatral, “quem diria, Greta Garbo foi parar no Irajá”... Em 1997 estava com o projeto da residência pronto, quando viajamos novamente ao México. Conheci as casas-átrio de Teotihuacán. Fiquei encantado. Recomecei o projeto do zero: seria uma casa-átrio, a evocar a América pré-Colombo e outras reminiscências que afloraram – Alhambra, residências em Pompéia, claustros nos conventos coloniais brasileiros... Em 1999 nos mudamos.

Em 2003, visitei o mestre Evaldo Coutinho, no Recife, para presenteá-lo com um exemplar do recém lançado *Arquitetura & Urbanidade*. O último capítulo do livro trata da casa. Registro influências, evocações, afetos a outros arquitetos. Ressalto Luis Barragán, Le Corbusier e Delfim Amorim:

Da *Escola do Recife* vem a solução “telha-canal-sobre-laje”, com coberturas de parca declividade, visíveis do interior, pioneiramente executada por Delfim Fernandes Amorim. Arquiteto português naturalizado brasileiro, Amorim influenciou na formação da nossa geração de arquitetos. Dele é a incorporação de azulejos decorados a paredes internas/externas, em residências e edifícios de apartamentos, de maneira e em escala inusuais. Nesta casa [além da solução

“telha-canal-sobre-laje”], sua influência está no painel assinado por Petrônio Cunha, na parede que fecha o lado sul do átrio.<sup>171</sup>

Após a visita a Dr. Evaldo dei-me conta de que deveria ter tentando, mais explicitamente, fazer uma leitura da casa segundo suas ideias seminais sobre arquitetura, que tanto me influenciaram. Em sua homenagem, e à guisa de *postscriptum* ao capítulo, escrevi o texto que se segue, inédito. Com ele, concluo esse *memorial*.

## **POSTSCRIPTUM**<sup>172</sup>

Para Evaldo Coutinho

...apenas a literatura e a linguagem rotineira se habilitam a retomar a sensação, que se verificou em certo espaço, e difundi-la a terceiros que não somente absorvem a aura que propiciou o vão, como recebem da proposição escrita ou oral o mais convincente retrato desse vão...<sup>173</sup>

A nave da abside assemelha-se a um pavão real com suas penas de mil cores. Do ouro imenso da abóbada se difunde uma luz tal que deslumbra a vista: é um fausto latino e bárbaro à vez. O altar de ouro descansa sobre colunas e bases de ouro; o ouro só é interrompido pelas pedrarias cintilantes. À tarde o templo reflete nos objetos tanta luz que acreditaríeis na existência de um sol noturno. A noite resplandecente ri tanto como o dia: ela também parece ter os pés de rosa. O navegante não necessita de melhor farol; basta-lhe mirar a luz do templo.<sup>174</sup>

A casa não se entrega facilmente. Conhecer-lhe os afetos exige tempo: o de quem perscruta o seu entorno, a perceber volumes que se aproximam ou afastam, ocultam-se uns pelos outros ou por vegetação, uma nova cor primária a cada descoberta; o de quem terá de conquistar a confiança a permitir desvelar o seu íntimo, protegido por grandes superfícies externas opacas ou pequenas transparências recobertas internamente por cortinas de crochê. Muito fechada para o exterior, sugere um interior sombrio.

<sup>171</sup> Frederico de Holanda, “Casa-átrio: um exercício em auto-análise”.

<sup>172</sup> Depois de publicada a primeira edição do livro (setembro de 2003), reli novamente o seminal trabalho de Evaldo Coutinho, *O Espaço da Arquitetura*. Este *postscriptum*, de 2004, é em sua homenagem e visa estimular o leitor a conhecer essa obra de crucial importância. Dr. Evaldo, como o chamávamos os privilegiados por sua convivência, faleceu em 12 de maio de 2007, no Recife. Chegou a ler o texto e o comentou em afetuosa carta. Agradeço a Luiz Amorim, Gabriela Tenório e Cláudia Loureiro por valiosas sugestões a partir de versão preliminar, muitas aqui incorporadas.

<sup>173</sup> Coutinho, 1970, *op. cit.*, p. 153. A primeira citação de Coutinho já revela outro enfoque neste *postscriptum*, quando cotejado com os demais textos do livro. A ênfase é à palavra, como ele recomenda no texto em epígrafe: propositadamente elimino quaisquer imagens a ilustrar o argumento e não utilizo técnicas quantitativas. Coutinho confere à arquitetura a estatura de objeto digno da *atenção filosófica* (como o faz em relação ao cinema, noutra obra: Evaldo Coutinho, *A imagem autônoma – ensaio de teoria do cinema*). Ao adotar o *método estético*, ele identifica a arquitetura *como arte*, passível de comunicar uma *visão de mundo*, que a faz uma *filosofia* na mesma medida em que *filosofias são obras de arte* (Coutinho, 1970, *op. cit.*, p. 82).

<sup>174</sup> Texto de Paulo, o Silencioso (563 DC), *apud* Coutinho, 1970, *op. cit.*, p. 167.

Um mistério resulta do contraste entre os volumes de alvenaria, muito fechados, e uma abóbada de berço pergolada pintada em branco, de delicados perfis metálicos sobre os volumes pousada. Centro da composição, preside a organização escultórica, a um tempo ordenando os volumes e contrastando com eles por cor, textura, material, transparência. Insinua algo importante, no entanto ainda não se sabe o quê. Muito leve, deixa ver o céu e as nuvens através dos elementos que lhe delineiam a forma. Doura-se ao amanhecer – nela batem por primeiro os raios do sol. Dia pleno, o branco se destaca do azul profundo do céu no Planalto Central.

O nexos entre a casa e sua cercania se salienta a ponto de fortalecer toda uma classificação da arquitetura, a que deriva da oposição grega de Apolo e Dionísio, isto é, uma arquitetura do domínio da abstração, da racionalidade, e outra arquitetura sob o domínio da intuitividade direta, do apreço maior ao sentimento.<sup>175</sup>

A vegetação é exuberante, em parte plantada fora dos volumes edificadas ou transbordando de dentro deles, derramando-se por suas faces externas quase a tocar o chão. A relação com a natureza e o entorno é de contraposição, não de identidade. A casa melhor sugere uma criação do espírito, racionalidade apenas temperada por elementos naturais com os quais não se confunde. A vegetação amolece linhas e cores firmes, sem definir a essência dos fatos escultóricos e espaciais. A opção não explicita aspectos construtivos (vigas, pilares) escondidos por reboco e pintura; elimina beirais: a cobertura denuncia-se apenas pelas telhas de barro pousadas sobre o plano superior dos sólidos bem definidos. Explorando os volumes, não a leveza de linhas e planos, a casa é densa, austera, solene: a casa é antilírica.

É paulatina a passagem do espaço mais aberto e indiferenciado da rua ao espaço controlado do vão interno. Entre a calçada e a porta de entrada não há cercas ou muros. Pouco a pouco, vegetação e elementos construídos delimitam o espaço: primeiro, um volume azul chega até a calçada e limita visuais à esquerda; mais uns passos e um volume recuado amarelo, semi-escondido pela vegetação, limita visuais à direita; depois, a vista do céu é impedida pela laje horizontal que protege a entrada (agora, o fechamento completo é apenas impedido pela transparência às nossas costas, na direção da rua que deixamos para trás).

Enquanto numa área externa – às vezes quanto mais afastada do edifício mais correto o exemplo – a quantidade e a variedade dos sucessos ultrapassam de muito as que se dão em recintos interiores, superioridade que se explica menos pelo maior número de figurantes a céu aberto que pelas restrições do bojo, entre elas a capacidade de continência imposta pelo concerto escultural; enquanto numa área externa, a teatralidade vem a ser franca, nesse sentido de os atos mais diversos se localizarem, cada um a seu tempo, no

---

<sup>175</sup> Coutinho, 1970, *op. cit.*, p. 60.



mesmo ponto da rua, da campina, numa área interna a teatralidade é o produto do cometimento, da ação que se exorbita e surpreende na enquadração desafeita à sua qualidade. De nenhuma coisa se pode dizer que aconteceria bem em qualquer lugar, antes, melhor seria dizer que cada situação sugere o tipo de lugar mais consentâneo com a sua índole, essa conjectura parecendo demonstrar que um fio de conexão dirige, inversamente, as coisas em via de seus lugares, e o arquiteto, conhecedor dessa lógica íntima, se adianta em acolher algumas em estalagens especialmente feitas para elas.<sup>176</sup>

No percurso da calçada à porta, a configuração insinua não se tratar mais do domínio impessoal da rua: rampa em suave aclave instaura diferença entre o nível da calçada e o do pequeno lugar composto à entrada da casa. O piso da calçada é em pedra, o da rampa é em tijolo. A calçada tem largura contínua, a rampa é trapezoidal em planta, a mimetizar a volumetria edílicia. Do mais amplo ao mais confinado, do mais luminoso ao mais sombreado, os atributos do percurso sugerem mudança de atitude – estamos-nos aproximando da intimidade da família. O visitante não está mais à vontade como na rua. Pisar os tijolos da rampa é deixar para trás o domínio de todos e preparar-se para a atitude respeitosa ante um código que não é mais o público nem o do visitante, é o do grupo doméstico. A rampa prepara a renúncia à civilidade genérica da rua, a sujeição à vontade soberana dos moradores, a consideração às possibilidades e limitações ao movimento que a configuração do espaço interno define.

Diferenças de configuração entre os estágios de tão curto trajeto induzem a curiosas diferenças comportamentais. Há sutis correspondências entre o nível de intimidade com a família e o ponto do percurso onde o visitante aguarda a resposta ao chamado pela campainha. Estranhos permanecem na calçada; os não-íntimos detêm-se a meio percurso da rampa; amigos aguardam no patamar junto à porta; parentes próximos abrem-na e adentram a casa – é raro a porta estar trancada.

A par [da] impossibilidade de oferecer preliminarmente o que será depois, a obra de arquitetura sempre propiciará, a quem entra convicto de que sabe de cor os vãos existentes, uma sensação de surpresa, tanto discordam a espacialidade interior e aquela de fora, recém-devassada por esse mesmo visitante. Ainda nas construções em que as peças estão racionalmente repetidas, sente-se em cada célula algo de distinto das outras, um imponderável qualquer, talvez sobrevivendo da posição, do recinto em si próprio como entidade intransferível e formadora do conceito de lugar, uma variação de luz, de calor, que vem a contestar o espírito do passeante, se acaso este abrisse a porta com o ânimo automático.<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> *Idem*, p. 190.

<sup>177</sup> *Idem*, p. 45.

Entrar na casa surpreende pela luz e pela escala. Da rua à porta, pouco a pouco a luminosidade cai, o espaço confina-se. Esperava-se naturalmente ainda mais escuro e mais confinado no interior. Não: o olhar é logo atraído pelo átrio, amplo e banhado pela forte luz natural através da pérgola metálica. Há inesperado resgate da luminosidade intensa do espaço público, agora no âmbito privado. O interior é, pois, alegre, não sombrio.

A luz que entra por aberturas nas paredes é regrada. Aberturas nos planos verticais são modestas, visadas horizontais para o exterior são filtradas por cortinas de crochê, *richelieu*, renda de bilro. Por vezes, o filtro é vegetal e está do lado de fora: no quintal, a altura das árvores é uma barreira a impedir a visão do céu e a minimizar a percepção das edificações vizinhas. Junto ao basculante do escritório, uma touceira de papiros faz vezes de uma cortina verde para a rua. O efeito é o mesmo: reduz-se a contribuição do âmbito externo à espacialidade da casa, ela a criar o seu próprio mundo.

Contudo, a casa é luminosa. As superfícies em seu interior parecem emitir luz própria: são banhadas por uma fonte que não se vê dos lugares de mais longa permanência. A luz no átrio, no jardim interno dos quartos, no banheiro, é zenital. Apenas se lhe enxerga os efeitos pelos desenhos projetados sobre pisos e paredes, não pela visibilidade direta do sol ou da cúpula celeste. Ao mascarar a luz do espaço externo natural, ao sugerir que ela provém do artefato, reafirma-se o predomínio da razão.

À noite, os planos a reverberar a luminosidade interna da concha são outros, as fontes artificiais estão diferentemente posicionadas, mas a luz ambiente não é difusa: facho incide sobre paredes e objetos, a ressaltar afetos ou superfícies úteis – obras de arte, a pequena fonte no átrio, o painel de azulejos, a mesa de refeições, o balcão da cozinha. Mimetiza-se o efeito diurno: a prioridade perceptiva é a da luz refletida nos artefatos, hierarquizados segundo o gosto da família. Todas as lâmpadas apagadas, resta a luz suave da rua a imiscuir-se pelas frestas das paredes ou banhar em tonalidades frias a pérgola do átrio; por esta passará a lua, quando cheia, capturada para dentro da casa. Sons assumem a primazia – a música invade o espaço ao preparar o espírito para o sono reparador, eventualmente temperado pelo ruído da fonte, ou da chuva a se precipitar no átrio, ele, o mensageiro do tempo.

A regularidade com que o tempo rotineiro se evidencia no âmago do prédio, certamente que se equipararia à que ele demonstra na rua, na praça, na campina, em todos os lugares da terra, sem nenhum logradouro ante ele excetuar-se; mas acontece que no espaço arquitetônico essa regularidade se patenteia em condições mais acessíveis à contemplação do espectador, o tempo se torna ritmado segundo a modulação prescrita pelo arquiteto, mais caroável ao teor de quem se aplica a assimilar o vão (...) Um trecho do piso tanto recolhe os passos como apresenta o conspecto de horas, de meses, de fases do ano, sendo o espaço da arquitetura como o seio franqueado à penetração do sol, a entidade que abriga, na conformidade de sua natureza, os vi-

sitantes menos ou mais assíduos, entre eles o tempo através do interposto meio: a luz.<sup>178</sup>

Há pequenos elementos vazados e reduzidas superfícies envidraçadas nas faces externas dos volumes. Todavia, as aberturas ao zênite, com pérgolas metálicas, são as maiores responsáveis pela luminosidade no interior do vão. Ao atravessar as pérgolas a luz imprime desenhos mutantes nas superfícies internas, ao sabor das horas e dos meses: a casa é um relógio de sol.

No período seco, da mesa do átrio vemos a pérgola abobadada dourar-se anunciando o nascer do dia, quando um chocolate quente ajuda a afugentar os últimos resquícios de sono. O tempo tem cores: branco na manhã, o astro-rei a banhar a cozinha plenamente aberta para o átrio; vermelho com o sol no zênite, a luz a refratar-se dos tijolos no piso do átrio; azul pela tarde, o lume a projetar a pérgola e a textura do jasmineiro nela enroscado nas paredes dos quartos.

O relógio é invertido: o ponteiro não é uma sombra projetada, mas o feixe luminoso a passear por pisos e muros, marcando o dia e as estações. Na sala, através de pequena janela, o sol vespertino projeta-se pendularmente sobre o vestíbulo ou a parede oposta da sala, a pontuar o tempo de solstício a solstício: no de inverno, o lume incide nos planos do vestíbulo; no de verão, será na parede mais recôndita da sala, acentuando o contraste entre luz e sombra.

A luz natural não é uniforme. Transparências e opacidades facultam variações próprias a práticas e atitudes. Na mesa do átrio, a luminosidade ainda forte ao cair da tarde, mas sem insolação direta, favorece encontro para um chá com amigos. Na cozinha a luz é forte, instrumental, própria às lides domésticas. É menos intensa na grande sala, onde está a mesa de refeições; menos intensa ainda no ambiente de estar, lugar recôndito, baía protegida de maiores turbulências, a madeira da estante, seus livros e discos a favorecer o aconchego de uma ambiência mais cálida. Os quartos são iluminados apenas pela suave luz zenital que atravessa a pérgola do jardim interno, com orquídeas, samambaias, jasmineiro. As paredes cinzentas do jardim amortecem os raios do sol poente e contribuem para uma atmosfera mais fria, condizente com o repouso.

O tempo é também marcado por sons e aromas. Pássaros anunciam a aurora antes da luz: as pérgolas trazem para o interior da casa, através do átrio e do jardim dos quartos, o cantar de sabiás, rouxinóis, pardais, sibites, bem-te-vis, joões-de-barro, a anteceder o sol nascente. Jasmineiros exalam seus aromas noturnos. O cheiro do tijolo molhado das primeiras chuvas sobre o átrio marcam o ciclo anual do tempo no Planalto Central.

De um miradouro que os visse à semelhança de como se vêem as coletividades de animalículos, se evidenciara que os entes humanos, com quase todo o seu viver regulamentado pela norma da arquitetura, são menos diferenciados

---

<sup>178</sup> *Idem*, p. 90-91.

do que ordinariamente supõem; mais do que as ruas que tão bem os canalizam, o espaço interior submete à unidade de conduta, mas em compensação os emprega no sutil concerto que é óbvio da mesma espacialidade, isto é, o comparecente passa a conferir ao reduto, não só uma porção do preenchimento, mas uma intromissão no resultado que o afeto do criador atingira arquitetonicamente.<sup>179</sup>

Em seu bojo, a visão é ampla em todas as direções. Do átrio, sala, escritório, cozinha, tudo se enxerga e se ouve no interior do vão. A casa é ancha, mas visão e audição comprimem distâncias, a implicar entes em comunhão de espírito. É feita para a relação entre iguais, pois relações hierárquicas exporiam demais os subordinados. A privacidade é possível nos quartos, mas basta sair deles para cair-se no grande vazio central, ver e ser visto por todos.

Sucede grandes dimensões rimarem com formalidade, porém não aqui: borram-se fronteiras entre tempos e espaços. Não há lugares para momentos especiais e lugares para a rotina, não há sítios isoláveis, exceto para circunstâncias íntimas. A transparência interior aproxima as práticas e as gentes; subvertem-se simetrias/assimetrias antigas – sala = frente/cozinha = fundo – o átrio a nivelar os espaços da morada. Minimizam-se clivagens entre visitantes, moradores e empregados. A transparência do interior faculta contaminar os momentos excepcionais com a informalidade do cotidiano. Um afeto predomina: o aconchego do comum, do informal, do espontâneo.

O tempo a permitir, a reunião é no átrio, centro do pequeno universo, a ter por sutil coberta o manto celeste e a pérgola que sobre ele projeta seu delicado desenho. Grupos maiores derramam-se pelo átrio, sala e varanda, todos mutuamente visíveis. Nas audições musicais, do centro da sala o som do piano reverbera por toda a casa.

É na obra de arte que a intuição se efetiva, que o sentimento das coisas se mostra em busca de adesões, entendendo-se nesse explícito mister as artes propriamente ditas e mais os sistemas filosóficos, que também são obras de arte, do mesmo modo que estas são também filosofias.<sup>180</sup>

A relação da casa com o passante é enigmática, de oposição e integração à vez, segundo a visibilidade ou a acessibilidade. É cautelosa ao revelar a natureza da morada somente na circunstância de o estranho transmutar-se em visitante. De fora, a predominante opacidade das superfícies sugere temor e distância ante um mundo hostil. O tratamento da pele externa e a vegetação circundante acentuam um universo autocontido. Entretanto, a acessibilidade direta à porta implica uma relação generosa com o transeunte, ao negar a essência do condomínio fechado onde está, pelo convite franco que faz o espaço público prolongar-se desimpedido até a entrada

---

<sup>179</sup> *Idem*, p. 248-9.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 82.

principal, atributo inexistente na vizinhança. O acesso ao interior é fácil, mas apenas uma potencialidade: chegar à porta é simples, trespassá-la pressupõe algo mais. Opacidade, acessibilidade, transparência, fazem o jogo das relações afetivas. O interior revela-se apenas aos ungidos com a penetração no âmago do edifício: àqueles que já conquistaram a confiança a casa se mostra, de dentro, o inverso do que parecia de fora.

A casa denota intuição contida na economia dos elementos escultóricos e espaciais: “faca só lâmina”<sup>181</sup>. Não revelar materiais e sistema construtivo sugere predominância do constructo sobre o real, racionalidade sobre sentimento, artificial sobre natural. Contudo, o átrio, notável vazio a deixar penetrar a (emoldurada) natureza no miolo da morada, abrandando a racionalidade dominante, fresta por onde se infiltra o instintivo. Ao negar ao olhar relação mais franca com o entorno, enquadrar a paisagem exterior em reduzidas aberturas, filtrar visadas de longa distância por cortinas ou vegetação, a casa cria um universo que lhe é próprio, desconfia daquele mais extenso, é reservada. O interior revelará outros afetos, embora apenas aos eleitos.

A rede na sala está no ponto de máxima visibilidade para os quatro pontos cardeais. “A minha casa em volta de uma rede”<sup>182</sup>.

---

<sup>181</sup> Livre associação com poema de João Cabral de Melo Neto, *Poesias Completas (1940-1965)*, p. 185-199.

<sup>182</sup> Assim termina o poema de Christina Jucá, na epígrafe [do Cap. 7 de *Arquitetura & Urbanidade*].

## Bibliografia

- AMORIM, Luiz. "Arquitetura". In André Rosemberg (org.). Pernambuco 5 Décadas de Arte. Recife: Quadro Publicidade e Design Ltda., 2003.
- ANDERSON, S (ed). *On Streets*. Cambridge: MIT Press, 1978.
- ANDERSON, Stanford. "A ficção da função". Anais do 4º SEDUR - Seminário sobre desenho urbano no Brasil. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal, 1995.
- ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BARROS, Ana Paula Borba. *Estudo exploratório da sintaxe espacial como ferramenta de alocação de tráfego*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Transportes, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2006.
- BENSON, Ophelia, STANGROOM, Jeremy. *Why truth matters*. London, New York: Continuum, 2006
- BERTAUD, Alain. The costs of utopia. 2001, <http://alain-bertaud.com/>, acessado em 1 de julho de 2007.
- BOTON, Alain de. *A arte de viajar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003, p. 178.
- BERTAUD, Alain, MALPEZZI, Stephen. The Spatial Distribution of Population in 48 World Cities: Implications for Economies in Transition. 2003, [http://alain-bertaud.com/AB\\_Files/Spatia\\_%20Distribution\\_of\\_Pop\\_%2050\\_%20Cities.pdf](http://alain-bertaud.com/AB_Files/Spatia_%20Distribution_of_Pop_%2050_%20Cities.pdf), acesso em 12.04.2009.
- BRANCO, Maria Cecília C. C. *Brasília: narrativas urbanas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo, 2009.
- CASTELO, Luís Filipe Montenegro. *Fissuras urbanas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- CASTEX, J et al. *Formes urbaines: de l'ilôt à la barre*. Paris: Dunod, 1977.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – vol. 1*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CORDEIRO, Luiz Alberto, SIQUEIRA, Tânia Battella. *Brasília 57-85 (do plano piloto ao Plano Piloto)*. Brasília: SVO/DAU, TERRACAP/DITEC, GDF, 1985.
- COSTA, Lucio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME/BLOCH, 1980.
- COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal - Decreto Nº 10.829 de 14 de outubro de 1987, p. 7.
- COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COUTINHO, Evaldo. *A imagem autônoma – ensaio de teoria do cinema*. Recife: Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1972.
- COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- COUTO, Beatriz. "A barra [da Tijuca] e a morte anunciada da cidade [maravilhosa]: o capital imobiliário, os urbanistas e a vida urbana no Brasil". In CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003, p. 115-116.
- CULLEN, G. *The Concise Townscape*. London: The Architectural Press, 1971 (primeira edição 1961, até hoje sem tradução brasileira).
- DUANY, Andres, PLATER-ZIBERK, Elizabeth, SPECK, Jeff. *Suburban Nation – The Rise of Sprawl and the Decline of the American Dream*. New York: North Point Press, 2000.
- DURKHEIM, E. *The Division of Labour in Society*. New York: The Free Press, 1964.
- ELLIN, Nan. *Postmodern urbanism*. New York: Princeton Architectural Press, 1999.
- EMPRESA DAS ARTES. *Guiarquitetura Brasília*. São Paulo: Empresa das Artes, 2000.
- FERREIRA, Aurélio B H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

- FERREIRA, Flávio. "A arquitetura e o futuro". In: MACHADO, Denise B. Pinheiro (org.) *Sobre urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora; PROURB, 2006, p. 191-197.
- FICHER, Sylvia, SCHLEE, Andrey R (orgs.). *O arquiteto Oscar Niemeyer*. São Paulo: Empresa das artes (no prelo).
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. P\*aris: Gallimard, 1975.
- FRANÇA, Franciney Carreiro de. *A indisciplina que muda a arquitetura – a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2006).  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101796.shtml>, acesso em 31 de maio de 2006.
- GARCIA, Cláudia da Conceição, SILVA, Eliel Américo Santana da, HOLANDA, Frederico de, TENORIO, Gabriela de Souza, BATISTA, Geraldo Sá Nogueira. "Passado, Presente e Futuro de Uma Avenida Moderna: W-3, Brasília". In HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. London: Hutchinson of London, 1973.
- GOROVITZ, Matheus. *Brasília, uma questão de escala*. São Paulo: Projeto, 1985.
- GOROVITZ, Matheus. *Os riscos do projeto - contribuição à análise do juízo estético na arquitetura*. São Paulo/Brasília: Edunb/Studio Nobel, 1993.
- HANSON, Julianne. *Os dez mandamentos (para escrever textos acadêmicos)*. Tradução livre do inglês por Frederico de Holanda. Londres: s.n., 1988.
- HARNECKER, Martha. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global Editora.
- HILLIER, Bill, "The Architecture of the Urban Object". *Ekistics*, n. 334/335, jan-apr, 1989, p. 5-21.
- HILLIER, Bill. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HILLIER, Bill, HANSON, Julianne. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, Bill, LEAMAN, Adrian. "A new approach to architectural research". *RIBA J*, Dec. 1972, pp. 517-521.
- HILLIER, Bill, LEAMAN, Adrian. "Architecture as a discipline". *JAR* 5/1, March 1976, pp. 28-32.
- HILLIER, Bill, LEAMAN, Adrian. "How is design possible?". *JAR* 3/1, Jan. 1974, pp. 4-11.
- HILLIER, Bill, LEAMAN, Adrian. "The architecture of architecture". In: HAWKES, D. (Ed.). *Models and systems in architecture and planning*. London: Medical and Technical Press, 1975.
- HILLIER, Bill, LEAMAN, Adrian. "The man-environment paradigm and its paradoxes". *Architectural Design*, August, 1973.
- HOLANDA, Armando de. *Roteiro para Construir no Nordeste - Arquitetura como Lugar Ameno nos Trópicos Ensolarados*. Recife: UFPe – MDU, 1976.
- HOLANDA, F. "O Centro Urbano de Brasília (Parte 1)". *José - Literatura, Crítica e Arte*. Rio de Janeiro, p.26 - 31, 1976.
- \_\_\_\_\_. "O Centro Urbano de Brasília (Parte 2)". *José - Literatura, Crítica e Arte*. Rio de Janeiro, p.36 - 42, 1976.
- \_\_\_\_\_. "Paisagem de objetos". *Anais do I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1984. p.27 – 36.
- \_\_\_\_\_. O espaço de exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA". In HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003d, p. 100-113.
- \_\_\_\_\_. "Uma ponte para a urbanidade". In HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003c, p. 40-59.

- \_\_\_\_\_. “A determinação negativa do Movimento Moderno”. In HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003b, p. 18-39
- \_\_\_\_\_. “Casa-átro: um exercício em auto-análise”. In HOLANDA, Frederico de (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003e, p. 154-155.
- \_\_\_\_\_. *Afetos da arquitetura*. Brasília: s.n., 2004.
- \_\_\_\_\_. Brasília: ciudad moderna, ciudad eterna. In VILLAESCUSA, Eduard Rodríguez I, FIGUEIRA, Cibele Vieira. *Brasília 1956-2006 – de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad*. Barcelona: Editorial Milenio, 2006(a), p. 127-173.
- \_\_\_\_\_. “Na contramão do apartaide”. *Oculum Ensaios* (PUCCAMP), v.6, 2006(b), p. 04 - 16.
- \_\_\_\_\_. “Arquitetura sociológica”. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, vol. 9, n.1, p. 115-129. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Be aware of local properties”. S. Kubat, O. Ertekin, Y. I. Guney, E. Eyuboglu (Eds.), *Proceedings, 6th International Space Syntax Symposium*. Istanbul: ITU Faculty of Architecture, 2007, p. 082-01 – 082-13.
- \_\_\_\_\_. “Brasília - proposta, presente desejo”. In: X Seminário de história da cidade e do urbanismo – Anais (cd-ROM). Recife: Centro de estudos avançados de conservação integrada - CECI, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Brasília: a trajetória perversa – de como danificar qualidades e amplificar problemas”. In: AMORIM, Luiz, GRIS, Cristiana (org.). *Cidades: Urbanismo, Patrimônio e Sociedade*. Olinda: Livro Rápido, 2008.
- HOLANDA, Frederico de, BARCELLOS, Vicente. “Permanência e Inovação: SQN-109, Brasília”. In HOLANDA, Frederico de (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003, pp. 114-133.
- HOLANDA, Frederico, KOHLSDORF, Gunter. “Sobre o Conceito de Arquitetura”. Anais do Seminário Nacional - O Estudo da História na Formação do Arquiteto, FAUSP/FAPESP, 1995, p. 196-203.
- HOLANDA, Frederico de, MEDEIROS, Valério A. S. de, RIBEIRO, Rômulo J. C. *Centralidades de Brasília* (no prelo).
- HOLANDA, Frederico de, MOTA, Ana Maria P., LEITE, Antonio Alexandre C., SOARES, Laura Regina de B., GARCIA, Patricia M. “Eccentric Brasilia”. *URBAN DESIGN International*, (2002) vol. 7, p. 19-28. Joint Centre for Urban Design, Oxford Brookes University. Palgrave Macmillan Ltd.
- HOLSTON, James. A cidade modernista - Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IBGE (Brasil). *Base de informações por Setor Censitário. Censo 2000. Resultados do universo. Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE (em CD-ROM), 2002.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- KEATS, John (1795–1821). Poetical Works – 32. Endymion. London: Macmillan, 1884; Bartleby.com, 1999 [<http://www.bartleby.com/126/32.html>].
- KOHLSDORF, Maria E. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- KOHLSDORF, Maria Elaine, KOHLSDORF, Gunter, HOLANDA, Frederico de. “Brasília – permanence and transformations”. In: DEL RIO, Vicente, SIEMBIEDA, William (org.). *Contemporary urbanism in Brazil: beyond Brasília*. Miami: University Press of Florida, 2008.
- KRUFT, Hanno-Walter. *A history of architectural theory from Vitruvius to the present*. New York: Princeton Architectural Press, 1994.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LE CORBUSIER. Por uma Arquitetura. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- LERNER, Jaime. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.



- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Structural anthropology*. Penguin Books, 1977.
- LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACHADO, Lia Zanotta, MAGALHÃES, Themis Quezado. "Imagens do espaço: imagens de vida". In PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade - espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985.
- MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. *A cidade na incerteza: ruptura e contigüidade em urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; Ed. PROURB, 2007.
- MANCINI, Gisele Arrobas. *Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- MASCARÓ, Juan L. *O Custo das Decisões Arquitetônicas*. São Paulo: Nobel, 1985.
- MEDEIROS, Valério A. S. de. *Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, s.n., 2006.
- MEDEIROS, Valério A. S. de, HOLANDA, F. R. B., TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. "Cenários da preservação do patrimônio arquitetura remanescente em cidades brasileiras". Arquivemória 3 - anais (cd -rom). Salvador: Instituto de arquitetos do Brasil - BA, 2008.
- MELLO, Sandra Soares de. *Na beira do rio tem uma cidade*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- MITCHELL, William J. *E-topia*. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- MOTA, Ana Maria Passos, HOLANDA, Frederico de, SOARES, Laura Regina Simões de Bello, GARCIA, Patrícia Melasso. "Brasília Nasceu Excêntrica?". VI Seminário de Estudo da História e do Urbanismo – Anais em CD-ROM. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- NEUFERT, Ernst, NEUFERT, Peter. *Arte de projetar em arquitetura*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci - Paesaggio, Ambiente, Architettura*. Electa Editrice, Milano, 1979.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. "A lógica social do espaço". In PAVIANI, Aldo, GOUVÊA, Luiz Alberto de (orgs.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, pp. 76-102.
- ORNSTEIN, Sheilla. *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- PEPONIS, John. "Space, culture and urban design in late modernism and after". *Ekistics*, vol. 56, n. 334-335, p. 93-108.
- PIRES, Camila de Carvalho. *Potencialidades cicloviárias do Plano Piloto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- POPPER, Karl. *Conjectures and refutations - the growth of scientific knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.
- PRINZ, Dieter. *Urbanismo – vol. 1 e 2*. (título do original em alemão: *Stadtbau – vol. 1 e 2*)
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- RIBEIRO, Rômulo J.C. *Índice composto de qualidade de vida urbana - aspectos de configuração espacial, socioeconômicos e ambientais urbanos*. Tese de doutorado em Arquitetura e urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- RIBEIRO, Rômulo J.C., HOLANDA, Frederico de. "Proposta para Análise do Índice de Dispersão Urbana". *Cadernos Metrópole*, n. 15 (Grupo de Pesquisa PRONEX), São Paulo: PUC-SP, 2006, p. 49-70.
- RODRIGUES, Milena Baratta Nunes Aldigueri. *UnB e seu espaço social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2007 (<http://www.unb.br/fau/dimpu/portug.htm>, acesso em 13 de abril de 2008).

- ROMERO, Marta A. B. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- ROUANET, Sergio Paulo. Aspectos subjetivos da cidade. In: LEITÃO, Lúcia, AMORIM, Luiz (org.). *A casa nossa de cada dia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 11-22.
- RYKWERT, Joseph. *The seduction of place – The city in the twenty-first century*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2000, pp. 178-180.
- SANTOS, Carlos N. F. dos & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa - a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto Editores, 1985.
- SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (orgs.). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas e Rio de Janeiro: coedição PUC-CAMPINAS/PROURB-UFRJ, 2003.
- SCULLY, Vincent. *Pueblo / Mountain, Village, Dance*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1989.
- SEAMON, David. "Phenomenology, place, environment, and architecture: a review of the literature". *Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter*, 2000 ([http://www.arch.ksu.edu/ sea-mon/articles/2000\\_phenomenology\\_review.htm](http://www.arch.ksu.edu/sea-mon/articles/2000_phenomenology_review.htm), acesso 03.04.2006).
- SENADO FEDERAL (Brasil). *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Brasília: Senado Federal, 1974.
- SILVA, Elvan. *Arquitetura e Semiologia*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1985
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.
- TURKIENICZ, Benamy & MALTA, Maurício (orgs.). *Desenho urbano - Anais do II SEDUR*, CNPq/FINEP/PINI, 1986
- VALE, Lawrence J. *Architecture, power, and national identity*. New Haven & London: Yale University Press, 1992.
- VAUGHAN, Laura, CLARK, David, SAHBAZ, Ozlem (2005). "Space and exclusion: the relationships between physical segregation, economic marginalisation and poverty in the city". In VAN NES, Akkeli. *Space Syntax – 5<sup>th</sup> International Symposium – Proceedings*. Delft: Delft University of Technology.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- ZEIN, Ruth Verde. *O lugar da crítica – ensaios oportunos de arquitetura*. Porto Alegre: Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 2001.

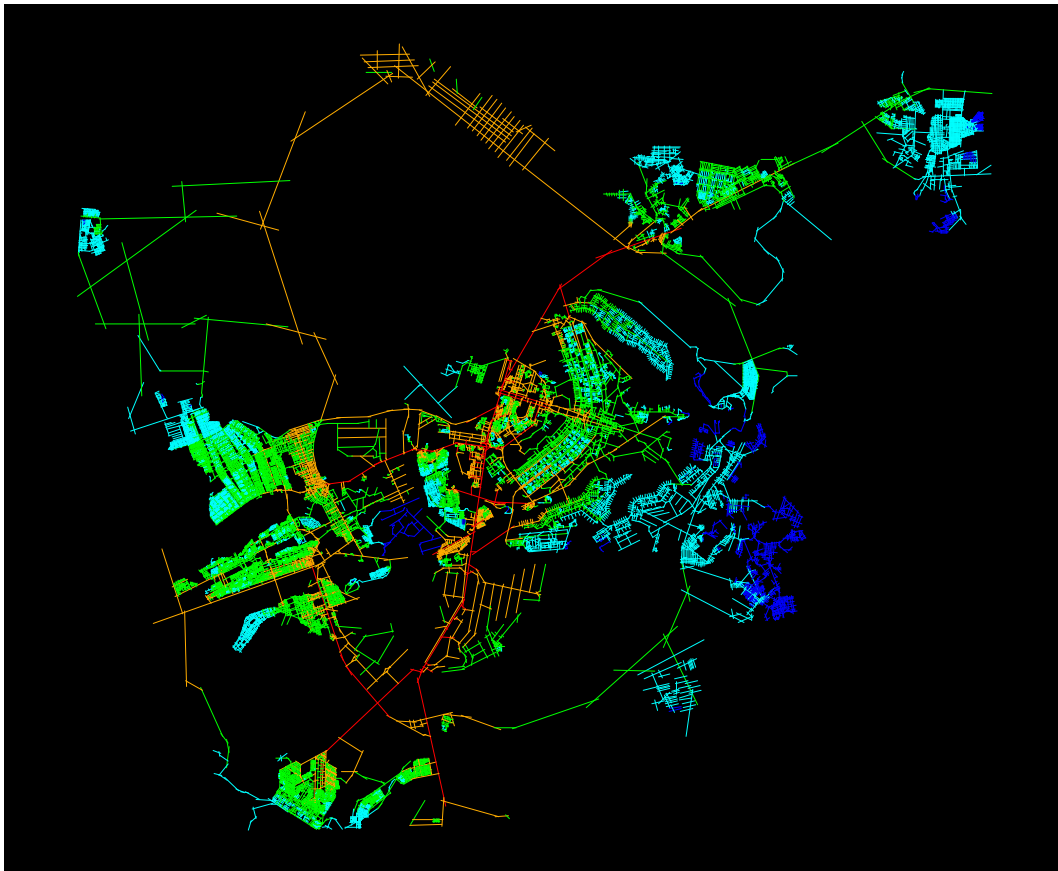


Figura 1. Mapa axial de Brasília (DF). Quanto mais quentes as cores (mais próximas do vermelho), mais acessíveis topologicamente as vias.

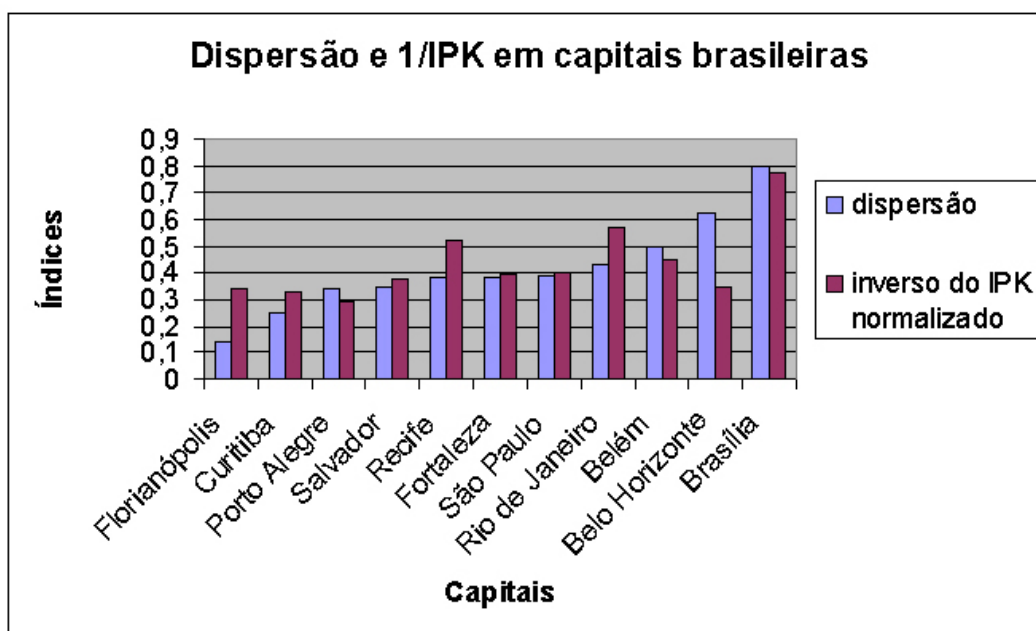


Figura 2. Relação dispersão x inverso do IPK (visualmente normalizado para maior clareza).



Figura 3. Brasília 'tricéfala'.

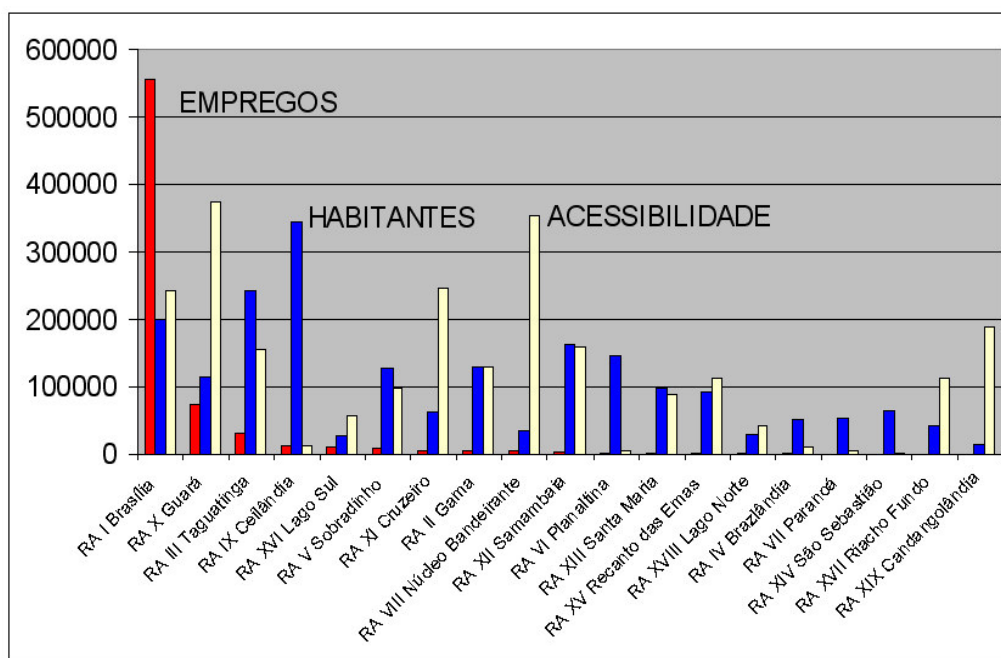


Figura 4. Relações empregos, habitantes e acessibilidade (esta última pela medida de integração da SE). Valores normalizados para efeito de melhor visualização.



Figura 5. Localização das áreas estudadas quanto ao perfil de renda e configuração edilícia.



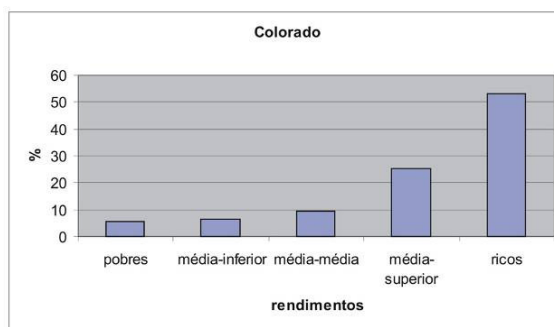
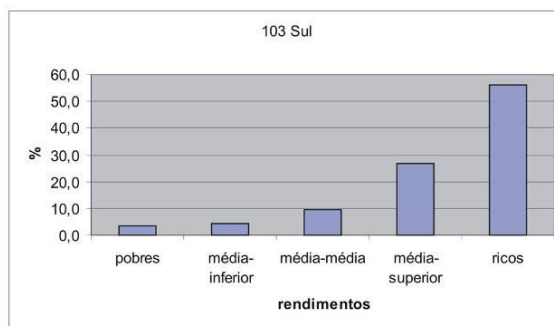
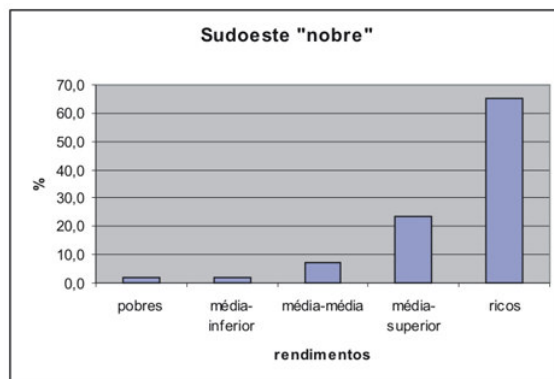
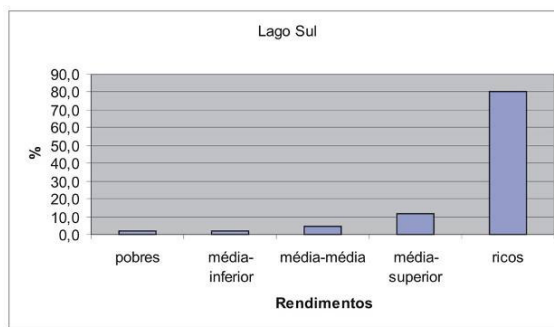


Figura 6(a). Imagens ilustrativas das áreas estudadas e respectivos perfis da renda.

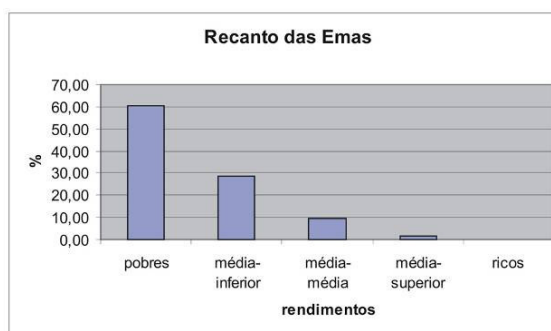
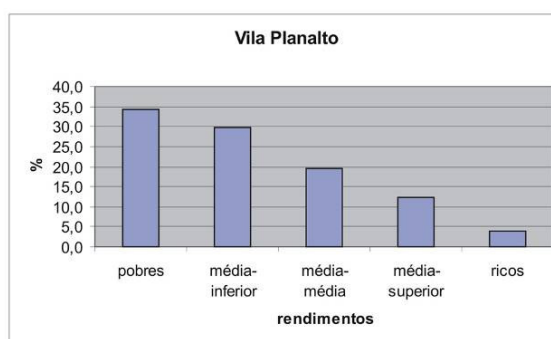
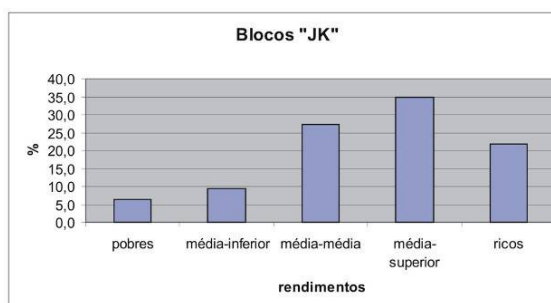
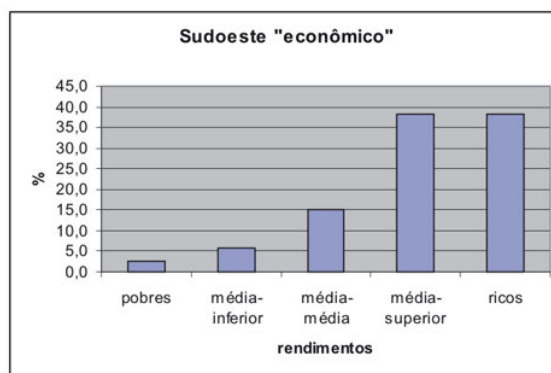


Figura 6 (b). Imagens ilustrativas das áreas estudadas e respectivos perfis da renda.